

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS

A circulação internacional de Delgado de Carvalho e a construção da disciplina de
História (1930-1945)

Marcela Moraes Gomes

Orientador: Prof.º Dr. Alexandre Luis Moreli Rocha.

Rio de Janeiro, Maio de 2016.

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

A circulação internacional de Delgado de Carvalho e a construção da disciplina de
História (1930-1945)

Marcela Moraes Gomes

Rio de Janeiro, Maio de 2016.

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

Orientador: Prof.º Dr. Alexandre Luis Moreli Rocha.

Marcela Moraes Gomes

A circulação internacional de Delgado de Carvalho e a construção da disciplina de
História (1930-1945)

Dissertação de Mestrado Acadêmico em História, Política e Bens Culturais apresentada
ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC
como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Rio de Janeiro, Maio de 2016.

Gomes, Marcela Moraes

A circulação internacional de Delgado de Carvalho e a construção da disciplina de História (1930-1945) / Marcela Moraes Gomes. – 2016.
107 f.

Dissertação (mestrado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientador: Alexandre Luis Moreli Rocha.

Inclui bibliografia.

1. Relações internacionais. 2. Relações culturais. 3. Educação.
4. História - Estudo e ensino. 5. Carvalho, Delgado de, 1884-1980.
I. Rocha, Alexandre Luís Moreli, 1979-. II. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 306



MARCELA MORAES GOMES

**A CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DE DELGADO DE CARVALHO E A
CONSTRUÇÃO DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA(1930-1945)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História e Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil para obtenção do grau de Mestre em História, Política e Bens Culturais.

Data da defesa: 04/05/2016

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Alexandre Luis Moreli Rocha
Orientador (a)

Matias Spektor

Mônica Leite Lessa

Para as minhas “Marias”, especialmente à
Flor.

Agradecimentos

Por mais que a realização do trabalho acadêmico suponha um momento solitário, tenho que afirmar que não é feito sozinho. Nas próximas linhas, agradeço aos que participaram direta ou indiretamente dessa jornada.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a quem mais colaborou para a conclusão deste estudo. Ao professor Alexandre Luis Moreli Rocha, pelo acolhimento quando fui aprovada na seleção para o mestrado, bem como pela orientação ao longo da realização deste trabalho de pesquisa, pelas indicações bibliográficas, pelas dicas, pelo apoio, pela paciência com os meus deslizes e gentileza nos momentos de ansiedade e nervosismo.

Agradeço também à minha banca, formada por Mônica Leite Lessa e Matias Spektor, ambos com um olhar atento, fizeram críticas e sugestões na qualificação valiosas para a continuidade desta pesquisa. Ao Matias Spektor agradeço pelas aulas na Oficina de Métodos e Pesquisa em História e Relações Internacionais, organizada pelo CPDOC/FGV e também pelas aulas durante o mestrado. À Mônica Lessa agradeço pela gentileza em me receber na UERJ, pelas aulas e pelas trocas acadêmicas que foram essenciais para a dissertação.

Agradeço também aos professores do CPDOC/FGV: João Marcelo Ehlert Maia, Luciana Heymann e Dulce Pandolfi pelos aprendizados durante as disciplinas realizadas. A todos os funcionários do CPDOC, desde a coordenação até o acervo e a biblioteca.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Histórico do Itamaraty, em especial ao “seu Miranda” pela generosidade e gentileza em encontrar os documentos tão importantes para a confecção desse trabalho. E também aos funcionários do IHGB que muito ajudaram no acesso ao acervo do Delgado de Carvalho.

Aos amigos da UFF e do PVS, por compartilharem os anseios e desafios da carreira de historiadora e professora, além de terem me proporcionado mais leveza e alegria para encarar os momentos difíceis de isolamento.

Agradeço, porém, sobretudo, à minha família.

Aos meus pais, agradeço por desde cedo, terem me apresentado à leitura e despertado em mim “o bicho da curiosidade” que me direcionaria, anos depois, para o curso de História. À minha mãe, por muitas vezes (ou em todas elas) me colocar em primeiro plano em suas escolhas e por dedicar a mim, um amor que jamais serei capaz

de corresponder na mesma intensidade. Ao meu pai, por apoiar as minhas escolhas por mais difícil que seja compreendê-las e se fazer presente mesmo na distância cotidiana. Muito obrigada por terem acreditado em mim, em algumas vezes, até mais do que eu mesma; por terem aguentado minha ausência e, principalmente, por vibrarem comigo por cada conquista, por menores que sejam.

Ao Gabriel agradeço por caminhar ao meu lado diariamente e por ser tão companheiro. Obrigada por me incentivar na realização deste trabalho e por compartilhar comigo a mesma visão de mundo e o amor.

Aos meus avós, por me ensinarem a valorizar a simplicidade da vida e especialmente às minhas Marias, por me inspirarem diariamente.

À Maria Flor, pela forma de amor mais delicada e sincera, te levarei comigo por onde for. A dificuldade de terminar essa jornada sem você seja em cima dos meus livros ou do teclado foi grande, mas a saudade nunca será maior do que o amor.

Por fim, agradeço ao CPDOC/FGV pela qualidade no suporte acadêmico e ao CNPq a bolsa de estudos concedida.

“Compreender, no entanto, nada tem de uma atitude de passividade. Para fazer uma ciência, será sempre preciso duas coisas: uma realidade, mas também um homem. A realidade humana, como a do mundo físico, é enorme e variegada. Uma simples fotografia, supondo mesmo que a ideia dessa reprodução mecanicamente integral tivesse um sentido, seria ilegível. Dirão que, entre o que foi e nós, os documentos já interpõem um primeiro filtro? Sem dúvida, eliminam, frequentemente a torto e a direito. Quase nunca, em contrapartida, organizam de acordo com as exigências de um entendimento que quer conhecer. Assim como todo cientista, como todo cérebro que, simplesmente, percebe, o historiador escolhe e tria. Em uma palavra, analisa.”

(BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001. P. 128.)

RESUMO

“A circulação internacional de Delgado de Carvalho e a construção da disciplina de História (1930-1945)”

Marcela Moraes Gomes

Orientador: Profº. Dr. Alexandre Luis Moreli Rocha

Resumo da Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História.

A presente dissertação investiga de que forma a trajetória intelectual de Delgado de Carvalho ilustra o papel das relações internacionais na formação do curso de História nas universidades do Rio de Janeiro durante o governo de Vargas (1930-1945). O objetivo é evidenciar a atuação do Estado na promoção de intercâmbios culturais do Brasil com outros países, através das ações do Ministério da Educação e Saúde e do Ministério das Relações Exteriores. A hipótese que norteia o trabalho é a ideia de que o Brasil teria buscado, através dos intelectuais, a ampliação dos intercâmbios culturais com diversos países em momento chave de reelaboração de seu projeto nacionalista, tendo destaque as transações com os EUA e a França. Para chegar a esta conclusão, articula-se as hipóteses já trabalhadas pela historiografia com as fontes para evidenciar como a circulação internacional do intelectual ilustra o contexto da política externa brasileira e das ações culturais. Sendo assim, busca-se ao longo da narrativa, inserir-se no debate da emergência da cultura nas Relações Internacionais.

Palavras-chave: Relações Culturais Internacionais, Educação, Delgado de Carvalho.

Rio de Janeiro
Maio de 2016

ABSTRACT

This dissertation investigates how the intellectual life of Delgado de Carvalho sheds a new light on the role of international relations in the shaping History teaching in Rio de Janeiro during the Vargas government (1930-1945). The aim is to highlight the state's role in promoting cultural exchanges between Brazil and other countries, through the actions of the Ministry of Education and Health and the Ministry of Foreign Affairs. Therefore, the hypothesis that guides the work is the idea that Brazil would have sought, through the intellectuals, the expansion of cultural exchanges with many countries in a key moment of reorganization of its nationalist project, highlighting the transactions with the US and France. To reach this conclusion, it articulates the assumptions already present at the historiography with documents recently available to the public to show how international intellectual circularity illustrates the context of Brazilian foreign policy and cultural activities. Finally, it aims to be considered by the debate on the emergence of culture in the International Relations.

Key-Words: International Cultural Relations, Education, Delgado de Carvalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo 1 – A emergência do fator cultural nas Relações Internacionais e a circulação do intelectual Delgado de Carvalho antes do governo varguista.	
1.1: A cultura nas Relações Internacionais.	21
1.2: A cultura no Brasil: final do século XIX e início do XX.	25
1.3: Delgado de Carvalho: circulação intelectual antes do governo varguista.	39
Capítulo 2 – A diplomacia cultural e as políticas culturais do Estado brasileiro varguista	
2.1 As reformas nacionais e internacionais varguistas e o reposicionamento do Brasil.	43
2.2 As políticas culturais do governo Vargas.	47
2.3 A diplomacia cultural e suas repercussões no Brasil durante as tensas décadas de 1930 e 1940.	53
Capítulo 3 – Delgado de Carvalho: o intercâmbio internacional no curso de História	
3.1 Os projetos e as reformas educacionais	64
3.2 O curso de História no RJ	69
3.3 A atuação de Delgado: circulação intelectual e o debate sobre as Relações Internacionais	75
CONCLUSÃO	89
FONTES	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95
ANEXOS	102

INTRODUÇÃO

“A Feira Mundial de Nova York de 1940 será um expoente dos fecundos trabalhos da humanidade nas artes da paz. Para a consecução desses magníficos resultados, nenhum ramo das atividades humanas contribuiu uma parcela maior do que o das ciências. Como a Feira Mundial de Nova York de 1940 deseje por toda forma possível concorrer com a sua parte para o fomento das relações econômicas e culturais entre as nações americanas, vem convidar aos Delegados oficiais que tomarem parte no Congresso, a que venham visita-la, como seus hóspedes, na terça-feira 21 de maio.”¹

Eis um trecho do convite endereçado aos Delegados que participariam do Oitavo Congresso Científico Americano no ano de 1940 em Washington, EUA. Tanto a Feira como o Congresso faziam parte da difusão da Política da Boa Vizinhança e, como se pode perceber, ambos tinham como norte as relações econômicas e culturais entre os países da América, dentre eles, o Brasil. De fato, é constatável, pela data do convite, que os eventos citados estavam circunscritos no contexto da Segunda Guerra Mundial, em que os EUA buscavam fortalecer os laços diplomáticos com os países americanos. Devido a essa tentativa de aproximação, o Brasil contou com um pavilhão na Feira para divulgar a cultura brasileira, expondo projetos de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, painéis de Cândido Portinari, músicas, filmes, livros e também produtos alimentícios como cocadas, goiabadas e café.²

Além de ter participado na *New York World's Fair*, a colaboração brasileira em eventos internacionais foi mais longe: professores e pesquisadores das mais diversas áreas de conhecimento teriam sido enviados para o Oitavo Congresso organizado pela União Panamericana. No momento da Feira e do Congresso, o Brasil passava pelo governo do Estado Novo (1937-1945), com o paradoxo de conciliar características centralizadoras e autoritárias com investimentos na área da cultura. Dentre as principais mudanças ocorridas, destacam-se as reformas no ensino secundário e superior, sobretudo nos cursos da área de Humanas, como o curso de História e Geografia na cidade capital da República.

¹ VIII Congresso Científico Americano. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro. Lata 2078 Maço 37590/37591.

² FERREIRA, Roberta. *A política brasileira de expansão cultural no Estado Novo (1937-45)*. 2006. p.148. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Dentre os intelectuais que participaram do Oitavo Congresso e dos debates sobre o curso de História, tem-se Carlos Miguel Delgado de Carvalho (1884-1980), figura de considerável importância no que tange ao desenvolvimento, não só cultural, mas também educacional do país. Considerando essa conexão, ainda inexplorada em profundidade pela historiografia, o objetivo deste trabalho é trazer à luz a trajetória internacional e nacional deste intelectual, tendo principalmente como referência a etapa da construção da disciplina de História no Brasil entre as décadas de 1930 e 1940. A narrativa a ser criada se abre para um debate maior, o da emergência da cultura nas relações internacionais durante a primeira metade do século XX, debruçando-se, particularmente, sobre a circulação de intelectuais e acadêmicos e seu impacto em diversos aspectos nas agendas políticas e acadêmicas nacionais.

Dessa forma, procura-se reconstruir o papel de Delgado de Carvalho na vida acadêmica e política brasileira, observando os impactos dos caminhos percorridos e das conexões construídas para além das fronteiras do país e da edificação da específica área de conhecimento e ensino, a saber, a História. Assim, recorre-se ao trajeto intelectual de Delgado como forma de ilustrar a circulação internacional do mesmo no contexto da política externa brasileira e das ações culturais do governo Vargas. Para analisar uma trajetória é preciso considerar, segundo Pierre Bourdieu, as “colocações e deslocamentos no espaço social”³. Logo, as redes de sociabilidade e os debates nos quais Delgado estava inserido contribuem para a sua localização no cenário internacional. Como salientou Giovanni Levi, não é possível relatar uma vida de forma linear, “a história deve estar atenta a esta multiplicidade e intensidade de relações sociais e na maneira como elas são tecidas”,⁴ o que corrobora com a abordagem complexa da figura de Delgado que aqui se propõe.

Nascido na França, Delgado de Carvalho migrou para o Brasil logo no início do século XX. Atuou em diversas áreas de conhecimento: na Geografia, na Sociologia, na Diplomacia e na História. Foi professor do ensino secundário, no Colégio Pedro II, no Instituto de Educação do Rio de Janeiro e também na Universidade do Distrito Federal e na Universidade do Brasil. Como mencionado, a figura de Delgado funcionará como o fio condutor desse trabalho que busca entender a conexão entre a história da Educação e

³ BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 190.

⁴ LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 176.

influências inerentes aos intercâmbios culturais promovidos entre o Brasil e outros países. Para alcançarmos nosso objetivo, buscamos, especificamente, analisar a história do curso de História nas universidades do Rio de Janeiro (âmbito relacionado ao processo de desenvolvimento educativo no país), seguindo o recorte no período de criação do curso na cidade. Complementando tal propósito, a pesquisa se volta para o campo das Relações Internacionais, na medida em que coloca em foco a dimensão cultural dos intercâmbios internacionais e sua relação com a atividade acadêmica de História em florescimento no Rio de Janeiro – dois movimentos que encontram sua síntese e exemplificação na figura do intelectual citado.

Em outras palavras, a análise do percurso traçado por Delgado encontra sua importância na medida em que lança luzes sobre a relação entre as atividades e trocas entre os países (circunscritas à área de Relações Internacionais) e a emergência do curso de História no Brasil. Buscando tal esclarecimento, o presente trabalho procurará responder as seguintes perguntas: Qual foi o papel da diplomacia cultural nos debates sobre o curso de História no Brasil varguista? Como a circulação internacional de Delgado contribuiu para os currículos da disciplina?

Segue-se daí que para compreender as dinâmicas internas que motivaram as reformas na Educação, sobretudo no curso de História das universidades da capital, torna-se importante, ao se tratar de um estudo que se insere na linha de pesquisa das Relações Culturais Internacionais, considerar o próprio cenário internacional. As relações culturais internacionais se definem como:

(...) um universo amplo que comporta as relações orquestradas e estabelecidas com o concurso direto ou indireto do Estado. Podem ser fruto de uma política de Estado ou do desejo de grupos da sociedade civil de estabelecerem, ou estreitarem contatos e laços entre si. (...) ⁵

Isto posto, o presente trabalho pretende contribuir e se deter na investigação do fator cultural nas Relações Internacionais. Nesse sentido, dialoga-se com o livro organizado por Mônica Lessa e Hugo Suppo⁶, que traz artigos sobre a cultura e Relações Internacionais de diversos pesquisadores, brasileiros e estrangeiros, sobre a diplomacia cultural no Brasil ao longo do século XX. Além da obra citada anteriormente, também se utilizou como fonte de pesquisa o livro de Robert Frank

⁵ LESSA, Mônica L. e SUPPO, Hugo R. (orgs.) *A quarta dimensão das Relações Internacionais: a dimensão cultural*. Rio de Janeiro. FAPERJ. 2012. p.14.

⁶ LESSA, Mônica L. e SUPPO, Hugo R. Op. Cit.

publicado em 2012 sobre o campo da História das Relações Internacionais.⁷ No livro, dentre vários temas, o autor aborda a cultura e as Relações Internacionais com foco na diplomacia cultural no eixo Atlântico Norte. Complementando o escopo de pesquisa de Frank, ao longo da dissertação, pretende-se contribuir para a análise do eixo Atlântico Sul, com foco no Brasil e a diplomacia cultural com países da América e Europa.

Levando em consideração a pesquisa de Roberta Ferreira sobre a propaganda e a difusão cultural brasileira no período que corresponde às grandes guerras mundiais, o presente estudo pretende localizar as iniciativas em promover a Educação no país com a construção da imagem brasileira no cenário internacional, no momento de consolidação das políticas culturais brasileiras e das estratégias de cooperação intelectual.

Fazendo uso da fundamentação teórica de tais textos, a hipótese do trabalho revela-se na ideia de que o Brasil teria buscado, através dos intelectuais, a ampliação dos intercâmbios culturais com diversos países em momento chave de reelaboração de seu projeto nacionalista, tendo destaque as transações com os EUA e a França. Como salientou Roberta Ferreira: “Vargas e seus homens de confiança entenderam que a promoção da cultura brasileira não deveria ficar restrita aos limites territoriais do país. Especialmente num contexto de guerra”⁸

Tendo em vista a bibliografia sobre as Relações Culturais Internacionais e o curso de História no Rio de Janeiro, buscou-se ao longo da pesquisa destacar a movimentação internacional de Delgado de Carvalho para compreender o papel da diplomacia cultural. De fato, trata-se de um período de efervescência no âmbito da cultura e educação: o momento em questão corresponde à consolidação das políticas culturais no Brasil e às mudanças no curso de História no Rio de Janeiro. Adicionado a isso, têm-se a extinção da Universidade do Distrito Federal e a ampliação do curso na Universidade do Brasil.

Nesse sentido, refletir sobre a participação da circulação internacional dos intelectuais nesse processo promete contribuir para identificarmos não somente a trajetória internacional de Delgado, mas a relação desta com a construção do curso de História no Rio de Janeiro. O historiador e diplomata Alberto da Costa e Silva buscou em seu trabalho “O Itamaraty na cultura brasileira”⁹, focar no agente público - os

⁷ FRANK, Robert. *Pour L'Histoire Des Relations Internationales*. Paris. Presses Universitaires de France, 2012.

⁸ FERREIRA, Roberta. Op. Cit. p. 102.

⁹ COSTA E SILVA, Alberto (org.). *O Itamaraty na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 2002.

diplomatas - para analisar a contribuição dos mesmos na formação da identidade nacional do Brasil. Estendendo a análise das Relações Internacionais para o âmbito do Brasil, a proposta é ampliar a análise de Costa e Silva, focando no agente acadêmico (mais especificamente no caso Delgado de Carvalho) para localizar o papel dos intercâmbios culturais na formação do curso de História no Rio de Janeiro.

Segundo Raymond Aron, os diplomatas e os intelectuais são considerados dois grandes atores na política externa dos Estados, pois “os primeiros procurando sempre ‘recrutar aliados ou [...] reduzir o número de seus inimigos’, e os segundos construindo ligações profundas, estimulados pela defesa e busca da grandeza e glória da pátria”¹⁰ Para Aron:

(...) existe uma sociedade internacional que ‘se manifesta através dos intercâmbios comerciais, das migrações de pessoas, das crenças comuns, das organizações que passam por cima das fronteiras, enfim, das cerimônias ou competições abertas aos membros de todas as unidades.’¹¹

Nesse sentido, não seria difícil sustentar que a fundação do curso de História no Rio de Janeiro, ao lançar mão de experiências exógenas, demonstra e exemplifica esse movimento de expansão das relações internacionais culturais. O presente trabalho, então, procura evidenciar a atuação do Estado na promoção de intercâmbios culturais do Brasil com outros países, através das ações do Ministério da Educação e Saúde e do Ministério das Relações Exteriores. Se alcançado esse objetivo, poderá confirmar-se a afirmação de Jean Baptiste Duroselle de que:

(...) os governos dotam-se cada vez mais de organismos, públicos ou semipúblicos, de propaganda intelectual. Negociam acordos de troca, tentam atrair estudantes estrangeiros para suas universidades, organizam viagens, exposições, promoções de livros e filmes com vistas a atingir seus objetivos ou promover certos interesses¹².

Como ponto de partida para análise da articulação do Itamaraty com os intelectuais, tem-se o trabalho de Juliette Dumont sobre a atuação do Brasil no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI), formado em Paris no ano de 1926. A pesquisadora indica que a participação do representante brasileiro entre 1926 e 1946, Eliseu Montarroyos, teria contribuído para a construção da diplomacia cultural no

¹⁰ APUD LESSA, Mônica L. e SUPPO, Hugo R. (orgs.) *A quarta dimensão das Relações Internacionais: a dimensão cultural*. Rio de Janeiro. FAPERJ/contracapa. 2012. P. 19. ARON, Raymond. *Paix et Guerre entre les nations*. Paris, Calmann-Lévy, 1984. p. 101.

¹¹ APUD LESSA, Mônica L. e SUPPO, Hugo R. (orgs.) *A quarta dimensão das Relações Internacionais: a dimensão cultural*. Op. Cit. P. 20. ARON, Raymond. *Paix et Guerre entre les nations*. Op. Cit. p.113.

¹² DUROSELLE, J-B. *Todo Império Perecerá. Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: Ed. UNB, 2002, Cap. 12, pp.255-282; p. 271.

Brasil.¹³ Além dos intercâmbios com a França, o Brasil também intensificou o alinhamento com os EUA durante o governo de Vargas, evento que foi designado, segundo Antônio Pedro Tota, de “penetração ideológica imperialista”, dado que tal aproximação não ocorreu apenas no plano político e econômico, mas também no cultural.¹⁴

Muitos trabalhos já estudaram a atuação de Delgado no âmbito educacional, como os trabalhos de Luís Resnik, Patrícia Coelho e Nayara Galeno.¹⁵ Porém, pouco se sabe sobre a presença do intelectual em outros países, sobretudo nos EUA, no período em que o Brasil intensificava suas relações diplomáticas no exterior e refundava o ensino superior. Um trabalho reconstituindo a projeção dessa experiência internacional de Delgado de Carvalho, em muitos momentos a serviço de missões oficiais, de modo a relacioná-la à formação dos cursos de História, apresenta-se como fundamental para entendermos a complexidade da criação do ensino universitário no Brasil. Faz-se necessário relativizar as narrativas que dão somente prioridade à história nacional nesse processo. Como referência ao estudo da formação do curso de História no Rio de Janeiro, destaca-se o livro da historiadora Marieta de Moraes Ferreira.¹⁶ Na obra, a autora aponta que os percursos de professores universitários teriam sido pouco explorados pela historiografia, principalmente no que tange à edificação dos cursos de graduação e pós-graduação. Diante da necessidade de se ter tal perspectiva sobre Delgado de Carvalho e sua relação com o desenvolvimento acadêmico, o presente trabalho pretende contribuir para o preenchimento dessa lacuna, ampliando o debate historiográfico sobre o tema.

Para responder às perguntas que a própria pesquisa formulou, buscou-se aliar a bibliografia com os acervos. O arquivo pessoal de Delgado de Carvalho, presente no IHGB, foi importante para identificar não só a formação acadêmica do intelectual, mas

¹³ DUMONT, Juliette. *O Brasil no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (1924-1946): primeiro passo na construção de uma diplomacia cultural*. In: LESSA, Mônica L. e SUPPO, Hugo R. Op. Cit.

¹⁴ TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo. Companhia das Letras, 2000. P. 340.

¹⁵ RESNIK, Luís. *Tecendo o Amanhã. A história do Brasil no Ensino Secundário: Programas e Livros Didáticos (1931-1945)*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense. Niterói. COSTA, Patrícia Coelho. *A voz do mestre: trajetória intelectual de Carlos Delgado de Carvalho*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. VALE, Nayara Galeno do. *Delgado de Carvalho e o ensino de História: livros didáticos em tempos de reformas educacionais (1931-1936)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

¹⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 2013.

também a sua atuação como professor universitário. Considerou-se, principalmente, a sua participação nos debates educacionais da época e no mapeamento da circulação internacional de Delgado enquanto acadêmico, algo que se comprova pelo fato dele ter sido convidado por diversas universidades para palestrar e ministrar aulas. Além disso, nas diversas correspondências presentes no acervo, torna-se possível compreender a atuação do Estado brasileiro, no governo de Vargas, para promover a diplomacia cultural. O arquivo pessoal do intelectual contabiliza 17 latas de documentos dos mais variados. Após doação do acervo realizada pelo neto de Delgado, Paulo Roberto Delgado de Carvalho, ocorreu a realização do inventário sumário e organização do acervo através do projeto da pesquisadora Vera Cabana iniciado em 2013. Dentre os documentos, estão presentes as correspondências, notas de aula, anotações de viagens, rascunhos de livros, agendas e muitos outros. No acervo do Arquivo Histórico do Itamaraty, os fundos que serviram de base para a pesquisa foram os relacionados às Associações Científicas, Universidades, Faculdades e Escolas além das pastas relacionadas aos congressos organizados pela União Panamericana, como o Oitavo Congresso Científico Panamericano. Os arquivos pessoais de Gustavo Capanema e Getúlio Vargas, presentes no CPDOC/FGV, também ilustram a atuação do Estado na promoção da cultura, especialmente com os feitos do Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Educação e Saúde.

Para realizar o que se pretende, dividimos o texto em três grandes capítulos. No primeiro, de caráter introdutório, apresentaremos os desafios provocados pela emergência da cultura nas Relações Internacionais no início do século XX, considerando, justamente, tais dinâmicas na história do Brasil. Com o intuito de colocar a atuação de Delgado em evidência, buscamos, sempre quando pertinente, relembra sua circulação internacional antes da Revolução de 1930, quando uma nova agenda política tomou o poder no Rio de Janeiro de forma a provocar impactos na vida acadêmica brasileira.

Ao observar a definição de Mônica Lessa de que diplomacia cultural compreende “a ação que promove ou divulga a cultura, programas culturais, instituições culturais ou científicas, ideias ou autores de um país”¹⁷, podemos dizer que o segundo capítulo será dedicado a evidenciar o conceito de diplomacia cultural, e de que modo

¹⁷ LESSA, Mônica L. *Relações Culturais Internacionais*. p.17. In. MENEZES, Lená. ROLLEMBERG, Denise. FILHO, Oswaldo. *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de Janeiro. ED: UERJ, 2002.

esta se manifestaria nas relações entre o Brasil e os EUA, eixo imperante na movimentação internacional de Delgado de Carvalho. Para analisar tais interações interamericanas, buscaremos discorrer sobre o papel das políticas culturais no diálogo entre intelectuais de diferentes nações. Será, também, a oportunidade de determinar a atuação do Estado brasileiro na promoção da diplomacia cultural, tanto através do Ministério das Relações Exteriores, como de intelectuais inseridos na esfera acadêmica e política.

Traçados os contextos e as condicionantes imperando nos anos 1930 e 1940, o terceiro capítulo tratará da atuação de Delgado nas discussões sobre a reforma universitária no Brasil, demonstrando como o intercâmbio internacional do intelectual, inclusive no momento de suas missões oficiais ao exterior, contribuiu para a formação do curso de História no Rio de Janeiro.

Dessa forma, espera-se compreender melhor a herança deixada pelo intelectual, bem como o lugar da diplomacia cultural nas reformas educacionais do primeiro período do governo de Vargas (1930-45). Através do estudo dessas mencionadas relações culturais internacionais, que indicam corresponder “à circulação de representações, de práticas, de modos de vida e de objetos simbólicos que atravessam fronteiras”¹⁸, imagina-se ser possível contradizer o aparente paradoxo entre a construção de uma nação a partir da experiência e conexões internacionais.

¹⁸ FRANK, Robert. Op. Cit. p. 373.

Capítulo 1. A emergência do fator cultural nas Relações Internacionais e a circulação do intelectual Delgado de Carvalho antes do governo varguista.

1.1: A cultura nas Relações Internacionais:

Podemos dizer que nas décadas de 1970 e 1980 teria havido uma espécie de renovação na História enquanto disciplina, principalmente no que tange à sua relação com outros saberes. Nesse sentido, é durante essa época que ocorre o contato da História Cultural com a Antropologia, ampliando o conceito de cultura que passou a ser vista como elemento chave para compreender os processos históricos. Simultaneamente, tal processo teria ocorrido também com o estudo da política, cujo renascimento e influência na História cultural teria trazido à luz a revalorização da ação dos indivíduos na história¹⁹.

Já no contexto das Relações Internacionais, as primeiras obras sobre a emergência do fator cultural teriam surgido ainda na década de 1940, através de Karl Doka que teria identificado a existência de políticas culturais em diferentes países e na década de 1960, com Philippe H Coombs, que indica que tal linha de pesquisa “reconhece finalmente a importância atribuída pelo Estado às relações culturais entre os países”²⁰. Na década de 1980, os estudos das relações culturais internacionais na escola francesa geraram resultados e publicações com Jean Freymond, Pierre Milza e Marcel Merle. Estes teriam considerado a cultura como campo de disputa no sistema internacional, logo, um fator das relações internacionais.

No contexto das disputas por alianças no período de guerras mundiais, a cultura cresceu enquanto estratégia das relações internacionais. Sendo assim, a cultura seria, de acordo com Marcel Merle, “o fator determinante que poderia explicar todos os comportamentos dos atores internacionais”²¹ podendo ser considerado determinante na explicação da política internacional. Para ele, a definição de cultura seria abstrata, permitindo uma aplicação atemporal e universal. Esta se definiria como um “conjunto de sistemas de valores e de representações que servem como referência para a

¹⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes. *Aprendendo história: reflexão e ensino*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2013, p. 71.

²⁰ LESSA, Mônica L. e SUPPO, Hugo R (orgs.) *A quarta dimensão das Relações Internacionais: a dimensão cultural*. Rio de Janeiro. FAPERJ. 2012. p.12.

²¹ LESSA, Mônica L. e SUPPO, Hugo R. Op. Cit. p.13.

identificação de grupos nacionais, subnacionais ou supranacionais”.²² Na mesma chave teórica, para Pierre Milza:

(...) cultura, compreendida em seu sentido mais amplo, a saber, a produção, a difusão e o consumo de objetos simbólicos criados por uma sociedade, constitui em primeiro lugar um agente ou fator das relações internacionais na medida em que forja mentalidades e orienta o sentimento público. Mas é ao mesmo tempo um desafio ou, se preferirmos, um terreno de enfrentamento sobre o qual intervêm diversos grupos e forças antagonistas na ação que se opera de forma explícita, ou, mais comumente, de maneira oblíqua ou oculta.²³

Ainda que os teóricos defendessem o estudo da cultura nas relações internacionais, para Merle, os três paradigmas dominantes da disciplina não explicavam a complexidade da realidade internacional, pois tratavam a questão cultural como secundária²⁴. Para o teórico, era preciso criar um novo paradigma pautado no fator cultural, para que assim, fossem substituídos os paradigmas já dominantes nas relações internacionais: “o paradigma realista (privilegiando o fator político), o liberal (o econômico) e o da interdependência (a revolução tecnológica)”²⁵. Ao apresentar como os paradigmas das relações internacionais incorporaram o fator cultural, Hugo Suppo teria feito um panorama de tal campo disciplinar. Segundo Suppo, para Merle:

(...) a dimensão cultural das relações internacionais era até então analisada de três formas diferentes: as questões culturais como uma espécie de subproduto da atividade econômica e política dos Estados, ‘mais preocupados com a propaganda e a criação de mercados favoráveis do que com a difusão e o intercâmbio de ideias’; as relações culturais conservariam certa autonomia em relação à política e à economia²⁶.

²² LESSA, Mônica L. e SUPPO, Hugo R. Op. Cit. p. 14.

²³ MILZA, Pierre. APUD. LESSA, Mônica L. e SUPPO, Hugo R. (orgs.) *A quarta dimensão das Relações Internacionais: a dimensão cultural*. Rio de Janeiro. FAPERJ/contracapa. 2012. p. 15

²⁴ Hugo Suppo faz uma análise do fator cultural para os paradigmas das relações internacionais e indica que o paradigma realista estrutural de Waltz teria ignorado a dimensão cultural. De acordo com Robert Keohane e Joseph S. Nye, a visão do liberalismo da interdependência considera que, “a partir de múltiplas redes de interações tangíveis e intangíveis, elimina as hierarquias entre a chamada *high politic* (questões estratégico-militares) e a *low politic* (questões econômicas, sociais e culturais).” Para Nye e a noção de soft power: “a cultura, que faz parte do chamado soft power, é a base do poder dos Estados na chamada ‘era da informação’”. Como salienta Suppo, “a cultura é considerada um instrumento de poder, em certo sentido como os realistas já o faziam, mas agora é alçada a elemento principal.” LESSA, Mônica L. e SUPPO, Hugo R. Op. Cit. p. 21-26.

²⁵ LESSA, Mônica L. e SUPPO, Hugo R. Op. Cit. p. 39.

²⁶ APUD LESSA, Mônica L. e SUPPO, Hugo R. Op. Cit. p. 39. Merle 1985. (MERLE, Marcel. *Forces et enjeux dans les relations internationales*. Paris: Economica, 1985.)

Os reflexos da tentativa de Merle ao objetar contra os três paradigmas supracitados são percebidos apenas no final da década de 1990 quando ocorre a ampliação da dimensão cultural nas relações internacionais nos estudos do sistema político internacional. Como destaca Suppo:

(...) atualmente, a diplomacia não pode ignorar o fator cultural, e a cultura precisa da política para consolidar seu impacto. É necessário igualmente que esta dimensão seja integrada como tema central, e de forma pluridisciplinar, na disciplina Relações Internacionais.²⁷

Ainda que parte da literatura ressalte a atuação de agentes não estatais na difusão da cultura, muitos acadêmicos e pesquisadores do tema também consideraram o papel do Estado como difusor cultural. Segundo Robert Frank, “a diplomacia cultural engloba os meios e atores que estão a serviço tanto das políticas culturais externas, do Estado, como das ações culturais de iniciativa não-estatal”²⁸. Por conseguinte, podemos dizer que, para Robert Frank, “as motivações dos Estados, das organizações internacionais, intergovernamentais ou não governamentais para a diplomacia cultural são diversas: poder ou influência, a busca da paz, a necessidade de se afirmar uma identidade”²⁹. No Brasil, as pesquisas de Edgar Telles Ribeiro, Gerson Moura, Mônica Hertz, Letícia Pinheiro, Hugo Suppo e Mônica Leite Lessa também contribuíram para a ampliação do campo de pesquisa sobre a cultura nas Relações Internacionais. E sobre a atuação do Estado como agente da propagação da cultura, Edgar Telles Ribeiro considera que:

(...) o Estado continua a deter uma função primordial nesses processos de aproximação internacional: a de assegurar e facilitar esse fluxo de trocas que os homens espontaneamente estabelecem entre si.³⁰

No que se relaciona a estas intervenções do Estado, Para Jean-Baptiste Duroselle, haveria movimentações que seriam “relações pacíficas” dos Estados, classificadas em espontâneas. Já as que são fruto de uma política do Estado, ou seja, frutos da “política cultural”, são as que “compreendem a negociação de acordos de

²⁷ LESSA, Mônica L. e SUPPO, Hugo R. Op. Cit. p. 41.

²⁸ FRANK, Robert. *Pour L'Histoire Des Relations Internationales*. Paris. Presses Universitaires de France, 2012. p. 374.

²⁹ FRANK, Robert. *Pour L'Histoire Des Relations Internationales*. Paris. Presses Universitaires de France, 2012. Op. Cit. P. 374.

³⁰ RIBEIRO, Edgard Telles. *Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília. FUNAG, 1989. p. 24.

cooperação e o aparelhamento do Estado com institutos e centros de cultura, tendo como objetivo ‘a propaganda intelectual do país’³¹.

Segue-se daí que Duroselle, ao diferenciar as “relações culturais”³² das “diplomacias culturais”, ratifica o argumento do diplomata britânico J. M. Mitchell:

A diplomacia cultural, num sentido mais restrito, seria toda e qualquer atividade cultural de origem estatal com a finalidade maior de trazer benefícios ao Estado, em detrimento da mera troca de informações. A diplomacia cultural, portanto, conta com eventos externos à sua área de ação direta para operar como instrumento pacificador, esclarecendo estereótipos e alterando imagens negativas, e auxiliar a diplomacia convencional, levando aos atores internacionais uma imagem favorável ao país.³³

Além de Duroselle, outro pesquisador que estudou o papel do Estado nas relações culturais internacionais foi Jean F. Freymond. Ao considerar a cultura como expressão de símbolos e como conceito estruturante da nação (Estados Nacionais), o autor defende uma visão mais geral dos processos históricos justamente com o intuito alargar sua análise. Dessa forma, podemos dizer que Freymond teria se aproximado das ideias de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle ao considerar uma visão menos centralizada no Estado, de forma a ampliar a perspectiva dos especialistas de relações internacionais cujas análises se fundamentavam unicamente na ideia de Estado e suas relações. Para que se dê essa transformação no modo de se conceber as relações internacionais, Freymond propõe o estudo para além da relação entre Estados, a fim de compreender a relação Estado/sociedade nas múltiplas análises do sistema internacional.³⁴

Segue-se daí que, na chave da identidade cultural, diversos especialistas se apoiaram em definições antropológicas para entender as relações interculturais do campo das relações internacionais. Freymond teria sido um desses autores na medida

³¹ APUD CRESPO, Flávia. *O Itamaraty e a cultura brasileira (1945-1964)*. In: LESSA, Mônica L. e SUPPO, Hugo R. (orgs.) *A quarta dimensão das Relações Internacionais: a dimensão cultural*. Rio de Janeiro. FAPERJ/contracapa. 2012. p. 111. Em relação a isso, Duroselle classifica as relações assimétricas: “são inicialmente as relações da conquista e de criação de impérios. Consistem, em resumo, em eliminar as unidades políticas do mapa mundial, em favor de um Estado poderoso, de um Império que se torna, em princípio, o único centro de decisão”. E as relações simétricas: “podemos dizer que, em condições de paz e de calma, as relações entre unidade políticas se desenvolvem dentro de certa simetria que tende progressivamente a se consolidar”. DUROSELLE, J-B. *Todo Império Perecerá. Teoria das Relações Internacionais*. Brasília. Ed. UNB, 2002. Cap. 12 (*A Relações pacíficas*), pp.255-282.

³² DUROSELLE, J-B. *Todo Império Perecerá*. Op. Cit. p. 272.

³³ CRESPO, Flávia. Op. Cit. P. 112.

³⁴ Evidenciamos a influência de Fernand Braudel: (estrutura, conjuntura, evento). Para Pierre Renouvin: “a cultura constitui um dos elementos da conjuntura definida por Braudel.” FREYMOND, J. *Rencontres de cultures et relations internationales. Relations Internationales*, Paris, nº 24, hiver 1980, p. 405.

em que propôs utilizar as ferramentas conceituais de outras disciplinas para inovar os conceitos de adaptação, definir métodos, identificar fontes ou desenvolver um quadro teórico e formular hipóteses de trabalho que possam servir ao cientista político e ao historiador. Partindo da tentativa de se conceber tal viés transdisciplinar, Freymond parte da cultura para estudar o elemento global, defendendo a tese de que cada Estado/sociedade tem seu próprio sistema de referência fundamentada na identidade coletiva. O sistema internacional seria, então, composto por diferentes sistemas culturais, sendo complexo e plural. Contudo, podemos dizer que Freymond vai além: o âmbito cultural não seria apenas mais um fator para a análise das relações internacionais, mas, para o autor, a cultura de cada Estado/sociedade constituiria o fundamento da política externa dos Estados e o conteúdo das transações, internacionais ou transnacionais. Estes seriam particularmente definidos pelo sistema de referência cultural.

Orientando-se por uma perspectiva semelhante a de Freymond, Pierre Milza argumenta que, para se falar da identidade de uma nação e de relações internacionais, torna-se essencial partir da análise cultural. Seguindo a via traçada por Pierre Renouvin décadas atrás, a escola francesa das relações internacionais tentou determinar o peso das *forces profondes*, capazes de determinar, no campo da política exterior, as escolhas dos órgãos decisórios do Estado. Para Milza, a cultura constitui um agente ou um fator das relações internacionais, pois forma as mentalidades e orienta o sentimento público além de agir como campo de confronto com diversos grupos e forças antagonistas.³⁵

1.2: A cultura no Brasil: final do século XIX e início do XX

De acordo com Pascal Ory, “a cultura comporta as práticas sociais, os modos de vida e a criação intelectual e artística, isto é, a produção de objetos simbólicos”³⁶, tendo em vista “as representações coletivas próprias de uma sociedade”.³⁷ A partir dessa definição de cultura, torna-se possível entender de que modo foi necessário reconhecer tais representações coletivas (com toda sua carga social e política que Ory demonstra acima) para que fosse possível forjar e desenvolver um sentido de cultura intrínseco ao Brasil. Para melhor situarmos, exemplificarmos e entendermos tal processo, podemos

³⁵ MILZA, Pierre. *Mentalités collectives et relations internationales*. Relations Internationales, n° 41. Paris. Printemps, 1985. pp. 93-109.

³⁶ APUD FRANK, Robert. Op. Cit. p.373. ORY, Pascal. *L'histoire culturelle*. Paris, PUF, 2004.

³⁷ APUD FRANK, Robert. Op. Cit. p.372. ORY, Pascal. *L'histoire culturelle*. Paris, PUF, 2004.

dizer, de antemão, que as reformas educacionais seriam reflexos dessa tentativa de estabelecer e legitimar a cultura brasileira como algo muito próprio e característico do país: estas estiveram ligadas aos esforços em busca da construção da identidade nacional brasileira, não só para a elite, mas também para a população de uma forma geral, além de ser de elemento diferenciado do outro, do estrangeiro (uma discussão a ser aprofundada mais adiante).

Além disso, cabe ainda dizer que tal processo de fundação e desenvolvimento de uma identidade cultural nacional estaria intimamente atrelado aos intercâmbios culturais estabelecidos entre o Brasil e outros países. Disso se segue que, embora Vargas tenha fomentado a fundação e exportação da cultura brasileira, podemos dizer que o contato do Brasil com o mundo não foi algo exclusivo do período varguista: tais intercâmbios culturais com outras regiões teriam acontecido sobretudo nos primeiros anos da República (algo que demonstraremos de forma pormenorizada nas próximas páginas).

Ao longo do século XX, as relações entre o Brasil e outros países contaram com a mediação de diversos agentes culturais, como diplomatas - para diminuir os conflitos - e intelectuais - para promover a cultura dos países.³⁸ Tal iniciativa pode ser facilmente constatada nas ações de política cultural intensificadas pelos países durante as guerras mundiais, inclusive no caso do Brasil e EUA durante a Segunda Grande Guerra (política da Boa Vizinhança) Como política cultural segue-se a definição de Mônica Lessa:

(...)por política cultural externa se compreende o conjunto de ações planejado para, a longo prazo, amparar e/ou fomentar a difusão e venda dos produtos culturais no exterior. (...) visa estabelecer cooperações técnicas e científicas, intercâmbios e acordos] universitários, difundir autores ou ideias por meio de conferências, seminários ou cursos, organizar comemorações internacionais e eventos de caráter transnacionais.³⁹

Ainda que o período imperial brasileiro e o da primeira república tenham marginalizado as tradições indígenas e africanas do país em suas relações internacionais, outras dimensões culturais estiveram presentes.⁴⁰ Ainda assim, o contato do Brasil com outros países, como a França, esteve presente desde o período imperial, sobretudo na vinda da corte joanina e da Missão Artística Francesa no contexto de adaptar a cidade do Rio de Janeiro para ser a capital do Império Português. Desde o século XIX percebem-se os esforços para aprimorar a vida intelectual e artística na

³⁸ LESSA, Mônica L. e SUPPO, Hugo R. Op. Cit. p. 19.

³⁹ LESSA, Mônica L. e SUPPO, Hugo R. Op. Cit. p. 15.

⁴⁰ SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

cidade, concedendo bolsas de estudos aos artistas e criando instituições culturais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Imperial de Belas-Artes, a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional. Tais esforços elucidam a hipótese de Thomas Skidmore sobre a promoção da imagem do Brasil no exterior, existente desde o Império com as missões estrangeiras e a fundação de instituições educacionais, artísticas e científicas.⁴¹

O pesquisador ainda destaca a participação de engenheiros ingleses na construção do sistema de estradas de ferro, a presença de intelectuais liberais, a atuação do Barão do Rio Branco em Paris (para “melhorar as relações públicas do Brasil”) e a chegada de imigrantes na produção de café.⁴² Tais fatos fundamentam a tese acima de Skidmore, que ressalta que os “esforços promocionais brasileiros” se seguiram nos anos iniciais da República, sobretudo com a “permanência da preferência da elite pela cultura francesa”.⁴³ No Boletim Comemorativo da exposição de 1908 em razão da celebração do centenário da abertura dos portos, percebe-se tais esforços em promover a cultura no Brasil a partir de modelos estrangeiros, como por exemplo, a França:

(...)num quadro magnífico, a imagem do progresso do Brasil fazendo num século de apressada marcha o percurso necessário para alcançar o grau de cultura que as antigas nacionalidades atingiam em milhares de anos (...) animar o progresso do Brasil e elevar seu conceito no mundo civilizado”.⁴⁴

Nesse sentido, entende-se a afirmação de Maria Isaura Pereira de Queiroz que, ao analisar o momento das transformações culturais do período da vinda da família real, teria sido difundido um modo de vida burguês – embora o país ainda não tivesse passado por um processo de industrialização.⁴⁵ Um outro exemplo de como tais influências culturais foram marcantes no Brasil, há a indicação que ideias liberais que circulavam na Europa teriam sido importadas para o Brasil, mesmo com o paradoxo da continuidade da escravidão.

⁴¹ SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Op. Cit. p. 143. Além da manutenção de prédios públicos como a Biblioteca Nacional, o Palácio Monroe e o Teatro Municipal. O autor também destaca o desenvolvimento material do Brasil no final do século XIX e início do XX como: “o aumento dos transportes (estradas de ferro) e das comunicações (telégrafo), a melhoria de serviços públicos (escolas urbanas, programas de saúde publica destacando-se a atuação de Osvaldo Cruz.)”. SKIDMORE, Thomas E. Op. Cit. p. 150.

⁴² SKIDMORE, Thomas E. Op. Cit. p. 143.

⁴³ SKIDMORE, Thomas E. Op. Cit. P. 146.

⁴⁴ SKIDMORE, Thomas E. Op. Cit. p. 151.

⁴⁵ OLIVEN, Ruben George. *Relação entre o Estado e cultura no Brasil: corte ou continuidades?* In MICELI, Sérgio. *Estado e Cultura no Brasil*. Ed: Difel. 1984. p. 44-45.

No âmbito educacional, desde o início do século XIX, por intermédio das missões científicas e culturais, das escolas religiosas e da criação da Aliança Francesa em 1896, percebe-se o papel da França no ensino do Brasil. Em 1908 a Universidade de Paris criou o *Groupement des Universités et des Grandes Écoles de France pour les Relations avec l'Amérique Latine*, “com o objetivo de promover o intercâmbio acadêmico entre a França e a América Latina.”⁴⁶ Nos anos seguintes, especificamente em 1922 no Rio de Janeiro e em 1925 em São Paulo, foram instalados os *Instituts Franco-Brésiliens de Haute Culture*.

Segundo Ruben George Oliven, o movimento modernista de 1922,

(...) com toda sua complexidade e diferenciação ideológica, representa um divisor de águas neste processo. Por um lado, significa a reatualização do Brasil em relação aos movimentos culturais e artísticos que ocorrem no exterior; por outro lado, implica também em buscar nossas raízes nacionais valorizando o que haveria de mais autêntico no Brasil.⁴⁷

O autor também aponta para o processo de “apropriação de manifestações populares e sua manipulação e subsequente transformação em símbolos de identidade nacional no momento de transformações econômicas, sociais e políticas.”⁴⁸ Dessa forma, a difusão de símbolos que representassem a identidade nacional teria contado com a ajuda dos meios de comunicação. A partir da década de 1920, com a consolidação da indústria e do mercado, o rádio torna-se um importante aparelho difusor da cultura brasileira. Ainda na questão da divulgação e expansão cultural, no mesmo período, foram criados o Centro Popular de Cultura (CPC) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Ainda segundo Oliven, “a interferência estatal em relação à cultura se acentua justamente na década de 1930, quando começa a se consolidar uma sociedade urbano-industrial no Brasil”⁴⁹.

Voltando para o campo da educação, no que ela se refere à identidade cultural, no início do século XX, é possível dizer que diversos intelectuais atuaram na formação de cursos para o ensino secundário e superior. O quadro educacional formado na virada

⁴⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes. *Os professores franceses e o ensino da história no Rio de Janeiro nos anos 30*. In: CHOR, Marco e VILLAS BOAS, Gláucia. (Orgs.) *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. p. 28.

⁴⁷ OLIVEN, Ruben George. *Relação entre o Estado e cultura no Brasil: corte ou continuidades?* In. Op. Cit. p. 45.

⁴⁸ OLIVEN, Ruben George. In. Op. Cit. p. 47.

⁴⁹ OLIVEN, Ruben George. In. Op. Cit. p. 49.

do século XIX para o século XX contou com poucos investimentos por parte do Estado. Ainda que tenha sido criada em 1871, a Diretoria Geral de Estatística, para divulgar dados sobre o ensino público primário e secundário, em todo Império, até o início da República no Brasil, constata-se a dificuldade na sistematização das informações sobre educação no país.⁵⁰ Isto posto, na Constituição de 1891 foi estabelecido que o governo federal seria responsável pelo ensino superior e a educação básica passaria a ser responsabilidade dos estados e municípios.

Na Primeira República:

(...) o ‘bacharel’, aquele que completou o curso superior, e o ‘coronel’, aquele que controlava a política local do jogo de favores, constituíram-se como pilares de prestígio, privilégio e mando social na Primeira República (1889-1930).⁵¹

Os assuntos educacionais, que no Império eram atribuídos à repartição do Ministério do Império, passaram a ser de responsabilidade do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Na reforma de 1925, foram instituídas condições para criação de um órgão mais amplo, que viria a ser o Ministério da Educação. Segundo Helena Bomeny, durante a Primeira República “o fato de ter sido a ideia de progresso a força condutora das discussões a respeito da educação brasileira estimulou a criação e o aprimoramento das escolas técnicas e do ensino profissional.”⁵²

No contexto da Primeira Guerra Mundial, com as dificuldades do processo de imigração, o Brasil teve que olhar seus próprios recursos humanos e perceber quem seriam aqueles que integrariam o mercado de trabalho.⁵³ Algumas iniciativas foram realizadas, como a criação do “Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico”, porém o mesmo não era um programa educacional, mas um plano assistencial. Nesse período também teve a atuação das Ligas de Defesa Nacional espalhadas pelos estados da federação, com o projeto de alfabetização em massa.

Com o objetivo de promover a educação durante a Primeira República, um grupo de educadores brasileiros reuniu-se no ano de 1924 no Rio de Janeiro para a criação da ABE (Associação Brasileira de Educação). Contando com a presença de intelectuais como, Heitor Lira, José Augusto, Antônio Carneiro Leão, Venâncio Filho,

⁵⁰ BOMENY, Helena Maria Bousquet. *Os intelectuais da educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001. p. 12-14.

⁵¹ BOMENY, Helena Maria Bousquet. Op. cit. p.19.

⁵² BOMENY, Helena Maria Bousquet. Op. Cit. p.20.

⁵³ BOMENY, Helena Maria Bousquet. Op. Cit. p.24.

Everardo Backeuser, Edgard Sussekind de Mendonça e Delgado de Carvalho, o objetivo da associação era:

(...) influir na implantação de políticas para a educação. A ABE abrigou em seu programa de debates e conferências a elite dos educadores que se empenhavam em difundir no Brasil os avanços no campo da educação em vigor na Europa e nos EUA. A ciência se punha a serviço da melhoria da educação brasileira em bases mais sistemáticas. O movimento da Escola Nova é a síntese mais acabada desse empenho.⁵⁴

Durante a década de 1920, além dos esforços para criar instituições com o intuito de investir na educação brasileira, percebe-se a presença de intelectuais participando de intercâmbios com outros países. Anísio Teixeira, um dos idealizadores do movimento da Escola Nova, foi para os EUA em 1927 e trouxe inspirações da filosofia do norte-americano John Dewey, tendo inclusive traduzido a sua obra.⁵⁵ Durante a viagem, encontrou Monteiro Lobato com quem compartilhava um ideário de civilização, formando “uma agremiação de profetas de uma religião cívica de transformação do Brasil”.⁵⁶

Na Europa, desde o século XIX, cria-se uma ligação entre a ideia de construção do Estado-Nação e a montagem de sistemas públicos de educação.⁵⁷ No caso da França, por exemplo, a escola passa a ser vista como empreendimento da construção nacional, cuja responsabilidade estava legada ao Estado francês. Nesse sentido, a partir dos intercâmbios culturais entre a França e o Brasil, percebe-se a importação desse modelo, sobretudo a partir do governo de Vargas.

Observamos, portanto, que as aproximações do Brasil com outros países no âmbito da cultura já estavam presentes na agenda diplomática mesmo antes do período varguista. Porém, anteriormente à Vargas, para as pesquisadoras Anais Flechet e Juliette Dumont, a diplomacia cultural no Brasil esteve ainda “limitada ao campo literário e às

⁵⁴ BOMENY, Helena Maria Bousquet. Op. Cit. p.31.

⁵⁵ BOMENY, Helena Maria Bousquet. Op. Cit. p. 9. Anísio Teixeira nasceu na Bahia em 1900, estudou com jesuítas e concluiu o curso de Direito em 1922 na Universidade do Rio de Janeiro. Em 1925 viajou para a Europa para entrar em contato com os sistemas escolares da França e da Bélgica. Em 1931, recebeu convite de Francisco Campos para ocupar-se do ensino secundário sendo nomeado para a Diretoria de Educação da Prefeitura do Distrito Federal. Em 1935, criou a Universidade do Distrito Federal e, devido à repressão de Vargas no fechamento da universidade, só retorna ao cenário educacional em 1945. Ver MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001. P.222-224.

⁵⁶ BOMENY, Helena Maria Bousquet. Op. Cit. P.10.

⁵⁷ BOMENY, Helena Maria Bousquet. Op. Cit. P.33.

visitas oficiais de estudiosos estrangeiros até o final do século XIX”.⁵⁸ Sendo assim, apenas no período posterior à Primeira Guerra Mundial que ocorreram novos desdobramentos no sentido de consolidar a diplomacia cultural brasileira.⁵⁹ Portanto, podemos dizer que na Primeira República ocorreram iniciativas, mas não houve políticas efetivas de difusão cultural.

No início do século XX, com o contexto da Primeira Guerra Mundial, percebe-se uma redução das atividades culturais francesas no país entre 1914 e 1920. Porém, nos anos seguintes, com a fundação do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI), em 1926, por iniciativa da França, o Brasil passa a atuar em diversas ações culturais. A fim de manter “prestígio internacional”⁶⁰, o Brasil participava desde 1922 da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (CICI), que além de desempenhar o papel de promover a paz internacional também buscava através do progresso da civilização manter as atividades científicas entre os países⁶¹. Além da França, o Brasil se aproxima no campo cultural com os EUA desde a atuação do Barão do Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores. Como salientou Rubens Ricupero, o primeiro paradigma global e abrangente do conjunto da política externa brasileira resultou no “esforço constante de uma difícil harmonização entre os interesses dos Estados Unidos e os da América Latina”⁶².

Além do Barão do Rio Branco ter impulsionado a política externa brasileira, também escreveu sobre a Geografia e a História e utilizou o seu material na ocasião da defesa dos interesses brasileiros na disputa das fronteiras com a Argentina.⁶³ Para Crespo⁶⁴, o Barão do Rio Branco “promoveu a vinda ao Brasil de ‘intelectuais europeus

⁵⁸ DUMONT, Juliette. FLÉCHET, Anais. “*Pelo o que é nosso!*”: a diplomacia cultural brasileira no século XX. Revista Brasileira de História. São Paulo. V.34, nº 67, 2014. p. 203-221.

⁵⁹ DUMONT, Juliette. FLÉCHET, Anais. “*Pelo o que é nosso!*”: a diplomacia cultural brasileira no século XX. Op. Cit. p. 2.

⁶⁰ RESENDE, José Armando Zema de. *A cooperação intelectual internacional da Sociedade das Nações e o Brasil (1922-1938)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Nacional de Brasília. Brasília. 2013. p. 36.

⁶¹ Aloísio de Castro foi membro da CICI entre 1922-1930. O intelectual nasceu em 1881 no Rio de Janeiro, formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, foi membro da Academia Brasileira de Letras, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e Diretor do Departamento Nacional do Ensino – “órgão do governo federal encarregado de decidir os rumos da educação no Brasil ao final da década de 1920”. RESENDE, José Armando Zema de. Op. Cit. p. 35-49.

⁶² RICUPERO, Rubens. *Rio Branco: o Brasil no mundo*. Rio de Janeiro. Contraponto: Petrobrás, 2000. p.38-39.

⁶³ COSTA E SILVA, Alberto. *O Itamaraty na Cultura Brasileira*. Op. Cit. p.31.

⁶⁴ CRESPO, Flávia. *O Itamaraty e a cultura brasileira (1945-1964)*. In: LESSA, Mônica L. e SUPPO, Hugo R. Op. Cit. p.113.

eminentes, artistas, médicos de renome”⁶⁵, dando continuidade à “política da imagem do Brasil iniciada no Segundo Império e internalizada na sua prática de diplomacia brasileira”⁶⁶. O Barão do Rio Branco percorreu ao longo de sua trajetória acadêmica e política diversas instituições. O intelectual e político estudou no Colégio Pedro II, cursou duas faculdades de Direito e fez curso de aperfeiçoamento na Europa, em Coimbra. Rio Branco também escreveu diversas obras e atuou como Presidente do IHGB e como professor de História e Geografia no mesmo colégio em que estudou. Antes de seguir a carreira diplomática atuou como promotor público na cidade de Nova Friburgo no Rio de Janeiro.⁶⁷ Na trajetória de Rio Branco, percebe-se a circulação do mesmo não só devido à carreira diplomática, mas também à sua carreira acadêmica.⁶⁸ Apesar do passado na Europa, o Barão dialogou inclusive com os EUA, como exposto em despacho a Washington em 1905: “A verdade é que só havia grandes potências na Europa e hoje elas são as primeiras a reconhecer que há no Novo Mundo uma grande e poderosa nação com que devem contar”.⁶⁹

Por conseguinte, pode-se dizer que as aproximações com a nação norte-americana irão marcar a atuação de Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores. Segundo Ricupero, tal interação entre ambos os países teria marcado “o declínio da herança isolacionista e o começo do engajamento global do poderio norte-americano em questões que transcendiam os limites hemisféricos”.⁷⁰ A partir desse momento, e com os esforços de Rio Branco, percebe-se a tentativa de integrar o Brasil com o mundo. É nesse contexto de integração que podemos também depreender a preocupação em tornar “uma certa ideia de Brasil”, como algo real.⁷¹ Segundo Roberta Ferreira, as ações do Barão foram expandidas no período que o sucedeu, com Lauro Muller à frente do Ministério (1912-1917), de forma a dar continuidade aos seus esforços de aproximação com os EUA.

⁶⁵ APUD CRESPO, Flávia. *O Itamaraty e a cultura brasileira (1945-1964)*. Op. Cit. FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro. Record, 2001. p. 163-164.

⁶⁶ LESSA, Mônica Leite. *A Política Cultural Brasileira e a Sociedade das Nações*. Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), Anais da XXII Reunião. Rio de Janeiro. 2002. P. 90.

⁶⁷ RICUPERO, Rubens. *Rio Branco: o Brasil no mundo*. Op. Cit.. P. 13/14.

⁶⁸ O Barão do Rio Branco também viveu em Paris e Liverpool. No período em que escreve sobre a História no século XIX, outros intelectuais também elaboraram suas obras como: Varnhagen, Oliveira Lima, Joaquim Nabuco, Capistrano de Abreu, além de Sílvia Romero, José Veríssimo, João Ribeiro, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Oliveira Viana e Arthur Ramos.

⁶⁹ RICUPERO, Rubens. Op. Cit. p.36.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ RICUPERO, Rubens. Op. Cit. p.9.

No ano de 1922, a presença do grupo musical “Os Oito Batutas” na França serviu como forma de representar a identidade brasileira no exterior. O grupo realizou apresentações durante a estadia de seis meses e contou com a ajuda de Arnaldo Guinle e do diplomata Lauro Muller.⁷² Para Flávia Crespo:

(...) do ponto de vista da política cultural externa, a adesão de Muller à viagem do grupo é representativa da continuidade da tradição da difusão cultural no âmbito do Itamaraty. Além disso, o apoio dado nesta situação específica demonstra como a discussão da identidade nacional continua encontrando eco, quando não propriamente se desenvolvendo, nos quadros diplomáticos brasileiros.⁷³

Antes da década de 1930, a atuação do Barão do Rio Branco e de Lauro Muller pôde demonstrar que:

(...) construção de uma imagem positiva do país através de sua cultura é constante não só no período posterior à institucionalização dessas relações no âmbito do Itamaraty, a partir de 1934, como também em diversos momentos precedentes, constituindo um dos pilares sobre os quais se sustenta a política externa.⁷⁴

Além disso, é possível afirmar que a circulação de artistas e intelectuais já acontecia antes mesmo da consolidação das políticas culturais no período varguista. Além do exemplo da presença dos “Oito Batutas” na França, percebe-se uma interação do Brasil com os países da América, sobretudo no campo intelectual. Através de iniciativas da União Panamericana, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro em 1905, o III Congresso Científico Panamericano, com um “caráter exclusivamente científico, e a sua celebração tem por fim mostrar o movimento intelectual científico na América”⁷⁵. Assim, o Congresso contou com a participação de diversos países como Argentina e Uruguai (com o maior número de participantes), além da Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru. As sessões abordavam os seguintes temas: matemáticas puras e aplicadas, ciências físicas, ciências naturais, engenharia, ciências médicas e cirúrgicas, medicina pública, ciências antropológicas, ciências jurídicas e sociais, ciências pedagógicas, agronomia e zootecnia. De fato, o citado Congresso

⁷² FLECHET, Anais. *As partituras da identidade: o Itamaraty e a música brasileira no século XX*. In: LESSA, Mônica L. e SUPPO, Hugo R. Op. Cit. p.140-141. MARTINS, Luiza Mara Braga. *Os Oito Batutas e a música brasileira nos anos 1920*. Rio de Janeiro. UFRJ, 2014.

⁷³ CRESPO, Flávia. *O Itamaraty e a cultura brasileira*. In: LESSA, Mônica L. e SUPPO, Hugo R. Op. Cit. p. 113.

⁷⁴ CRESPO, Flávia. Op. Cit. p. 112.

⁷⁵ Em telegrama, Marquês Paranaguá, Presidente da Comissão Organizadora. Rio de Janeiro, 8 de junho de 1905. III Congresso Científico Americano. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro. 273.3.19.

“firmou-se o interesse nas investigações científicas em todos os países da América Latina”⁷⁶. Em discurso proferido no Congresso: “o tema central do pronunciamento no Congresso Científico é a busca do equilíbrio internacional por meio de desenvolvimento que elimine ou reduza o diferencial de poder, responsável pela vulnerabilidade do continente sul-americano”⁷⁷.

Em trabalho sobre as Conferências Panamericanas, Tereza Maria Spyer Dulci afirma que as mesmas “foram a origem das grandes assembléias diplomáticas do continente, e o seu maior objetivo era a união das nações americanas por meio do fortalecimento político e do comércio na América”⁷⁸. De fato, a organização das conferências por parte da União Panamericana acontecia desde o século XIX, tendo o Brasil participado desde a primeira delas enviando representantes. Os EUA pretendiam, ao longo das conferências realizadas, uma aproximação com os países da América Latina, tendo em vista o contexto da Doutrina Monroe no século XIX e a Política da Boa Vizinhança no século XX, tendo sediado a I Conferência, entre outubro de 1889 e abril de 1890, e o Oitavo Congresso realizado em 1940, o qual abordaremos no terceiro capítulo⁷⁹.

Segundo Ricupero, no início do século XX, Rio Branco defendia que o Brasil deveria se aproximar de outros Estados, inclusive dos EUA e de outros países da América Latina.⁸⁰ Com efeito, ainda para Ricupero, o Ministério, durante a atuação de Rio Branco, teria promovido a educação e cultura no exterior, destacando que: “a idealização do Itamaraty, dirigido pelo Barão do Rio Branco, como órgão supremo de irradiação ou afirmação de prestígio do Brasil no continente, em particular, e no exterior, em geral”⁸¹. Já Thomas Skidmore, ao considerar a atuação de Rio Branco em promover o intercâmbio de intelectuais do Brasil com o mundo, indicou que a proposta na época era:

⁷⁶ Congresso Científico Panamericano. Conferências Inter-Americanas. 1901-1924. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro. 273.3.20.

⁷⁷ RICUPERO, Rubens. Op. Cit. p.61.

⁷⁸ DULCI, Tereza Maria Spyer. *As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)*. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade do Estado de São Paulo.2008. p. 20.

⁷⁹ Segundo Tereza Maria Spyer, as Conferências Panamericanas aconteceram nas seguintes cidades: Washington (1889-1890), México (1901-1902), Rio de Janeiro (1906), Buenos Aires (1910), Santiago (1923), Havana (1928), Montevideu (1933), Lima (1938) e Bogotá (1948). Ao longo do trabalho partiremos da análise dos Congressos Científicos, especificamente o Terceiro e o Oitavo, também organizados pela União Panamericana que ocorreram nos seguintes lugares, respectivamente: Buenos Aires (1898), Montevideu (1901), Rio de Janeiro (1905), Santiago (1908), Washington (1915-16), Lima (1924-1925), Cidade do México (1935), Washington (1940).

⁸⁰ RICUPERO, Rubens. Op. Cit. p.62.

⁸¹ RICUPERO, Rubens. Op. Cit. p.63.

(...) apresentar uma imagem ‘civilizada’ do Brasil, empregando escritores em postos diplomáticos– principalmente na Europa – e induzindo ilustres figuras públicas da Europa a visitar o Brasil.⁸²

Nesse aspecto, a escolha do Rio de Janeiro para sediar o III Congresso Científico Panamericano traduziria a aliança política e econômica do Brasil com os EUA. Para os entusiasmados comentaristas brasileiros, a escolha provava que o Rio de Janeiro era “incontestavelmente o centro de maior cultura, de ambiente mais propício a uma reunião dessa natureza”⁸³. Contudo, para Skidmore, apesar das aproximações com os EUA e com a América Latina, “as preocupações culturais de Rio Branco permaneciam essencialmente europeias”⁸⁴. Ao contrário do que afirmou E. Bradford Burns sobre a “aliança não escrita” do Brasil com os EUA⁸⁵, Luís Cláudio Villafañe também considera que o país norte-americano não foi o principal aliado no início do século XX. Ao pesquisar sobre o lugar ocupado por Rio Branco na memória e no imaginário da nação brasileira, Villafañe destaca na diplomacia do Barão o interesse em aumentar a promoção do Brasil no cenário internacional e no diálogo com os países da América Latina. O autor cita como exemplo de tal esforço a participação do Brasil nos trabalhos da Liga das Nações.⁸⁶

Além de todas essas participações e empreitadas, o Barão do Rio Branco também atuou como Presidente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Para Lucia Paschoal Guimarães, a presença do ministro à frente do cargo “representou o grande impulso que permitiu ao IHGB recobrar a sua posição de destaque no panorama intelectual”.⁸⁷ A herança da atuação de Rio Branco, no que tange ao alinhamento com outros países, também pode ser constatada no momento da Primeira Guerra Mundial, sobretudo com a visita de Theodore Roosevelt em 1913, admitido como sócio honorário⁸⁸.

Em relação à história do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, podemos dizer que tal instituição teria promovido diversos encontros entre intelectuais ao longo

⁸² SKIDMORE, Thomas E. Op. Cit. p. 151.

⁸³ SKIDMORE, Thomas E. Op. Cit. p. 154.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ BURNS, E. Bradford. *A aliança não escrita: Rio Branco e as relações do Brasil com os EUA*. EMC, 2003.

⁸⁶ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O dia em que adiaram o carnaval*. São Paulo. Ed. UNESP, 2010.

⁸⁷ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro. Museu da República, 2007. p. 50.

⁸⁸ Discurso de Theodore Roosevelt: “Internacionalismo americano”. Discurso proferido no IHGB, em 24 de outubro de 1913. Arquivo do IHGB, Rio de Janeiro. Miscelânea, 200, 10, 6, nº23.

do século XX, incluindo políticos (algo que vimos anteriormente). O instituto foi criado em 1838 pelo Imperador e conseguiu manter o seu prestígio no círculo intelectual e político durante a República. Apesar das mudanças de ordem política, o IHGB adaptou-se academicamente aos debates da época, sobretudo com a atuação de Rio Branco e depois com Afonso Celso à frente da presidência.

Concomitante à atuação dos respectivos presidentes, percebe-se a presença de um grupo de intelectuais preocupados com a questão da educação, os chamados ‘reformadores sociais’ que “acreditavam no poder transformador da cultura e do ensino da palavra escrita”⁸⁹. Diversos trabalhos no campo da historiografia abordaram a temática sobre o papel da instituição na história do Brasil, como Patrícia Hansen, André Botelho e Ciro Melo.⁹⁰ Angela de Castro Gomes destaca em seu trabalho sobre o papel do IHGB nos debates sobre o campo disciplinar da História no século XX:

(...) uma importância especial, como palco de debates sobre o que era e o que devia ser a história, como um ponto de agenda claramente associado ao traçado de projetos de futuros possíveis para modernidade do país. O reconhecimento da centralidade dessa instituição é, inclusive, um aspecto a ser ressaltado no que diz respeito à produção historiográfica, a partir dos anos 1990.⁹¹

Durante a Primeira República, no momento da busca de modernidade(s), pode-se dizer que o Brasil não se tornaria moderno sem o auxílio da ciência⁹². Nesse sentido, no campo intelectual, o IHGB promoveu diversos debates e divulgou obras que marcaram o período da produção da História do Brasil e do debate sobre o caráter científico da disciplina⁹³. Além disso, no início século XX, intelectuais que integravam o instituto defendiam a importância do diálogo com as ciências sociais, como a sociologia, a etnografia, a geografia.⁹⁴ Apesar do perfil do historiador não estar definido nesse momento, o IHGB participou das reflexões e debates sobre a disciplina História do Brasil.

É então que, nesse período, segundo Angela de Castro Gomes, teria ocorrido a ‘revisão’ da escrita da história do Brasil. Isso teria se efetivado através da consolidação da historiografia brasileira, do debate com outras disciplinas, do impacto da Primeira

⁸⁹ GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte, Argvmentvm, 2009. p. 10.

⁹⁰ GOMES, Angela de Castro. Op. Cit. p. 11.

⁹¹ Idem. Outros pesquisadores também abordaram a temática como Manoel Salgado, Lucia Paschoal Guimarães, Arno Wehling.

⁹² GOMES, Angela de Castro. Op. Cit. pp. 21-22.

⁹³ GOMES, Angela de Castro. Op. Cit. p. 25.

⁹⁴ GOMES, Angela de Castro. Op. Cit. p. 9.

Guerra Mundial nos valores políticos do Ocidente e na visão da História, tendo os ideais de progresso e civilização com o nacionalismo como contexto.⁹⁵ De fato, desde o final do século XIX acontecia a construção “de um ‘passado histórico e nacional’, que seria construído e difundido, desde então, por um amplo e diversificado conjunto de intelectuais”⁹⁶.

Para Angela de Castro Gomes, os anos entre o fim do XIX e o início do XX “são centrais para a consolidação das identidades nacionais do Brasil, tendo o debate sobre a educação ocupado um lugar absolutamente central no interior das ideias republicanas”⁹⁷. Nesse sentido, a autora sinaliza “um projeto cultural de teor cívico-patriótico que mobilizou parte importante da elite cultural”⁹⁸. Outra historiadora, Marieta de Moraes Ferreira, aponta que, desde o século XIX, ocorria a profissionalização da disciplina de História e mudanças na escrita e institucionalização do conhecimento histórico nas universidades no mundo⁹⁹. No Brasil, a formação do IHGB pretendia fazer a construção de uma História nacional, com o estímulo ao amor à pátria e às biografias com a construção de heróis nacionais. As iniciativas propostas pelo IHGB estavam inseridas, segundo o historiador Manoel Salgado, na “tentativa de garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das ‘Nações’, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social no século XIX.”¹⁰⁰.

No sentido de promover a consolidação do campo disciplinar da História no Brasil, o IHGB promoveu, ao longo dos primeiros anos do século XX, congressos e encontros entre intelectuais para discutir o campo da disciplina. Em 1914 o instituto organizou o I Congresso de História Nacional ¹⁰¹ e em 1922, o I Congresso

⁹⁵ GOMES, Angela de Castro. Op. Cit. p. 26.

⁹⁶ Em relação à participação dos intelectuais antes de Vargas, desde os anos de 1920, com medidas como a formação da ABE em 1924 ver GOMES, Angela de Castro. Op. Cit. P.89. Destaque para José Veríssimo autor do livro *A educação nacional* de 1890: ainda que fosse um estudo sobre etnografia e do espaço geográfico também se preocupou com as escolas, livros, museus. Ver GOMES, Angela de Castro. Op. Cit. p. 91. Em relação à construção da história através do “amor à pátria”, como, por exemplo, o lançamento do livro de Silvio Romero (1851-1914) *A história do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis*, com prefácio de Silvio Romero. Silvio Romero foi professor do Colégio Pedro II desde 1886 e defendia a modernização da nação através da educação. O autor destaca em seus livros *História do Brasil* de 1900 e *A língua nacional: notas aproveitáveis* de 1921, a importância da língua. Era historiador do IHGB. Ver GOMES, Angela de Castro. Op. Cit. p. 93.

⁹⁷ GOMES, Angela de Castro. Op. Cit. p. 95.

⁹⁸ GOMES, Angela de Castro. Op. Cit. p.110. Já que segundo a bibliografia sobre o tema só podemos falar de políticas culturais a partir de Vargas.

⁹⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes. Op. Cit. p. 30.

¹⁰⁰ APUD FERREIRA, Marieta de Moraes. Op. Cit. p. 34. GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de História Nacional*. Revista Estudos Históricos. FGV, v.1, n.1, 1988.

¹⁰¹ Contou com nove sessões dentre elas: História Geral do Brasil, História das Explorações Geográficas, História das Explorações Arqueológicas e Etnográficas, História Constitucional e Administrativa,

Internacional de História da América. O IHGB também organizou o Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico, com o objetivo de promover uma “grande compilação de dados sobre o Brasil, destinada a servir de guia teórico e prático a todos que pretendessem conhecer o país”¹⁰².

Dessa forma, como afirma a historiadora Lucia Paschoal Guimarães ao confrontar a hipótese de Ernest Gellner sobre o papel da educação em promover a igualdade social:

(...) nas primeiras décadas do século XX, não havia uma política pública de educação voltada para uma cultura do nacionalismo. Havia iniciativas esporádicas, como a do Instituto, por sinal, nem sempre bem-sucedidas.¹⁰³

Além dessas iniciativas citadas, o IHGB patrocinou o projeto pedagógico: Academia de Altos Estudos – Faculdade de Filosofia e Letras do IHGB, organizado pelos intelectuais: Oliveira Lima, Delgado de Carvalho e Max Fleiuss. Tal projeto foi inspirado na Escola Normal Superior de Paris e Londres, com características de um curso de especialização (com duração de dois anos e entrega de trabalho monográfico no final). Os organizadores acreditavam que o curso preencheria as lacunas deixadas pelas Faculdades de Direito, além de resgatarem a interdisciplinaridade no contexto da reforma de Benjamin Constant, em que foi abolido o curso de ciências sociais. O curso era dividido em três seções: seção diplomática, seção financeira e seção econômica e tinha como principal objetivo formar intelectuais para atuarem no magistério secundário com a finalidade de “promover a realização de cursos científicos, artísticos e literários, de aperfeiçoamento ou de especialização para o magistério secundário, segundo necessidades reconhecidas e vantagens presumíveis para a cultura nacional”.¹⁰⁴ Apesar de ser uma iniciativa privada, o curso teria contado com ajuda financeira do governo. Uma das cadeiras do curso era “Introdução aos estudos históricos” com inspiração nos preceitos da escola metódica de Langlois e Seignobos. Com isso percebe-se o diálogo dos intelectuais com o debate acerca da História no cenário internacional.

Para Lucia Paschoal Guimarães, nota-se:

História Parlamentar, História Econômica, História Militar, História Diplomática, História Literária e das Artes. Ver GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Op. Cit. p.82

¹⁰² GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Op. Cit. p.95.

¹⁰³ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Op. Cit. p. 96.

¹⁰⁴ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Op. Cit. p. 109.

(...) a ênfase conferida à problemática dos assuntos americanos (...) este direcionamento para as questões do continente, iniciado no Instituto Histórico por obra do barão do Rio Branco, refletindo uma das vertentes do nacionalismo daquela época, que preconizava a maior integração do Brasil na dita irmandade americana.¹⁰⁵

1.3: Delgado de Carvalho: circulação intelectual internacional antes do governo varguista.

O caso do Sr. Delgado de Carvalho é parecido com o meu. Educados ambos fora da terra que nos fora berço ainda que em atmosferas brasileiras, assim constituídas pelos círculos de famílias e amigos, tanto mais sedutora parecia distante.¹⁰⁶

No início de 1980, “a historiografia procurou renovar a abordagem biográfica, argumentando que o relato pessoal podia assegurar a transmissão de uma experiência coletiva, constituindo-se em uma representação que espelharia uma visão de mundo”¹⁰⁷. Dessa forma, pretende-se, a partir da trajetória de Delgado de Carvalho, localizar os intercâmbios culturais do Brasil com outros países, sobretudo com os EUA e a França, com o intuito de esclarecer historicamente o período em questão. Ao romper com a linearidade para analisar uma biografia, o que buscamos é uma análise do contexto em que ele teria se inserido e vivido (análise, a nosso ver, mais complexa e rica) para localizar as dinâmicas compreendidas na vida do intelectual.

Delgado de Carvalho nasceu em Paris, na França em 1884. A família do intelectual era influente durante o Império no Brasil, tanto que o mesmo era bisneto do Visconde de Itaboraí e neto do Visconde de Torinho, tendo convivido com D. Pedro II em sua infância. Estudou na Suíça e na França, e quando terminou os estudos em 1902, teria ingressado no exército francês. Logo depois, estudou na *London School of Economics* e na *École des Sciences Politiques*. Delgado cursou Direito na Universidade Lausane e, em 1905, entrou na *École Libre des Sciences Politiques*, na seção de Diplomacia. Assim, contando com ampla formação, já se delineava o tipo de intelectual eclético que ele viria a ser. No mesmo ano, foi convidado para lecionar História no Colégio *Champitet* na Suíça, dando início à sua extensa vida de educador, sendo que nessa época, escrevia artigos sobre política e relações internacionais para jornais suíços

¹⁰⁵ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Op. Cit. p. 110.

¹⁰⁶ COSTA, Patrícia Coelho. *Delgado de Carvalho: a trajetória de um educador*. IBGE, Documentos para disseminação. Memória institucional. Geografia e Geopolítica: A contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro. Rio de Janeiro, 2009. p. 40. Oliveira Lima sobre Delgado.

¹⁰⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes. Op. Cit. p.72.

e franceses. No Brasil, desde 1922, prosseguiu a carreira jornalística atuando em *O Jornal* e no *Jornal do Commercio*.¹⁰⁸ No IHGB, participou da elaboração do projeto Academia de Altos Estudos, junto com Max Fleiuss e Oliveira Lima em 1916. A inspiração do projeto foram os modelos das universidades de Paris e Londres, com o objetivo de preparar funcionários para o trabalho na burocracia federal e estadual. É nesse ponto, que observamos o pontapé inicial de Delgado para a utilização de modelos europeus de cultura nas reformas educacionais. Em 1921, Delgado foi admitido como sócio efetivo do IHGB, rebaixado a sócio honorário em 1937, com o argumento de ter sido pouco assíduo nas reuniões.

Nos debates do campo educacional, Delgado participou da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924. Atuou como professor no Colégio Pedro II, a cadeira de Inglês em 1920 e em 1927 a cadeira de Sociologia, sendo nomeado a diretor da instituição pelo Ministro Francisco Campos com a aprovação do Presidente Getúlio Vargas em 1933¹⁰⁹. Desde 1924, atuou na Associação Brasileira de Educação contando com a participação de intelectuais como: Manuel Bonfim, Carneiro Leão e Fernando Azevedo. O grupo tinha como base: “a organização da nação por meio da organização da cultura”¹¹⁰, ideal que parece ter acompanhado toda sua vida. Delgado também atuou como membro do Conselho Nacional de Educação, em 1931 e da Comissão Nacional do Livro Didático. Além de ter lecionado no Colégio Pedro II, considerado por Angela de Castro Gomes: “tão ou talvez mais importante do que uma escola superior, o Pedro II era um lugar vital na sociabilidade intelectual dos que viviam no Rio de Janeiro na virada do século”¹¹¹, Delgado também lecionou no Instituto de Educação, indo ao encontro dos ideais do movimento da Escola Nova liderado por Anísio Teixeira e Lourenço Filho.

Na esfera privada, atuou no Colégio *Bennet* entre 1925 e 1942, tendo se inspirado no modelo americano dos colégios metodistas. No ano de 1928, foi aos EUA por intermédio da *Summer School for American Teachers Students in Brazil*. No ano seguinte, chefiou um grupo de professores que conheceriam os EUA e as suas instituições de ensino, a convite da Fundação *Carnegie* e por meio da ABE, algo que corrobora com seu comprometimento educacional. No momento da viagem aos EUA,

¹⁰⁸ Também foi editor da *Revista Americana*.

¹⁰⁹ Delgado também produziu obras no campo da sociologia como: *Sociologia* (1931), *Sociologia educacional* (1933), *Sociologia e Educação* (1934), *Sociologia aplicada* (1934) e *Sociologia educacional* (1940).

¹¹⁰ COSTA, Patrícia Coelho. Op. Cit. p.44.

¹¹¹ GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Op. Cit. p. 44.

em 1940, Delgado lecionava na Universidade do Brasil na cadeira de Geografia do curso de História, assumindo a partir de 1945 a cadeira de História Moderna e Contemporânea. Antes da atuação do intelectual na Faculdade Nacional de Filosofia da respectiva universidade, lecionou na Universidade do Distrito Federal na cadeira de História Contemporânea. Segundo Sérgio Miceli, “a trajetória dos intelectuais deveu-se tanto aos efeitos provocados pela experiência de declínio de antigas famílias dirigentes como às perspectivas de expansão do mercado de trabalho político e cultural”¹¹², portanto, a trajetória de Delgado ilustra como o intelectual, cuja família gozava de prestígio social no período do Império, manteve-se através de sua formação acadêmica e experiência internacional nos circuitos político e cultural no período varguista.

Além da esfera acadêmica, Delgado atuou como diplomata na Rússia, Portugal, Bélgica e França e lecionou no Instituto Rio Branco desde 1958, tendo publicado no ano seguinte a obra *História Diplomática*. Porém, o intelectual concentrou a maioria de suas pesquisas no campo disciplinar da Geografia. Segundo Xavier Pedrosa, Delgado, quando chegou ao Brasil, achou necessário desenvolver estudos nessa área, devido a pouca atenção dada ao tema. O intelectual defendeu o vínculo entre a História e Geografia, sendo tal característica comum nos meios universitários franceses. Desde o início do século XX, Delgado já havia destinado esforços em estudar a temática da Geografia, tendo publicado em 1910, a obra *Le Brésil meridional*.¹¹³ Em 1937, foi escolhido pelo Ministério da Educação para representar o Conselho Nacional de Geografia (CNG). Na ocasião da união entre o CNG e o CNE (Conselho Nacional de Estatística), foi formado o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), instituição em que Delgado atuou até 1978.

Devido às pesquisas de Delgado na área da Geografia, área que parece ter concentrado seu maior interesse, o intelectual ganhou destaque no cenário internacional, tanto que recebeu condecoração da *Légion d'Honneur* do governo francês e a medalha *David Livingstone* pela *American Geographic Society* em 1952. No Brasil atuou como membro do Conselho Nacional de Geografia, tendo sido incorporado ao IBGE em 1938, e também na Liga Pedagógica do Ensino Secundário. Em 1926 na ocasião do IV Congresso Brasileiro de Instrução Superior no Rio de Janeiro cujo objetivo era “coletar

¹¹² MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. Op. Cit. p. 238.

¹¹³ Delgado escreveu *Geografia do Brasil* (1913), *Meteorologia do Brasil* (1916), *Geografia econômica da América do Sul* (1921), *Fisiografia do Brasil* (1922), *Metodologia do ensino da Geografia* (1925), *Geografia do Distrito Federal* (1926), *Atlas pluviométrico do Nordeste* (1931), *Geografia Humana, Política e Econômica* (1934), *Geografia ginasial* (1943), *Geografia Humana, Política e Econômica* (1960) com co-autoria de Therezinha de Castro e *Leituras geográficas* (1960).

sugestões para reforma do ensino secundário para serem encaminhadas ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores”,¹¹⁴ Delgado teria participado elaborando propostas e defendendo o caráter científico da Geografia. Após o período Vargas, Delgado manteve sua carreira acadêmica, sobretudo projetando sua imagem no exterior e dialogando com as relações internacionais, tendo organizado o Seminário de Geografia em Montreal em 1950 e lançado a obra *Atlas de Relações Internacionais* no mesmo ano junto com Therezinha de Castro.

Durante as décadas de 1920 e 1930, Delgado buscou se inserir nas instituições do campo educacional. Ao longo do trabalho serão resgatados diversos aspectos da trajetória e da produção de Delgado para localizar a diplomacia cultural brasileira do período Vargas e o seu papel na consolidação do curso de História (e Geografia) no Rio de Janeiro. Tendo em vista o contexto internacional da Segunda Guerra Mundial com o uso da educação como mecanismo de articulação da identidade nacional, pretende-se analisar a influência dos debates internacionais nas reformas do campo educacional no Brasil.¹¹⁵

¹¹⁴ COSTA, Patrícia Coelho. Op. Cit. p.44.

¹¹⁵ BOMENY, Helena. *Os Intelectuais da Educação*. Op. Cit. 2001. P. 54.

Capítulo 2. A diplomacia cultural e as políticas culturais do Estado brasileiro varguista.

2.1: As reformas nacionais e internacionais varguistas e o reposicionamento do Brasil.

Podemos dizer que não é infundado caracterizar o primeiro governo Vargas (1930-1945) como marcante para a construção de um projeto de Estado nacional, o que se reflete não só em importantes mudanças de ordem política, econômica e social no país, mas também em seu reposicionamento no sistema internacional. Os impactos foram muitos, principalmente para uma parcela da elite econômica, que se viu abalada pela crise do café e pelo novo chefe do Catete. Com o apoio de diversos e emergentes setores da sociedade, Vargas manteria ao longo de seu primeiro governo, sobretudo, durante o período do Estado Novo (1937-1945), um Estado forte e centralizador. Até mesmo a ampliação de direitos sociais teria servido ao propósito maior, como bem lembra José Murilo de Carvalho, de estabilização política e construção do Estado nacional¹¹⁶.

De fato, já desde meados dos anos de 1920, a República no Brasil passava por duras provas. No contexto internacional, o reflexo da crise de 1929 nos Estados Unidos repercutia em vários continentes, sem mencionar os próprios países americanos. O Brasil, predominantemente de economia agroexportadora, viveu um momento de superprodução e acúmulo dos estoques de seus principais produtos, como o café. A questão econômica ganhou maiores proporções por conta da emergência de uma crise política, tendo em vista as disputas eleitorais do ano de 1929. A oposição à sucessão presidencial de Washington Luís, manifestada pelos chamados “oligarcas dissidentes”, formadores da Aliança Liberal, e também pelos “tenentistas”, vertente formada por grupo de jovens do exército que buscavam mudanças na política e na corporação, teria ganhado força no ano em questão. Mesmo derrotado nas urnas, mas contando com apoio dos grupos de oposição às oligarquias de Minas Gerais e de São Paulo, Getúlio Vargas acabou líder de um golpe de Estado, assumindo a chefia do governo provisório. Como mencionado e já discutido pela literatura, medidas intervencionistas e centralizadoras marcariam sua gestão pelos quinze anos subsequentes.

¹¹⁶ CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2001.

Entretanto, faz-se importante lembrar, como já abordado por Boris Fausto, que a chamada Revolução de 30 não necessariamente marcou o momento da ascensão do poder da burguesia industrial e a revolução das classes médias. Tratou-se, na verdade, de uma crise da dominação de oligarquias regionais que ainda tinham como base de seus poderes o setor primário da economia, e que continuariam a exercer importante influência sobre os rumos do país¹¹⁷. Uma transição começaria a ser promovida com mais intensidade somente através da combinação de um Estado forte com um contexto internacional favorável.

Nesse sentido, tendo em vista as repercussões da crise de 1929 e da crise do café, Vargas estabeleceu medidas centralizadoras e intervencionistas no plano econômico, por exemplo criando, em 1931, o Conselho Nacional do Café e, em 1933, o Departamento Nacional do Café¹¹⁸. A manutenção do Estado forte e centralizador foi para as oligarquias cafeeiras uma saída para resolver a crise econômica, proteger os interesses nacionais e garantir a harmonia social. Partindo de tal panorama, Vargas teria colocado em primeiro plano o projeto de construção da nação e do Estado¹¹⁹. Como lembra Maria Antonieta Leopoldi, tais medidas não seriam suficientes sem que um olhar sobre o contexto internacional fosse lançado. Assim, Vargas teria investido no equilíbrio da “situação do café no mercado internacional, ao mesmo tempo em que procurava diminuir o predomínio do modelo agroexportador, apoiando o crescimento industrial”¹²⁰.

Com efeito, mais adiante nos anos 1930, como salientou Gerson Moura, o Brasil soube instrumentalizar a polarização entre Estados Unidos e Alemanha no contexto de crise internacional vigente às vésperas da 2ª Guerra Mundial. Enquanto os alemães buscavam aumentar sua projeção sobre a América Latina, os americanos não ficariam sem reação, o que o Rio de Janeiro soube bem manejar.

Contextualizando tal movimentação internacional, podemos dizer que o Brasil era considerado por ambos os países como importante parceiro econômico devido ao fato de ter sido grande produtor de matérias-primas e um aliado político estratégico graças à sua posição geográfica relevante no Atlântico Sul. A evolução das crises

¹¹⁷ FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo. Companhia das Letras. 1997. p.15.

¹¹⁸ LEOPOLDI, Maria Antonieta. *A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945)*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2013. P. 246/247.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ LEOPOLDI, Maria Antonieta. *A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945)*. Op. Cit. p. 248.

européias e o próprio conflito, como lembram Moura e Ricardo Seintenfus, fariam o Brasil pender definitivamente para o lado americano¹²¹. De fato, ainda segundo Moura, o alinhamento com os americanos tornou-se mais evidente já desde 1939, principalmente devido ao envio da missão especial de Oswaldo Aranha aos Estados Unidos. As novas tratativas ali inauguradas, entre outros fatores ligados à guerra, dariam luz às negociações para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional e à própria participação militar brasileira ao lado dos aliados no conflito, que se deu logo em sequência ao rompimento das relações do Brasil com a Alemanha em 1942.

Os aspectos econômicos e políticos, porém, demonstram que certos resquícios da influência alemã ainda persistiam. Na política interna brasileira, restavam simpatizantes do nazi-fascismo, como o ministro da Justiça, Francisco Campos, Filinto Muller e o diretor do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) Lourival Fontes¹²², além de diversos outros cujo objetivo principal era desafiar e desestabilizar o regime varguista.

Disso se segue que os anos que se seguiriam à instalação do Estado Novo conheceriam um duro intervencionismo estatal visando o controle social. Para assegurar sua legitimidade, Vargas recorreu à estratégia da propaganda política e da repressão aos seus opositores enquanto promovia o consumo no mercado interno e o desenvolvimento das indústrias através do sistema de substituição de importações. Além disso, para melhorar a relação entre patrão e operário, o governo Vargas teria controlado as atividades sindicais a fim de evitar que os conflitos sociais se refletissem na esfera pública. Durante o governo do Estado Novo, tal esforço ficou evidenciado na promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho. Como já argumentado por Angela de Castro Gomes¹²³, os esforços em regulamentar as leis trabalhistas tiveram efeito na relação dos trabalhadores com o Presidente, no sentido de que o Estado se mostrava articulador das demandas sociais da classe operária. Nesse contexto, podemos dizer que o Estado brasileiro lançava mão de todas as forças e meios disponíveis para levar adiante, da forma mais controlada possível, sua agenda de reformas.

¹²¹ SEITENFUSS, Ricardo Antônio da Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Editora Nacional, 1985. MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

¹²² VELLOSO, Monica. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2013. p.149.

¹²³ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro. Vértice/IUPERJ. 1988.

Em relação às movimentações externas, o mencionado aspecto internacional desse reposicionamento do país foi contado através da já mencionada renovação da cooperação com os Estados Unidos. A criação da Companhia Vale do Rio Doce em 1942 e da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) em 1941, no contexto da Segunda Guerra, acelerou os entendimentos bilaterais, pondo em destaque o papel da diplomacia brasileira nas negociações com os interesses estratégicos dos americanos. Além disso, para além do alinhamento militar com o envio da Força Expedicionária, dava-se, também, um alinhamento econômico¹²⁴.

A partir de todo esse panorama, é possível constatar a igual ocorrência do alinhamento intelectual e acadêmico. A trajetória de Delgado de Carvalho se torna muito relevante nesse aspecto, uma vez que demonstra como o professor teria circulado no período em que se intensificava o alinhamento do Brasil com os EUA. Em 1940, Delgado viajou para os EUA convidado pela *Carnegie Endowment* e recebeu diversos convites para atuar como professor visitante em universidades no país norte-americano. É também durante esse período que teriam ocorrido as reformas no âmbito educacional, sobretudo com debates acerca do currículo do curso de História nas universidades da capital.

Mais adiante, apresentaremos a reforma Capanema e os principais debates que teriam se difundido no Brasil no contexto de alinhamento com os EUA, que só sustentam e ilustram o intenso fluxo cultural entre esses dois países. Partindo de tal divulgação do Brasil, os intelectuais teriam apresentado importante papel na difusão cultural brasileira. Como afirmou Roberta Ferreira:

(...) a imposição do moderno e o ingresso do Brasil no concerto das nações instigam os intelectuais a uma verdadeira caçada pelo sentido de brasilidade, o que traz consigo a necessidade de resgatar nossas raízes culturais. É a tradição e a modernidade que se encontram.¹²⁵

Corroborando com tal posicionamento, Angela de Castro Gomes ainda indica a relevância social e política dos intelectuais que são considerados “produtores e mediadores de interpretações da realidade social que possuem grande valor político”¹²⁶, sendo vistos como o exemplo de “ator político do campo da cultura”¹²⁷.

¹²⁴ MOURA, Gerson. *Relações Exteriores do Brasil (1939-1950)*. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. P. 62.

¹²⁵ FERREIRA, Roberta. *A política brasileira de expansão cultural no Estado Novo (1937-45)*. Op. Cit. p. 98.

¹²⁶ GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Op. Cit. p.26.

¹²⁷ Idem.

Abordamos acima o processo histórico brasileiro no que tange à transição para o governo varguista, assim como o desenvolvimento de suas políticas públicas e sociais. Após expor o que ocorreu no Brasil, sob o ponto de vista interno, torna-se necessário expor e analisar a contraparte internacional, de modo a colocar em foco as movimentações estabelecidas com o exterior. Abandonando uma narrativa unilateral, podemos dizer que tal período estava inserido no contexto da Política da Boa Vizinhança. Esta se relaciona aos diversos esforços compreendidos pelos EUA, como a criação em 1938 da Divisão de Relações Culturais do Departamento de Estado norte-americano, com o objetivo de estender o intercâmbio entre professores e alunos em diversos campos da cooperação intelectual¹²⁸. A aproximação do Brasil com os EUA ocorreu por intermédio do DIP e do OCIAA (que se estruturava em quatro divisões: comunicações, relações culturais, saúde e comercial/financeira)¹²⁹. Nas próximas páginas, ressaltaremos as políticas culturais do período varguista e como o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Educação e Saúde participaram das ações culturais promovidas.

2.2: As políticas culturais do governo Vargas.

Como o presente trabalho procura demonstrar, antes de terem um lugar nas relações internacionais, já é reconhecido o papel dos intelectuais por parte do Estado como forma de contribuir para a harmonização dos conflitos na sociedade civil durante o período Vargas. Segundo Mônica Velloso, “nos momentos de crise e mudanças históricas profundas (...) as elites intelectuais marcaram presença no cenário político, defendendo o direito de interferirem no processo de organização nacional”¹³⁰.

De fato, com os investimentos em propaganda política e educação, o papel dos intelectuais no Estado apresentava-se como forma adicional de manutenção no poder. Um exemplo mais óbvio dessa simbiose foi a entrada de Vargas na Academia Brasileira de Letras em 1941, que demonstra a tentativa da aproximação do viés intelectual com o político. A interação, entretanto, era mais profunda, uma vez que, não só apenas como influência, os intelectuais tiveram efetiva participação na organização político-ideológica do regime, ocupando cargos na administração varguista e atuando na

¹²⁸ FERREIRA, Roberta. Op. Cit. P.40.

¹²⁹ FERREIRA, Roberta. Op. Cit. p. 41.

¹³⁰ VELLOSO, Monica. Op. Cit. 147.

elaboração dos projetos educacionais. A educação, aliás, teve papel fundamental para a aceitação do governo de Vargas pelas massas, assim como as políticas trabalhistas¹³¹. De fato, de acordo com Antônio Albino¹³², a aproximação com os intelectuais foi um dos principais marcos do governo Vargas, especialmente durante o Estado Novo: atitude fomentada pela atuação do Ministério da Educação, sob a administração de Gustavo Capanema, e do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), coordenado por Lourival Fontes. Assim, na gestão de Vargas e Capanema foi inaugurada a relação entre governo autoritário e políticas culturais no país, com o Estado intervindo na área da cultura, além de articular opressão, censura e repressão com as formulações, práticas, legislações e organizações de cultura.

Por conseguinte, não é injustificável afirmar que a formação de políticas culturais teria ganhado novas dinâmicas durante tal período¹³³, cujas iniciativas não teriam partido unicamente do governo Vargas. Nesse contexto abordado, o Brasil teria sido também alvo das políticas culturais desenvolvidas por outros países, como a França, através do Serviço de Obras Francesas no Exterior, na criação da Universidade de São Paulo em 1934 e também pelos EUA, a partir da Política da Boa Vizinhança¹³⁴. Isso demonstra que, como afirmou Edgard Ribeiro, a ação cultural foi tomada pelo Estado brasileiro como “um fator do desenvolvimento nacional”¹³⁵.

Em relação às políticas culturais do Brasil e sua ligação com o cenário internacional, podemos dizer que desde a década de 1920, a Sociedade das Nações teria estimulado a cooperação e o intercâmbio intelectual entre os países¹³⁶. Como demonstrou Roberta Ferreira: “os planejadores e executores de nossas propaganda e difusão cultural entendiam que era preciso criar a imagem de um Brasil em ascensão, para que lhe fosse concedido espaço correspondente na sociedade das nações.”¹³⁷ Segundo o trabalho sobre a propaganda e difusão cultural no Brasil durante o governo

¹³¹ VELLOSO, Monica. Op. Cit. p. 147.

¹³² ALBINO, Antônio. *Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios*. In: *Políticas Culturais no Brasil*, org. ALBINO, Antônio e BARBALHO, Alexandre. Salvador. EDUFBA. 2007.

¹³³ Como definição de política cultural: “se entende não apenas as ações concretas, mas, a partir de uma concepção mais estratégica, ‘o confronto de ideias, lutas institucionais e relações de poder na produção e circulação de significados simbólicos’”. BARBALHO, Alexandre. *Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença*. In: *Políticas Culturais no Brasil*, org. ALBINO, Antônio e BARBALHO, Alexandre. EDUFBA. Salvador, 2007. P. 39.

¹³⁴ DUMONT, Juliette. FLÉCHET, Anais. “*Pelo o que é nosso!*”: a diplomacia cultural brasileira no século XX. Revista Brasileira de História. São Paulo. V.34, nº 67, p. 203-221.p. 2.

¹³⁵ RIBEIRO, Edgard Telles. *Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: FUNAG, 1999. P. 95.

¹³⁶ FERREIRA, Roberta. Op. Cit. p. 37.

¹³⁷ FERREIRA, Roberta. Op. Cit. P.15.

Vargas, a autora destaca a hipótese de que teria ocorrido intercâmbio de propagandas entre o Brasil e outros países, já que o mesmo concedia espaço nos meios de comunicação e buscava construir uma boa imagem do Brasil no estrangeiro.¹³⁸ Sendo assim, percebe-se que a propaganda e a divulgação cultural eram utilizadas como políticas do Estado. De fato, como demonstra Eduardo Nivón Bolán, “a política cultural como uma ação global e organizada é algo que surge no período pós-guerra, por volta da década de 1950”¹³⁹. Ressaltamos ainda o fato de que, desde a década de 1930, percebemos já os diálogos internacionais acerca da questão cultural.

Ainda em relação a esse tema, podemos dizer que dentre as várias iniciativas conhecidas dessa agenda durante o Estado Novo, destaca-se a criação de diversas instituições responsáveis em promover a cultura no país. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN) foi criado a partir de proposta de Capanema e tornou-se referência de instituição de política cultural no país até a década de 1970, sobretudo com a atuação de Rodrigo Melo Franco de Andrade na direção até 1969.¹⁴⁰ Dentre as atribuições do Serviço de Patrimônio Artístico Nacional estavam:

(...) organizar tombamento geral, sugerir a quem era de direito as medidas necessárias para conservação, defesa e enriquecimento, determinar e superintender o serviço de conservação e de restauração de obras pertencentes ao patrimônio, sugerir a quem de direito, bem como determinar dentro de sua alçada, a aquisição de obras para enriquecimento do patrimônio, fazer os serviços de publicidade necessários para propagação e conhecimento.¹⁴¹

Outro importante marco para a difusão cultural brasileira no período varguista foi o Conselho Federal de Cultura, criado em 1938 e que pertencia ao Ministério da Educação e Saúde, com o objetivo de:

(...) fazer o balanço das atividades, de caráter público ou privado, realizadas em todo o país, quanto ao desenvolvimento cultural, para o fim de delinear os tipos das instituições culturais e as diretrizes de sua ação, de modo que delas se possa tirar o máximo de proveito, sugerir aos poderes públicos as medidas tendentes a ampliar e aperfeiçoar os serviços por eles mantidos para a realização de quaisquer atividades culturais, estudar a situação das instituições culturais de caráter

¹³⁸ FERREIRA, Roberta. Op. Cit. P.83.

¹³⁹ CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas*. In. *Políticas Culturais no Brasil*. org. ALBINO, Antônio e BARBALHO, Alexandre. Salvador. EDUFBA 2007. p. 87.

¹⁴⁰ ALBINO, Antônio. “Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios”. Op. Cit. P. 17.

¹⁴¹ Decreto do Departamento de Cultura e Recreação. São Paulo, 1937. GC 1936 03 24/02 rolo 41, fot. 446 a 809. Arquivo pessoal Gustavo Capanema. CPDOC/FGV.

privado, para o fim de opinar quanto às subvenções que lhes devam ser concedidas pelo Governo Federal.¹⁴²

Nesse decreto lei da criação de tal Conselho foi definida sua responsabilidade para atuar no desenvolvimento da cultura no país, sem mencionar nenhum tipo de ligação ou diálogo com o Serviço de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores, o que sugere sua possível autonomia:

O Conselho Nacional de Cultura será o órgão de coordenação de todas as atividades concernentes ao desenvolvimento cultural, realizadas pelo Ministério da Educação e Saúde (...) o desenvolvimento cultural abrange as seguintes atribuições: a produção filosófica, científica e literária, o cultivo das artes, a conservação do patrimônio cultural, o intercâmbio intelectual, a difusão cultural entre as massas através dos diferentes processos de penetração espiritual (o livro, o rádio, o teatro, o cinema, etc.), a propaganda e a campanha em favor das causas patrióticas ou humanitárias, a educação cívica, a educação física, a recreação individual e coletiva.¹⁴³

Essas iniciativas resumiam diversos objetivos. Como lembra Alexandre Barbalho, a partir do governo de Getúlio ocorreu a “construção institucional na área da cultura, o fortalecimento de indústrias culturais, como a cinematográfica, a radiofônica, a editorial e a jornalística, além do surgimento das primeiras universidades.”¹⁴⁴ Assim, como já foi citado, o período teria sido marcado por esforços que estavam relacionados à construção de uma identidade nacional, através do projeto de “cultura nacionalista” como forma de aproximar diversos grupos de intelectuais.

Dessa forma, podemos dizer que se tratava de um sistema articulado em nível federal, como exemplo de gestão pública no campo da cultura. Este teria ocorrido no plano municipal, no Departamento de Cultura e Recreação da Cidade de São Paulo, em 1935, sob a direção de Mário de Andrade, que também atuou como chefe de sua Divisão de Expansão Cultural, aplicando políticas culturais de níveis abrangentes. Nesse aspecto, o Departamento teria ido ao encontro de ideias modernistas e, segundo Lucia Lippi: “o grupo de intelectuais modernistas (...) teria papel fundamental na

¹⁴² Decreto lei de 01 de julho de 1938. GC 1938.06.06 rolo 51 fot. 673 a 708. Arquivo pessoal Gustavo Capanema. CPDOC/FGV.

¹⁴³ Idem.

¹⁴⁴ BARBALHO, Alexandre. *Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença*. In. *Políticas Culturais no Brasil*, org. ALBINO, Antônio e BARBALHO, Alexandre. EDUFBA. Salvador, 2007. p. 39.

educação, na definição da política de patrimônio, na construção de uma identidade nacional para o país”¹⁴⁵. O objetivo do Departamento consistia, portanto, em:

(...) pesquisar, divulgar e ampliar ao máximo a fruição dos bens culturais – desde o requinte dos quartetos de corda até o incentivo às manifestações folclóricas, desde a pesquisa sociológica e etnográfica até a recreação infantil pedagogicamente orientada.¹⁴⁶

Disso se depreende que, ao longo de seu governo, Vargas teria construído espaços físicos ou simbólicos para intelectuais e artistas trabalharem em prol do caráter nacional.¹⁴⁷ Diversos foram os setores utilizados como fatores de difusão cultural. No Decreto nº 21.240, de 4 de abril de 1932, por exemplo, embora tenha sido realizada a nacionalização do serviço de censura cinematográfica, Vargas, por outro lado, teria estipulado uma taxa cinematográfica voltada para a educação popular. O cinema passava, então, também a ser um veículo de difusão cultural, sobretudo com o uso no campo educativo.¹⁴⁸ A maioria dos defensores do uso escolar do cinema fazia parte do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Em 1937, foi criado o Instituto Nacional de Cinema Educativo (Ince) com o objetivo de “promover e orientar a utilização da cinematografia, especialmente como processo auxiliar de ensino e como meio de educação popular em geral”.¹⁴⁹

Outro setor de difusão cultural em que o Ministério da Educação atuou foi o de rádio. A doação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, realizada por Edgar Roquette-Pinto para o Ministério, teve o compromisso de manter “uma programação voltada aos objetivos de elevar o espírito das massas, promover a educação e propagar a alta cultura”.¹⁵⁰

Na área editorial ocorreu a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), em 1937, para elaborar publicações, edições de obras raras, baratear as produções nacionais e importar obras estrangeiras a fim de “promover uma comunidade organizada e alfabetizada capaz de definir o papel da instituição pública no seu meio e garantir sua

¹⁴⁵ OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro. Ed: FGV, 2008. pp. 116-117.

¹⁴⁶ CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Op. Cit. p. 18.

¹⁴⁷ CALABRE, Lia Op. Cit. p. 40.

¹⁴⁸ CALABRE, Lia Op. Cit. pp. 26-27.

¹⁴⁹ CALABRE, Lia Op. Cit. p. 31.

¹⁵⁰ CALABRE, Lia Op. Cit. p. 38.

manutenção”.¹⁵¹ Similarmente, a Divisão de Educação Extraescolar (1937) teria atuado no campo da produção cultural em diversos setores para difusão cultural.

Na década de 1940, os esforços incentivando a cultura nacional foram mantidos, como registra o Recenseamento Geral do Brasil de 1940: “o governo registrava a intenção de criar um órgão de pesquisa estatística específico para as áreas de educação e cultura”.¹⁵² Em análise dos esforços varguistas para consolidar as ações culturais do Estado, Joaquim Arruda Falcão destaca a importância do IPHAN e de outras instituições durante o período:

(...) a criação do IPHAN não foi ato isolado. Ao contrário, inseriu-se no processo de legalização, institucionalização e sistematização da presença do Estado na vida política e cultural do país (...) o Estado amplia a sua presença através da criação de uma série de novas instituições culturais, como o Instituto Nacional do Livro, o Museu Nacional de Belas Artes, o Serviço Nacional de Teatro, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.¹⁵³

Falcão também considera o interesse dos intelectuais pelo estudo do Brasil, com as diversas obras publicadas no período, como a de Gilberto Freyre e Caio Prado Jr, por exemplo. O autor também considera que os desafios do IPHAN consistiam em:

(...) estimular e canalizar a participação social na preservação cultural, identificar e forjar um ‘patrimônio cultural brasileiro’ e o desafio administrativo de cunhar e consolidar uma estrutura estatal burocrático-cultural, nacional e eficiente.¹⁵⁴

Ainda que a instituição tenha apresentado limites, tendo em vista o contexto autoritário do Estado Novo, Falcão também indica que:

(...) o IPHAN introduziu o Brasil na comunidade internacional contemporânea, que tem como uma de suas tarefas culturais a preservação de seu patrimônio histórico e artístico (...) essa tarefa está muito mais vinculada à natureza das relações internacionais entre os países e entre estes e sua história cultural e desenvolvimento industrial-tecnológico do que a uma determinada ideologia cultural.¹⁵⁵

¹⁵¹ CALABRE, Lia Op. Cit. p.41.

¹⁵² CALABRE, Lia Op. Cit. p.89.

¹⁵³ FALCÃO, Joaquim Arruda. *Política Cultural e Democracia: a preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. In: MICELI, Sérgio. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo. Ed: Difel. 1984. p. 26/27.

¹⁵⁴ Op. Cit. P. 27.

¹⁵⁵ Op. Cit. P. 30.

Isto posto, podemos entender como os esforços varguistas para investir em políticas culturais estiveram ligados com o cenário internacional. De fato, desde o período anterior à Vargas, a cultura já era vista como um importante fator nas relações internacionais, como vimos no capítulo anterior. Tal fato pode ainda ser corroborado com a criação da delegação francesa criou, em 1921, da Organização de Cooperação Intelectual (OCI) e no ano seguinte a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (CICI), “em torno do qual passaram a orbitar diversos institutos dedicados a campos de atividades considerados vitais para a materialização do espírito de amizade entre os povos.”¹⁵⁶

Segue-se daí que os diálogos do Brasil com outros países, sobretudo com a atuação da Divisão de Cooperação Intelectual, foram expandidos no período varguista. Dessa forma, a criação das instituições e repartições responsáveis em promover a cultura nacional nas diversas áreas teria acompanhado a tendência internacional. Nesse período, diversos institutos trabalhavam com o mesmo objetivo tais como: o Instituto Internacional do Cinema Educativo (IICE), o Centro de Informação Escolar e o Comitê Permanente de Letras e de Artes e o principal deles, o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI).¹⁵⁷

2.3: A diplomacia cultural e suas repercussões no Brasil durante as tensas décadas de 1930 e 1940.

Desde meados dos anos 1930, destacaram-se o papel do Ministro das Relações Exteriores Afrânio de Mello Franco e a manutenção de paradoxais e próximas relações com Alemanha e Estados Unidos, em um momento em que as tensões no espaço atlântico só aumentavam. Década de 1940 adentro, o fator econômico continuou com destaque em razão dos acordos costurados por Oswaldo Aranha para impulsionar a industrialização do país com apoio americano. Faz-se importante lembrar, entretanto, que, para além da questão econômica e militar, as relações internacionais do Brasil, ainda que passando preferencialmente pelo eixo econômico interamericano, também tiveram a questão cultural como fator relevante.

¹⁵⁶ DUMONT, Juliette. FLÉCHET, Anais. *“Pelo o que é nosso!”: a diplomacia cultural brasileira no século XX*. Op. Cit. p. 3.

¹⁵⁷ FERREIRA, Roberta. Op. Cit. p. 37.

Como sinal mais imediato, e que também já mereceu a atenção da literatura, nota-se a propaganda e os meios de comunicação que agiram a fim de promover a difusão cultural entre os dois países. Tais esforços foram destacados no trabalho de Antônio Pedro Tota¹⁵⁸ sobre a atuação de Rockefeller e do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* no Brasil, promovendo, como veremos mais adiante, a cultura através da música, do cinema, do rádio e outros meios. Porém, entendemos que a educação como fator cultural das relações culturais internacionais também merece destaque para entendermos como surgiram as universidades no Brasil e os cursos de Humanas.

Não sendo a era Vargas aquela que inaugurou os intercâmbios culturais do Brasil com o estrangeiro, uma das relações mais intensas e conhecidas se estruturou com a França desde os tempos coloniais. A aproximação com o vizinho do norte nesse campo, entretanto, tardaria um pouco mais e conheceria novas dinâmicas entre os anos 1930 e 1940. Ao estudar de forma comparada a relação do Brasil exatamente com França e EUA na primeira metade do século XX, Fernando Santomauro destaca que ambos os países tinham modelos de políticas culturais distintos. Para ele:

(...) enquanto a França se limitava às elites políticas e econômicas locais, os EUA se preocupavam em atingir um número maior de pessoas, por meio de novos meios de comunicação de massa, como o rádio e o cinema.¹⁵⁹

Isso explica, dessa forma, o porquê da ascensão da influência cultural americana em poucos anos. Além disso, Santomauro aponta como fator de crescimento para o intercâmbio entre Brasil e EUA, a partir do ano de 1940, a atuação do norte-americano Rockefeller e a morte do francês George Dumas, articuladores importantes das cooperações internacionais de seus respectivos países.

Ao longo do governo de Getúlio Vargas, principalmente no período chamado Estado Novo, percebe-se, também através das ações do Ministério das Relações Exteriores, uma série de políticas cujos objetivos eram de incentivar os intercâmbios intelectuais e a construção da identidade nacional (tema que tratamos durante toda nossa pesquisa). Por meio da diplomacia cultural, por exemplo, diversos atores, dentre eles

¹⁵⁸ TOTA, Antonio Pedro. *O amigo americano: Nelson Rockefeller e o Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras, 2014. P. 119.

¹⁵⁹ SANTOMAURO, Fernando. *De Brésil to Brazil: a política cultural como instrumento de poder: os casos da França e Estados Unidos no Brasil na primeira metade do século XX*. p.237. In: LESSA, Mônica L. e SUPPO, Hugo R. Op. cit. p. 237.

ministros e intelectuais, exerceram o papel de interlocutores da cooperação intelectual em atividades ligadas à formação da identidade brasileira. No próximo capítulo, destacaremos tais intelectuais que circularam e estavam inseridos no debate do campo educacional.

Disso se segue que, longe de se tratar de uma iniciativa isolada ou descontextualizada, as ações da diplomacia cultural brasileira acabaram dialogando com a Política da Boa Vizinhança dos Estados Unidos, de aproximação com a América Latina. Os intercâmbios culturais entre as regiões do continente americano foram intensificados através de vetores como a música e as artes em geral.¹⁶⁰ De certo modo, é possível dizer que o objetivo norte-americano de estreitar laços de cooperação estava ligado ao planejamento de penetração ideológica, de difusão de valores e conquista de mercado.¹⁶¹

Diante do contexto da Segunda Guerra Mundial, de desorganização e queda do comércio internacional, do considerado fracasso da Liga das Nações e da política de desarmamento, Roosevelt investe no contato com Vargas e na influência político-ideológica para desarticular da forma mais completa possível as relações entre Brasil e Alemanha. A mudança de estratégia norte-americana, da política do Big Stick para a política da Boa Vizinhança, esteve ligada à busca em recuperar a economia e estabelecer um programa educacional, de relações culturais, de informação e de propaganda com a América Latina. A mensagem passada quando das tentativas de aproximação era de que os EUA estavam dispostos a promover a “cooperação interamericana e a solidariedade hemisférica”, enquanto consolidavam uma nova forma de potência mundial.¹⁶²

Um dos marcos mais importantes desse processo, como já mencionado, foi a criação do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* em 1940, chefiado por Nelson Rockefeller. Tal órgão estava subordinado ao Conselho de Defesa Nacional dos EUA e teve como um dos principais objetivos ampliar a política assistencialista dos norte-americanos no âmbito da educação, com a criação de cursos, fornecimento de materiais e intercâmbios entre universidades americanas. Como ator e interlocutor dos intercâmbios culturais realizados pelo *Office*, Rockefeller teria estimulado a difusão cultural através dos meios de comunicação, como o uso da propaganda e do cinema.

¹⁶⁰ MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração americana no Brasil*. São Paulo. Brasiliense, 1984. Op. Cit. p. 4.

¹⁶¹ TOTA, Antônio Pedro. *O amigo americano: Nelson Rockefeller e o Brasil*. Op. Cit. p. 90.

¹⁶² TOTA, Antônio Pedro. Op. Cit. p. 90.

Não eram, entretanto, os primeiros passos do americano no estrangeiro. Desde a Primeira Guerra Mundial, a fundação Rockefeller tinha o papel de estreitar os laços com diversas regiões do globo, como a Europa. No ano de 1928, a instituição investe na construção do Rockefeller Center como referência na forma de expandir a cultura norte-americana. No contexto do governo de Vargas e da aproximação com os EUA, Nelson Rockefeller fez a sua primeira viagem ao Brasil já no ano do golpe do Estado Novo. Nesse primeiro contato, o americano conversou com fazendeiros e homens de negócios, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e na região do Nordeste. Em 1942, na segunda viagem ao Brasil, mas então já nomeado chefe do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*, tinha uma agenda ainda mais diversificada, incluindo até mesmo a negociação da borracha brasileira e a tentativa de implementar um projeto sanitário para a Amazônia.¹⁶³

No âmbito cultural, Rockefeller investe nas produções de Walt Disney, como no já muito conhecido filme “Alô, amigos”. Em 1944, quando assumiu o cargo de subsecretário de Estado para Assuntos Latino-Americanos do governo Roosevelt, além dos interesses econômicos, na agricultura, pecuária e indústria, a cultura tornou-se uma pauta importante. Segundo Antônio Pedro Tota, esta seria numa arma ainda mais preciosa no contexto da Segunda Guerra Mundial, através da produção de filmes com teor de crítica à Alemanha, do rádio, da imprensa, da ciência, da opinião pública e da educação. Como salienta o autor,

(...) a cultura, a propaganda e os meios de comunicação, indissociáveis, eram armas tão poderosas quanto os caças, os bombardeiros, os porta-aviões, submarinos, canhões, granadas. Eram armas para derrotar inimigos, assim como para ganhar e manter amigos.¹⁶⁴

Nesse sentido, também estiveram presentes os investimentos, da parte dos EUA, nos estudos antropológicos, para melhor compreender a dinâmica e cultura latino-americanas, como por exemplo, através dos trabalhos de Ruth Benedict, contemporânea de Franz Boas na Universidade de Columbia, mas também de Wendell C. Bennett, John Gillin e Alfred Metraux.¹⁶⁵

¹⁶³ SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da Borracha: Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo. Ed: Perseu Abramo, 2007.

¹⁶⁴ TOTA, Antônio Pedro. Op. Cit. p. 137.

¹⁶⁵ Idem.

Outros casos concretos de utilização dos vetores culturais no Brasil com inspiração direta ou indireta da experiência americana puderam ser observados através da ação do Ministério da Educação e Saúde, particularmente sob a administração de Gustavo Capanema. Em 1935, por exemplo, foi firmado em Washington o Pacto Roerich, com o objetivo de formalizar o apoio às instituições artísticas, científicas e aos monumentos históricos, pelos países participantes do encontro. Em carta ao Ministro, Gustavo Capanema, Rodrigo Melo de Franco Andrade, Diretor do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico), comunicam assim a publicação, em Diário Oficial, do acordo firmado entre o Brasil e os demais países nos EUA sobre a questão cultural:

Tenho a honra de devolver, incluso a V. Excia, o aviso do Senhor Ministro das Relações Exteriores comunicando haver o Diário Oficial de 16 de Setembro próximo findo estampado a Decreto nº 1087, de 8 do referido mês, em que se fez pública a promulgação do Tratado para a proteção das Instituições Artísticas e Científicas e Monumento Históricos (Pacto Roerich), concluído e firmado entre o Brasil e diversos países, em Washington, a 15 de abril de 1935. A esse respeito, cumpre-me comunicar a V. Excia que este Serviço tomou conhecimento em tempo oportuno da aludida publicação, da qual fez arquivar um exemplar para os devidos efeitos.¹⁶⁶

No trecho acima percebe-se como as alianças entre Brasil e EUA estavam para além das questões políticas, econômicas e militares, se ampliando para o campo cultural. Nesse contexto das relações internacionais do país, que envolve diversos Ministérios para além do Catete e da sociedade civil, o Itamaraty não deixaria de interagir. Desde os primeiros anos da era Vargas o Ministério das Relações Exteriores não deixou de considerar a própria agenda nacionalista da nova administração e se manteve como referência quando essas iniciativas, envolvendo cultura, ganhavam um aspecto internacional. O chanceler Afrânio de Mello Franco, por exemplo, foi assim procurado por Francisco Campos, Ministro da Educação e Saúde, já em 1932:

(...) este Ministério deseja organizar, tão rapidamente quanto possível, o ramo de Educação, da Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Para isso, tem já delineado um plano que possa corresponder às necessidades e possibilidades do meio brasileiro. (...) a execução desse plano dependerá, porém, de se contratarem especialistas estrangeiros, não só porque, em relação a certos estudos não os temos no país, como também porque muito importará ao seu desenvolvimento que sejam desde logo iniciados por processos didáticos modernos (...) as cadeiras para as quais se desejam especialistas americanos são:

¹⁶⁶ Carta de Rodrigo M. F. de Andrade para Gustavo Capanema em Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1935. GC 1936 03 24/2 rolo 41 fot. 446 a 809. Arquivo pessoal Gustavo Capanema. CPDOC/FGV.

O chanceler Afrânio de Mello Franco, quando assumiu o posto de Ministro das Relações Exteriores, não teria alterado os rumos da política exterior do Brasil, enfatizando as relações comerciais. Assim teria também administrado o Ministro Oswaldo Aranha, ainda que em anos mais tensos e difíceis para as relações internacionais econômicas. Sem necessariamente ignorar esse aspecto da inserção do Brasil no mundo, faz-se importante levar em conta também a diplomacia cultural para entender a execução da agenda nacionalista e o alinhamento do Brasil entre os anos 1930 e 1940.¹⁶⁸

Ao longo do governo Vargas, uma das iniciativas que testemunham a importância das relações culturais internacionais no intuito de situar o país no mundo foi a criação, em 1934, do Serviço de Expansão Intelectual, com o objetivo de fazer propaganda do Brasil no exterior. Dessa forma, foi possível:

(...) favorecer encontros entre intelectuais brasileiros e estrangeiros a fim de estabelecer solidariedades e conveniências sobre as quais fosse possível, em seguida, sustentar a propaganda nacional. O Serviço se encarregava, por fim, de difundir as obras brasileiras e de publicar monografias sobre temas considerados ‘nacionais’.¹⁶⁹

Em 1937, foi criado o Serviço de Cooperação Intelectual (ligado ao IICI). Através de Capanema, teria ocorrido uma mudança interna do Serviço, que fora convertido em Divisão de Cooperação Intelectual no ano de 1938, pois o Ministro julgava o mesmo como “insuficiente para atender essa necessidade imperiosa de mostrar a verdadeira imagem do Brasil”.¹⁷⁰

As atribuições da Divisão de Cooperação Intelectual consistiam em incentivar:

(...) o estudo das questões de cooperação intelectual, especialmente das relativas ao intercâmbio literário, artístico e científico entre o Brasil e os países estrangeiros (...) a representação do Ministério, pelo respectivo chefe da Divisão, na Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual; a colheita, para a conveniente divulgação no exterior, de elementos que reflitam a cultura brasileira; a ativação do intercâmbio

¹⁶⁷ Correspondência de Francisco Campos para o Ministro das Relações Exteriores, Afrânio de Mello Franco, de 17 de maio de 1932. Ministério das Relações Exteriores: Lata 1243 maço: 27891. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro.

¹⁶⁸ HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro. Objetiva, 1994.

¹⁶⁹ DUMONT, Juliette. FLÉCHET, Anais. “*Pelo o que é nosso!*”: a diplomacia cultural brasileira no século XX. Op. Cit. p. 4.

¹⁷⁰ DUMONT, Juliette. FLÉCHET, Anais. Op. Cit. p. 4.

intelectual com os grandes centros culturais estrangeiros; a negociação de acordos ou qualquer outro ato internacional sobre assuntos relativos à cooperação intelectual; a redação de exposições de motivos concernentes a tais atos; a organização de fichas, tanto de intelectuais brasileiros, quanto das associações culturais do Brasil, bem como dos institutos congêneres que, no exterior, se interessam pelas coisas brasileiras; a organização de bibliotecas brasileiras, para serem oferecidas a universidades e institutos culturais estrangeiros; o intercâmbio de professores e alunos das universidades e outros estabelecimentos de ensino nacionais com os de países estrangeiros; a organização de conferências de caráter cultural, a serem realizadas no Palácio Itamaraty e a divulgação de informações relativas ao movimento intelectual entre o Brasil e os países estrangeiros.¹⁷¹

Além de tais atribuições, a Divisão também buscava produzir monografias sobre os assuntos brasileiros, participar de conferências, fornecer assistências aos intelectuais em visita ao Brasil, preparar material cinematográfico e fonográfico sobre a cultura brasileira, coordenar estudos e unificar leis de proteção ao trabalho intelectual.¹⁷²

Juliette Dumont e Anais Flechet consideram que:

(...) apesar de a Europa ter sido o primeiro alvo da diplomacia cultural brasileira por meio do IICI, a América Latina ocupou um lugar cada vez maior no dispositivo posto em prática pelo Itamaraty nos anos 1930, com a assinatura de numerosos acordos de cooperação intelectual.¹⁷³

Um exemplo disso foi a participação do Brasil nos Congressos organizados pela União Panamericana. Assim, além das aproximações do Brasil com os EUA no momento da Política da Boa Vizinhança, percebe-se os intercâmbios culturais com a França, sobretudo com as relações com o IICI, sendo protagonista na América Latina, com a participação no Instituto Interamericano de Cooperação Intelectual, criado em 1928.¹⁷⁴ Segue-se daí que as autoras consideram que a diplomacia cultural, consolidada

¹⁷¹ Anexo de 1939: sobre o histórico da divisão de cooperação intelectual. 04/09/1939. Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro.

¹⁷² A Divisão de Cooperação Intelectual manteve o diálogo com o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI) fundado em Paris no ano de 1926, no contexto pós-Primeira Guerra Mundial e como fruto das ações da Liga das Nações para manter a paz entre os países. DUMONT, Juliette. *Le Brésil et l'Institut International de Coopération Intellectuelle (1924-1946): le pari de la diplomatie culturelle*. Paris. Éditions de l'IHEAL. 2009.

¹⁷³ DUMONT, Juliette. FLÉCHET, Anais. Op. Cit. p. 6.

¹⁷⁴ O Brasil participava dos debates acerca da cooperação intelectual tanto na Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (CICI) como no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI). Como destacado no trabalho de José Armando Resende, Eliseu Montarroyos foi nomeado Delegado do Brasil no IICI em 1926 por sugestão do Ministro das Relações Exteriores, Afrânio de Melo Franco, e administrou os contatos diplomáticos do Brasil com o órgão da Sociedade das Nações. Para o autor, o Brasil ser representado nas instâncias criadas pela Sociedade das Nações trazia, além da cooperação intelectual internacional, o “progresso das suas instituições educacionais e científicas e de projeção, no exterior, da

a partir de 1937, era dispersa entre muitos ministérios, ocorrendo discordâncias entre o DCI e o DIP, por exemplo.¹⁷⁵

Talvez por esse motivo, com a finalidade de melhor organizar e desenvolver os laços entre os países, desde 1939, o Itamaraty e o Ministério da Educação se tornaram os responsáveis por coordenar convênios e acordos culturais assinados pelo Brasil. Contudo, segundo Roberta Ferreira:

(...) foram poucos os avanços obtidos por essa parceria, dada as sucessivas negativas de Capanema em contribuir com a contratação de professores ou transferência de recursos para programas comuns com o Itamaraty.¹⁷⁶

Além da Divisão de Cooperação Intelectual, a Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual também atuou no sentido de promover os intercâmbios culturais brasileiros no período do governo varguista. A Comissão foi formada em 1925, com sede na Academia Brasileira de Letras, e estava inserida na colaboração do Brasil na ação internacional de cooperação intelectual. Como objetivo, a comissão pretendia “promover a colaboração brasileira nos problemas intelectuais que interessem o Brasil e especialmente nos que forem suscetíveis de solução por via internacional”.¹⁷⁷ Disso se segue, que, por acordo com os antigos membros, a Comissão passou a se reunir no Palácio Itamaraty, em completa harmonia com o Serviço de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores criado por portaria de 8 de junho de 1937 com as seguintes atribuições:

(...) manter relações permanentes com a Comissão Internacional, o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual as autoridades brasileiras e as associações culturais do país, entreter relações diretas com as Comissões Nacionais de outros países, estudar todas as questões de ordem intelectual ou de interesse geral nacional ou internacional.¹⁷⁸

Outras iniciativas de fomento foram sendo somadas, como a criação, em 1938, do Conselho Federal de Cultura, orientado pelo Ministério da Educação e Saúde. Sem

imagem do Brasil”. RESENDE, José Armando Zema de. *A cooperação intelectual internacional da Sociedade das Nações e o Brasil (1922-1938)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Nacional de Brasília. Brasília. 2013. p.62.

¹⁷⁵ DUMONT, Juliette. FLÉCHET, Anais. Op. Cit. p .5.

¹⁷⁶ FERREIRA, Roberta. Op. Cit. p. 103

¹⁷⁷ Anexo de 1939: sobre o histórico da divisão de cooperação intelectual. 04/09/1939. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro. Lata 995 maço 16142.

¹⁷⁸ Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 995 maço 16142.

pretender perder seu protagonismo e valorizando a sinergia para potencializar resultados, Oswaldo Aranha sempre procurou defender a participação do Itamaraty nessa agenda. Assim defendeu perante o Presidente em junho de 1938 seu ponto de vista:

(...) julgo-me autorizado a solicitar a atenção de Vossa Exelência para expor, animado do melhor espírito de colaboração e do desejo sincero de contribuir para que os dois Ministérios interessados possam trabalhar, em mais propício e direto atendimento, nesse campo de ação comum e de tão amplos horizontes que é o da expansão cultural do Brasil (...)¹⁷⁹

Diante da pormenorizada descrição que fornecemos sobre o contexto das instituições ligadas aos intercâmbios entre o Brasil e os outros países, podemos entender de que modo a relevância de tais relações, ganharam grande reconhecimento no âmbito da política nacional. O papel e a importância das relações internacionais para a agenda nacionalista em marcha no Brasil começa a dar seus sinais quando se percebe, por exemplo, que na composição de 44 membros da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual encontravam-se, o Presidente da Academia Brasileira de Letras, o Chefe do Serviço de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores, o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o Presidente do Instituto da Ordem dos Advogados, o Presidente da Academia Nacional de Medicina, o Presidente do PEN Club do Brasil, o Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, o Presidente da Academia de Ciências, o Presidente do Conselho Nacional de Educação, o Reitor da Universidade do Brasil, o Delegado do Departamento Nacional de Educação, o Delegado do Brasil e o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual.

Nesse contexto, Delgado de Carvalho teria transitado em algumas das instituições citadas anteriormente, como o IHGB, o Conselho Nacional de Educação e a Universidade do Brasil. O intelectual promoveu através de sua circulação, conexões internacionais a serviço das reformas conduzidas por Vargas, sobretudo no campo cultural. No capítulo a seguir aprofundaremos a circulação internacional de Delgado no momento das reformas varguistas. Porém, podemos adiantar a hipótese de que a movimentação do intelectual reflete os esforços do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Educação para intermediar e incentivar os intercâmbios de Delgado e outros intelectuais com o mundo. Como exemplo, pode-se citar o envio de

¹⁷⁹ Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC/FGV. GC: 1938.06.06. Documentos sobre o Conselho Nacional de Cultura e comentários de Oswaldo Aranha. Rio de Janeiro. Rolo 51. Fot. 673 a 708.

representantes brasileiros em conferências, congressos e encontros em países da América Latina, EUA e países da Europa. Em 1939, a Associação Brasileira de Educação (ABE) organizou a VIII Conferência da federação mundial das associações educacionais. A conferência aconteceria na cidade do Rio de Janeiro, mas foi adiada após pedido do Ministro Capanema, pois os esforços para organizar o encontro retardariam os empreendimentos do Ministério da Educação nas reformas educacionais do período. Dentre os objetivos da conferência estavam:

1 - cultivar, através dos sistemas educativos, a mútua compreensão internacional, assim como os ideais de justiça, boa vontade, amizade e cooperação. 2 – fomentar o prestígio do professor como recurso para melhorar a qualidade do ensino no mundo. 3 – conseguir que os progressos e iniciativas de ordem educativa sejam postos ao alcance do magistério em todos os países. 4 – facilitar, por meio de conferência e contatos pessoais, a cooperação entre os representantes oficiais das sociedades educativas de todos os povos.¹⁸⁰

Como podemos perceber, o encontro visava a cooperação entre o Brasil e outros países, principalmente com os EUA. Em recorte do jornal O Globo de 1939, destacava-se o título sobre a vinda de mais de dois mil professores norte-americanos para a conferência.¹⁸¹ O contexto da Política da Boa Vizinhança incentivou tal intercâmbio, tanto que editoras norte-americanas demonstraram em correspondências com o Ministro Oswaldo Aranha, o interesse em enviar exemplares de livros educacionais na ocasião do encontro. Porém, o intercâmbio cultural do Brasil durante o governo varguista se estendeu com outros países da América Latina. O Brasil participou da VII Conferência Internacional Americana que ocorreu no Uruguai em 1933, enviando seis participantes brasileiros como: Afrânio de Mello Franco, Lucillo A. da Cunha Bueno, Francisco Luis da Silva Campos, Gilberto Amado, Carlos Chagas e Samuel Ribeiro.¹⁸²

Em 1933, o Brasil também teria participado da Conferência Universitária de Nova York, tendo contado com ajuda de custo da DCI para promover a ida de participantes brasileiros.¹⁸³ Ainda que houvesse o incentivo financeiro do Itamaraty para promover tais viagens, Roberta Ferreira salienta que entre os anos de 1938 e 1945 foi

¹⁸⁰ Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro. VIII Conferência da federação mundial das associações educacionais. (Conferências 789 M11106).

¹⁸¹ Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro. VIII Conferência da federação mundial das associações educacionais. Recorte do jornal “O Globo” de 17 de junho de 1939.

¹⁸² Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro. VII Conferência Internacional Americana. (Conferências 138/2/26).

¹⁸³ Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro. Conferência Universitária de Nova York. (Conferências: 464M7067).

multiplicada a falta de recursos da Cooperação Intelectual para atividades relacionadas ao intercâmbio artístico, científico e cultural, devido ao aumento das embaixadas brasileiras no exterior e o aumento da demanda nos intercâmbios.¹⁸⁴ Porém, tal efeito não afetou os esforços do Ministério em promover o diálogo entre intelectuais e de incentivar a presença dos mesmos em encontros internacionais, sobretudo no campo educacional.

¹⁸⁴ FERREIRA, Roberta. Op. Cit. p. 106.

Capítulo 3: Delgado de Carvalho: o intercâmbio internacional no curso de História

3.1: Os projetos e as reformas educacionais

Podemos dizer que no projeto varguista de construção da nacionalidade brasileira, a educação teve papel fundamental. Nesse sentido, para dar vazão a esse ímpeto educacional, algumas medidas teriam sido estabelecidas a fim de reformar a educação no período Vargas. Tais modificações sugerem o esforço de se modificar a educação de forma profunda, e as que mais se destacaram foram: a reforma do ensino secundário em 1942, a Reforma Universitária (para padronizar o ensino superior), a Nacionalização do Ensino, a criação do Sistema de Ensino Profissional com treinamentos para atividades econômicas (SENAI, SESI, SENAC, SESC).

Na reforma do ensino secundário, realizada em 1942, o conteúdo humanístico foi priorizado, através do ensino de latim e grego, além da formação patriótica e do acesso à universidade. A formação no ensino secundário estaria baseada na “ética, em Deus e na pátria”.¹⁸⁵ Em 1942, passou a ser um ciclo de quatro anos (“curso ginasial”) e outro de três anos (“curso colegial”). Ao final de cada ciclo seria realizado um exame, inspirado no modelo francês.¹⁸⁶ Em relação aos alunos que não conseguissem passar na prova de ingresso, estes teriam a possibilidade de serem incorporados no ensino industrial, agrícola ou comercial, para serem preparados para o trabalho.

No âmbito cultural, a fim de buscar aproximação da educação com a identidade nacional, ocorreram diversas propostas. Gustavo Capanema, ao ser considerado precursor nas ações culturais no Ministério da Educação, pretendeu ampliar a atuação do ministério para além da educação, assistência social e saúde, buscando reforçar os laços entre cultura e instituições oficiais. Na Constituição de 1934, estabeleceu-se que uma das funções da União era “favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral”.¹⁸⁷ Tal determinação foi mantida na transição para o governo do Estado Novo de Vargas, tanto que na Constituição de 1937 foi

¹⁸⁵ SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena e COSTA, Vanda. (org.) *Tempos de Capanema*. São Paulo. Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas. 2000. pp. 204 - 216.

¹⁸⁶ SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena e COSTA, Vanda. (org.) *Tempos de Capanema*. Op.Cit. p. 215. Dois ciclos: fundamental com duração de cinco anos e o complementar com duração de dois anos, sendo obrigatório apenas para candidatos dos cursos jurídico, de engenharia ou arquitetura e cursos de medicina, farmácia e odontologia. Segundo a proposta de Francisco Campos, o mesmo defendia a regularidade de congressos e reuniões para que se discutissem a pauta da educação.

¹⁸⁷ WILLIAMS, Daryle. *Gustavo Capanema, ministro da Cultura*. In: GOMES, Angela de Castro. (Org.) *Capanema: o ministro e o seu ministério*. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 2000. P.255.

determinado como “dever contribuir direta e indiretamente para o desenvolvimento cultural do país, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino”.¹⁸⁸

Na visão de Gustavo Capanema, para garantir os valores da nação que se construía, era necessário desenvolver a cultura. A discussão de cunho nacionalista ia ao encontro das ações do Ministério, ainda que existissem posicionamentos ambíguos entre o ministro e os intelectuais modernistas. Como o Estado via a cultura - as artes, a música, o cinema, o rádio – como um aparelho de educação, teria havido a necessidade de controlar as ações da mesma. Desse modo, diversas parcerias foram realizadas na ligação entre educação e cultura, como por exemplo, a de Marcelo Piacentini, no campo da arquitetura e da engenharia para elaborar o Palácio da Cultura e a Cidade Universitária.¹⁸⁹

Retomando as modificações operadas por Capanema, podemos ressaltar que, além de fazer mudanças no ensino secundário, o ministro estendeu as ações para a construção de um grande projeto universitário. Para Capanema, tal projeto ambicioso consistiria no preparo das elites para ocupar diferentes cargos. Em 1937, transformou a Universidade do Rio de Janeiro¹⁹⁰ em Universidade do Brasil, com o objetivo de padronizar o ensino superior e ampliar a instituição. O projeto se desdobrava em quatro atividades principais:

(...) o desenvolvimento da própria concepção da universidade; seu planejamento físico, que se deveria materializar na Cidade Universitária; a criação de uma faculdade de filosofia, ciências e letras, que seria o núcleo de integração de todo o conjunto; e a criação de algumas novas faculdades e institutos, dentre os quais se sobressaía o projeto de uma faculdade nacional de política e economia.¹⁹¹

Apesar das críticas a Capanema e ao projeto da Universidade do Brasil, no sentido de priorizar o ensino das elites, tal empreitada cresceu ao longo das ações do ministro. Antes da formação da Universidade do Brasil, já funcionava, desde 1935 na capital, a Universidade do Distrito Federal com a proposta de ampliar a oferta de cursos para além dos cursos tradicionais, como: Ciências, Economia e Direito, Filosofia, e

¹⁸⁸ WILLIAMS, Daryle .Op. Cit. p. 256.

¹⁸⁹ SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena e COSTA, Vanda. Op. Cit. p. 216.

¹⁹⁰ Em 1920, foi constituída a Universidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de “estimular a cultura das ciências, estreitar entre os professores os laços de solidariedade intelectual e moral e aperfeiçoar os métodos de ensino”. Os primeiros cursos existentes estavam representados na Faculdade de Medicina, na Escola Politécnica e na Faculdade de Direito. Op. Cit. 215.

¹⁹¹ SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena e COSTA, Vanda. Op. Cit. p. 223.

Instituto de Artes. Além disso, a UDF também teria valorizado o ensino da Educação, com a criação da Faculdade de Educação situada no Instituto de Educação.

Com o objetivo de não só formar profissionais, mas também “formar os quadros intelectuais do país”¹⁹², a UDF foi duramente limitada durante o governo do Estado Novo, tendo em vista as disputas políticas e a atuação do intelectual Anísio Teixeira. Baseado no projeto de disseminar a mentalidade científica e a democracia, Anísio Teixeira foi acusado por diversos opositores, dentre eles Francisco Campos, de se aproximar das ideias comunistas. Haja vista o contexto do governo centralizador e forte de Vargas, a partir de 1937, o projeto educacional vigente propagou os valores nacionais como forma das massas aceitarem a autoridade de seus líderes. O ministro Gustavo Capanema, ao considerar a UDF uma “situação de indisciplina e desordem” extinguiu a mesma e transferiu os seus cursos para a Universidade do Brasil, através do decreto-lei de nº 1063, de 1939:

Art. 1. Ficam transferidos para a Universidade do Brasil os estabelecimentos de ensino que compõem a Universidade do Distrito Federal, ora mantida pela Prefeitura do Distrito Federal. (...) Art. 5. Os alunos regularmente matriculados nos cursos transferidos serão admitidos a continuar normalmente os seus estudos na Universidade do Brasil, nos cursos por ela mantidos.¹⁹³

O fechamento da UDF ilustrou a interferência de setores conservadores da Igreja, liderados na época por Alceu Amoroso Lima, reitor da Universidade do Brasil. Seu argumento para a extinção da UDF era a acusação de ligação da mesma com o comunismo, tendo em vista a presença de Anísio Teixeira.

Conforme o exposto anteriormente, os projetos universitários propuseram a formação de diversos cursos para além dos tradicionais durante o governo Varguista. No contexto de fechamento da Universidade do Distrito Federal, os cursos até então em andamento foram transferidos para a Universidade do Brasil. Em 1939, a Faculdade de Filosofia e Letras, a Faculdade de Ciências, a Faculdade de Política e Economia e a Faculdade de Educação foram incorporadas à Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil. Além disso, o Instituto de Artes da UDF foi incorporado à Escola Nacional de Belas Artes e à Escola Nacional de Música. A Faculdade Nacional de Filosofia também ganhou força, sobretudo no período do Estado

¹⁹² <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3037/RadicalizacaoPolitica/UniversidadeDistritoFederal>.

¹⁹³ Arquivo Gustavo CPDOC-GC. Decreto-lei de transferência dos estabelecimentos de ensino da Universidade do Distrito Federal para a Universidade do Brasil, 1939.

Novo, principalmente, por interferência de intelectuais estrangeiros. Nesse contexto, dentre os intercâmbios, percebe-se a presença de professores franceses nos mais diversos cursos das universidades. Em carta enviada em 1935 de Georges Dumas a Capanema, o intelectual afirma:

(...) todos os professores franceses que vêm ao Brasil (...) impressionam-se com a cultura e a inteligência dos ouvintes e estudantes que conhecem mais de perto, mas também se espantam pelo fato de que de tanta inteligência e tanta cultura se originem tão poucas obras que contem na produção mundial.¹⁹⁴

Desde 1936, Capanema começou a investir e a organizar o ensino de diversas áreas. O diálogo com a embaixada da França no Brasil foi constante a fim de trazer professores franceses para o Rio de Janeiro. Ao longo da década de 1930 diversos professores assumiram cátedras na Universidade do Brasil.¹⁹⁵ Assim, ao longo do período, percebe-se a conexão entre os Ministérios da Educação e Saúde com o Ministério das Relações Exteriores para promover a vinda dos professores franceses para as universidades, sobretudo, a Universidade do Brasil.¹⁹⁶

Porém, além da presença de intelectuais franceses nos cursos universitários da capital, percebe-se também o intercâmbio com os EUA, tendo em vista o contexto de Política da Boa Vizinhança. No final do Estado Novo foi criada a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas na Universidade do Brasil. A inspiração para tal decisão, veio dos cursos de economia existentes no *Institute of Human Relations* de Yale, no *Institute of Research in Social Sciences* da Universidade da Carolina do Norte e na Divisão de Ciências Sociais da Universidade de Chicago. A proposta defendia que no Instituto deveria ter:

(...) uma parte didática e outra de pesquisa, nos domínios da antropologia física e cultural, da sociologia e da psicologia social (da economia e da estatística), com especial aplicação aos problemas brasileiros, no sentido de ser mais bem conhecido o material humano no Brasil, o homem brasileiro dentro de seus grupos de sociedade e de cultura.¹⁹⁷

¹⁹⁴ Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC/FGV. GC. Carta de G. Dumas a Capanema, 1935.

¹⁹⁵ Percebe-se a aproximação com a vertente francesa: distinguir a massa da elite. Ver: BOMENY, Helena. *Os intelectuais da educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001. p. 14.

¹⁹⁶ Em documento datado no ano de 1939, Oswaldo Aranha indica nomes de professores para os cursos universitários no Brasil. Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC/FGV. GC. ROLO 39.

¹⁹⁷ SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena e COSTA, Vanda. Op. Cit. p. 239.

Assim, como já foi mencionado, a partir de 1937, através da lei nº 452 no art. 40, a Universidade do Brasil começou a ser ampliada.¹⁹⁸ A Faculdade de Ciências Políticas continha quatro escolas, a Escola de Administração voltada para o preparo no concurso do Ministério da Justiça, a Escola Diplomática e Consular voltada para o Itamaraty e no ganho da licença historiográfica, a Escola de Serviço Social voltada para o concurso do Ministério do Trabalho e a Escola de Economia Nacional e Financeira, além dos cursos de Jornalismo, Biblioteconomia e de Etnologia e museus. Além disso, foi oficializada a Faculdade Nacional de Educação, com os cursos de Biologia, Psicologia, Sociologia, História da Educação e Filosofia, e também a Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, agregando os cursos da Universidade do Distrito Federal e fazendo ligação com o Colégio Pedro II.¹⁹⁹

O diálogo entre Capanema e os intelectuais franceses e americanos teria, dessa forma, persistido, tendo em vista as influências políticas e pedagógicas presentes na agenda do Ministério da Educação. Em 1942, M. S. Hull enviou uma carta a Gustavo Capanema elogiando a reforma educacional no Brasil por esta ter preservado a cultura tradicional:

Permita-me expressar o meu apreço pela maneira com que, na sua reforma do sistema educacional do Brasil, tenha se mantido preservada, ou melhor, restaurada a antiga cultura clássica deste país, enquanto que previsto o aumento das necessidades da ciência e do desenvolvimento industrial que um Estado moderno grande exige.²⁰⁰

De fato, a discussão sobre a grade curricular e as reformas nas disciplinas clássicas ou científicas estava presente desde a formação do Conselho Nacional de Educação em 1937. Já a elaboração do Plano Nacional de Educação estava prevista desde a Constituição de 1934. No Congresso Mundial de Educação no Rio de Janeiro, em 1939, e durante a I Conferência Nacional de Educação em 1941, foi discutida a tal elaboração do Plano, e, em discurso proferido por Gustavo Capanema, o mesmo defendeu “educar para a pátria à serviço da nação” pois:

(...) a educação (...) deve tratar o ser humano como uma entidade social destinada à ação (...) para uma ação necessária e definida, de

¹⁹⁸ Arquivo Gustavo CPDOC-GC. Rolo 43 – fot. 605 a 648.

¹⁹⁹ SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena e COSTA, Vanda. Op. Cit. p. 239.

²⁰⁰ Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC/FGV. GC. Carta de M. S. Hull a Gustavo Capanema. Rolo 3. Fot. 365 a 637.

modo que ele entre a constituir uma unidade moral, política e econômica, que integre e engrandeça a nação.²⁰¹

Portanto, podemos concluir que as ações governamentais que buscavam formular ações no plano da educação estão relacionadas com o cenário político e cultural internacional, sobretudo com a circulação de intelectuais e ideias no momento de reformas no âmbito educacional. Com efeito, por conta das intenções políticas no âmbito de desenvolvimento educacional, podemos observar de que forma as trocas entre os países tiveram grande relevância nesse contexto. Nesse sentido, nas próximas páginas, pretende-se analisar como tal contexto interferiu nos debates acerca da formação dos cursos de História nas universidades no Rio de Janeiro.

3.2: O curso de História no Rio de Janeiro.

No campo universitário, nossas análises apontam que alguns cursos passaram por mudanças curriculares e no corpo docente. Junto com a criação da Universidade do Distrito Federal, surge o curso universitário de História no Rio de Janeiro. O curso já existia no Brasil, na Universidade de São Paulo desde 1934, tendo como objetivo a formação intelectual de uma elite política, visto que o grupo paulista estava enfraquecido com o movimento que levara Vargas ao poder. O curso de História na UDF contou com 12 professores durante os anos de 1935 e 1939, sendo 3 deles franceses.²⁰² A estrutura curricular do curso estava distribuída nos estudos do campo específico da disciplina, dos estudos complementares em Línguas e Ciências Sociais e o estudo da área pedagógica. Diferentemente da USP, o currículo da UDF contava com poucos estudos na área de História do Brasil e dividia a disciplina em periodizações, enquanto a USP mantinha a disciplina de História das Civilizações. Nesse aspecto, desde a década de 1920, pesquisadores discutiam tal disciplina por conta de razões políticas: no contexto entre guerras, de forma a amenizar a corrida armamentista, buscou-se investir no estudo de História das Civilizações como forma de voltar a formação para os estudos das sociedades ao invés do estudo das histórias nacionais. Tal

²⁰¹ HORTA, José Silvério. *I Conferência Nacional de Educação ou de como monologar sobre educação na presença de educadores*. In: GOMES, Angela de Castro. (Org.) *Capanema: o ministro e o seu ministério*. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 2000. p. 148 e 149.

²⁰² Afonso Arinos de Melo Franco, Arthur Ramos de Araújo Pereira, Carlos Miguel Delgado de Carvalho, Gilberto Freyre, Isnard Dantas Barreto, Jayme Coelho, João Batista de Melo e Sousa, José Maria de Albuquerque Bello, Luiz Camillo de Oliveira, Henri Hauser, Eugene Albertini, Pierre Deffontaines.

objetivo esteve presente na agenda da Comissão Internacional para o Ensino de História, criada na Europa nos anos de 1930.²⁰³

Diante de tal mobilização, na reforma secundária de 1931 no Brasil, a disciplina História do Brasil foi substituída pela disciplina História das Civilizações, que criticava a exaltação dos grandes personagens, eventos e datas nacionais, valorizando a dimensão cultural dos acontecimentos.²⁰⁴ Em 1940, a disciplina de História do Brasil retorna para os currículos do ensino secundário e superior, sobretudo na FNFfi da Universidade do Brasil. As sessões formadas na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) foram as de: Filosofia, Ciências (com os cursos de Matemática, Física, Química, História Natural, História e Geografia e Ciências Sociais), Letras e Pedagogia. Ao receber professores da extinta UDF, a FNFfi manteve a “preocupação de escrever e ensinar uma História do Brasil voltada para a formação de professores” e teve como “distinção o modelo de História e a concepção de identidade nacional e de nação”.²⁰⁵

Os intelectuais da época tiveram um importante papel na construção dos currículos universitários, dentre eles, pode-se citar: Gilberto Freyre, Afonso Arinos e Sérgio Buarque de Holanda.²⁰⁶ Como desenvolveu Marieta de Moraes Ferreira, em seu estudo sobre o campo disciplinar da História nos currículos universitários no Brasil, “percebe-se, assim, que os intelectuais da década de 1930, (...) estavam interessados em decifrar o enigma do Brasil, compreender sua identidade e poder interferir na produção de seu futuro, através da superação dos obstáculos a seu desenvolvimento”.²⁰⁷ Isto posto, no curso de História, os intelectuais buscaram inovar em termos de conteúdos e também articular a profissionalização do docente e a formação do pesquisador.²⁰⁸

²⁰³ FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2013. p.29

²⁰⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. Op. Cit. p. 39. A reforma Francisco Campos de 1931, instituiu a cadeira História da Civilização no ensino secundário, extinguindo as cadeiras de História do Brasil e História Universal do Colégio Pedro II, sendo ensinada em todas as séries do fundamental e apenas na primeira série do complementar pré-jurídico, como demonstrado no diário oficial da época, tal iniciativa mostra a atuação do Estado na formação dos currículos de História: “ensino secundário como um segmento privilegiado de intervenção do Estado e o ensino de História como responsável pela “formação humana” e “educação políticas” dos alunos”. VALE, Nayara Galeno do. *Delgado de Carvalho e o ensino de História: livros didáticos em tempos de reformas educacionais (1931-1936)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2011. p.173.

²⁰⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes. Op. Cit. p.47.

²⁰⁶ Gilberto Freyre publicou em 1933 o livro “Casa-grande e Senzala” e em 1936, “Sobrados e Mocambos”, apresentando uma nova interpretação da História do Brasil. Afonso Arinos ao publicar “Conceito de Civilização brasileira” pretendeu fazer uma obra de história da cultura brasileira e Sérgio Buarque de Holanda, analisou o passado colonial brasileiro no livro “Raízes do Brasil”, publicado em 1936.

²⁰⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes. Op. Cit. p. 39.

²⁰⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2013. p. 31.

Segundo as pesquisas sobre o ensino de História na Reforma de Francisco Campos, como as obras de Guy de Hollanda e Amélia Domingues de Castro, durante o período varguista, teria ocorrido ênfase na ação do Estado como agente da transformação do ensino. A partir da década de 1930, percebe-se a expansão do ensino secundário e do mercado de livros didáticos, pois como evidenciou Guy de Hollanda: “a reforma parece ter sido inspirada num sincero desejo de promover uma radical renovação dos métodos didáticos”.²⁰⁹ Porém, para Circe Bittencourt:

(...) uma reforma de ensino não pode ser vista como produto da ação exclusiva do Estado, mas como momento de articulação do poder com as diversas classes sociais capazes de se fazer ouvir.²¹⁰

Em 1942, em relação à Reforma Capanema, podemos dizer que o debate sobre o ensino de História esteve presente na pauta sobre Educação na sua gestão à frente do Ministério. Em certo sentido, os livros publicados pelo Padre Arlindo Vieira em 1935 e 1936, traziam exemplos internacionais de ensino nos países europeus e americanos “como forma de demonstrar o atraso do ensino brasileiro frente às nações “civilizadas””.²¹¹ No entanto, a Reforma Capanema não se limitou ao que estava pressuposto em tais obras de Arlindo Vieira. Ao contrário, as mudanças para o ensino de História se concentravam, principalmente, no restabelecimento da disciplina de História do Brasil para os currículos. Nesse aspecto, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), representado pelo secretário Max Fleiuss, defendia o retorno da disciplina, pois alegava que a “cadeira de História da Civilização, adotada pela Reforma Campos, era contrária ao espírito de civismo e aos bons princípios da educação nacional”.²¹² Em 1938, na ocasião do Terceiro Congresso de História Nacional no IHGB, formalizou-se o protesto contra o Ministério da Educação pela supressão da cadeira de História do Brasil no ensino secundário. De modo similar, no ensino superior, principalmente no curso de História na FNFi, também se percebe o retorno da cadeira de História do Brasil, comandada por Hélio Vianna.²¹³

²⁰⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes. Op. Cit. P. 55.

²¹⁰ APUD FERREIRA, Marieta de Moraes. Op. Cit. P. 55. BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Os confrontos de uma disciplina escolar: da História sagrada à História profana*. Revista Brasileira de História. Memória, História, Historiografia: Dossiê Ensino de História, v. 13, n.25/26, p. 193-221, set. 1992/ago. 1993.

²¹¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. Op. Cit. P. 63.

²¹² FERREIRA, Marieta de Moraes. Op. Cit. P. 64.

²¹³ MORAES, Marieta de. *Perfis e Trajetórias dos professores universitários do curso de História no Rio de Janeiro*. In. OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. (Org.). *Universidade e lugares de memória*. Rio de

Como podemos depreender, o período Vargas compõe o momento de institucionalização do campo disciplinar da História. Nesse sentido, os primeiros cursos universitários contaram com a participação de diversos professores, tanto na UDF como na Universidade do Brasil. Para analisar os intercâmbios internacionais na formação do campo de História nas universidades, torna-se preciso traçar o perfil do corpo de intelectuais que participaram dos debates acerca das disciplinas e do currículo.²¹⁴

A primeira geração de profissionais de História, como estudado por Marieta de Moraes, provinha de famílias de profissionais liberais e funcionários públicos e, em alguns casos, de descendentes de membros de elites econômicas em declínio. A maioria dos intelectuais que lecionou em ambas as universidades fez o ensino secundário em escolas públicas. Muitos destes eram formados em Direito, como no caso do intelectual em foco, Delgado de Carvalho, e outros com dupla formação, como por exemplo, em Direito e História ou História e Geografia. No caso dos professores da UDF, muitos mantinham em suas redes de sociabilidade, laços com educadores da ABE (Associação Brasileira de Educação), liderada por Anísio Teixeira e outros com o Colégio Pedro II, como Delgado de Carvalho, Jaime Coelho, Fernando Raia, Isnard Dantas Barreto, Eremildo Viana.

Além desses nomes, o curso de História contou com a contribuição de vários professores franceses como: Henri Hauser, Eugène Albertini e Pierre Deffontaines na UDF e Victor Tapié, Antonie Bom e Francis Ruellan na FNFfi. Henri Hauser teve influência na estruturação curricular e na difusão de uma nova concepção de história econômica e social, tendo aumentado a carga horária da cadeira de “História Moderna”.²¹⁵ Albertini reestruturou o programa de “História Antiga” e defendia uma história dos povos e civilizações.²¹⁶ Deffontaines era professor da área da Geografia, tendo fundado a cadeira de Geografia na UDF e Victor Tapié foi orientado na Sorbonne por Pierre Renouvin. Marieta de Moraes destaca, dessa forma, a diversidade da

Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura. Sistema de Bibliotecas e Informação. 2008.Op. Cit. p. 264.

²¹⁴ A Universidade do Brasil foi criada em decreto em 5 de julho de 1937, lei nº 452, dando continuidade à Universidade do Rio de Janeiro criada na década de 1920. E a UDF foi incorporada à Universidade do Brasil pelo decreto-lei 1063, de 20 de janeiro de 1939. Em 4 de abril de 1939, pelo decreto-lei 1190, foi instituída a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi).

²¹⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes. *Perfis e Trajetórias dos professores universitários do curso de História no Rio de Janeiro*. In: OLIVEIRA, Antônio José Barbosa de. (Org.). *Universidade e lugares de memória*. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura. Sistema de Bibliotecas e Informação. 2008. p. 249.

²¹⁶ LIÇÕES inaugurais da Missão Universitária Francesa durante o ano de 1936. Rio de Janeiro: Univ. do Distrito Federal, 1937. P. 21.

composição das missões francesas, pois os professores tinham formações diferentes, eram de gerações diferentes e estavam em estágios profissionais diferenciados. Hauser e Albertini, por exemplo, tinham como perspectiva o ensino de uma História social e econômica, que valorizasse o estudo das sociedades, da vida cotidiana e das relações sociais.²¹⁷

A presença dos professores franceses no curso de História no Rio de Janeiro foi analisada por Marieta de Moraes como um fator importante para a consolidação do currículo no curso de História:

(...) se a influência dos professores franceses se mostrou limitada no que diz respeito a uma nova maneira de fazer História do Brasil, sua presença foi importante com relação à atualização bibliográfica dos alunos, à estruturação dos cursos criados e ao desenvolvimento de canais de intercâmbio entre as comunidades universitárias francesa e brasileira.²¹⁸

Em relação à cadeira de História do Brasil da FNF, comandada por Hélio Vianna, Maria Yedda Linhares, em entrevista sobre a sua atuação como aluna e professora na Universidade do Brasil, faz críticas ao currículo e considera a pesquisa universitária limitada devido a atuação do intelectual entre o período de 1939 a 1968:

(...) os problemas para o desenvolvimento da pesquisa nos cursos de história derivavam do controle que o catedrático Hélio Vianna tinha sobre a pesquisa referente a temas brasileiros, que impedia a criação de novos centros de pesquisa dedicados, por exemplo, à história contemporânea do Brasil.²¹⁹

Enquanto o curso de História na UDF pautou-se numa concepção centrada na defesa de uma História Social da Civilização com interesse no ensino e na pesquisa, o curso de História na FNF teria tido outras influências, sendo pautado:

(...) por uma concepção de História onde prevalecia uma história política destinada a reforçar os laços da identidade brasileira através do fortalecimento da unidade nacional, e do papel dos grandes heróis como construtores da Nação.²²⁰

²¹⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes. Op. Cit. p. 253.

²¹⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes. Op. Cit. p. 256.

²¹⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes. Op. Cit. pp. 255-256.

²²⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes. Op. Cit. p. 257.

Dentre os esforços para elaborar os estudos sobre História do Brasil, percebe-se a atuação do presidente da revista Cultura Política e também professor da FNFi, da Universidade do Brasil, Almir de Andrade. Em 1940, o intelectual recebeu a proposta do DIP para escrever um livro sobre a evolução histórica no Brasil. O objetivo da revista presidida pelo intelectual:

(...)era aliar o tratamento das questões políticas e socioeconômicas mais candentes e atuais à dimensão cultural e histórica da nação, produzindo um discurso integrado e voltado para o objetivo direto da publicação: a propaganda do regime.²²¹

Em carta direcionada ao Presidente Getúlio Vargas, em 1939, Andrade compartilha as seguintes ideias:

(...) compreendo que a grande diferença entre os métodos de ensino daqui e os da Europa é mais de forma do que de fundo, consiste em pequenos segredos técnicos na preparação das preleções, na organização dos programas e dos trabalhos de pesquisa, na maneira mais prática de obter do estudante o máximo de rendimento com o mínimo de esforço (...) assimilá-los da melhor forma possível para bem servir à cultura nacional (...)²²²

Para além das especificidades do curso de História em cada universidade, tendo em vista a extinção da UDF em 1939, procura-se perceber, nas próximas linhas, o papel das relações internacionais na vinda dos intelectuais franceses para compor o grupo docente no Rio de Janeiro. Em correspondência entre altos funcionários do Ministério das Relações Exteriores francês no Brasil, constata-se a insegurança em relação à ascendência cultural francesa, enfatizando a concorrência italiana e americana e a necessidade de os franceses tomarem posição.²²³

Contudo, para que possamos nos adentrar na questão de como os professores franceses foram introduzidos no Brasil, torna-se necessário retroceder para o momento inicial em que sua presença foi sentida no país. Assim, em 1933, o *Institut Franco-Brésilien de Haute Culture* promoveu conferências proferidas pelos professores da Sorbonne Robert Garric e Jean Genet, sob a liderança de Dumas. Portanto, percebe-se o interesse francês em garantir sua influência no momento das mudanças educacionais no

²²¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. Op. Cit. p. 131.

²²² Arquivo pessoal de Getúlio Vargas – CPDOC/ FGV. GV 1939.08.25 rolo 6 fot. 0393.

²²³ FERREIRA, Marieta de Moraes. *Os professores franceses e o ensino da história no Rio de Janeiro nos anos 30*. In: CHOR, Marco e VILLAS BOAS, Glaucia. (Orgs.) *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. p.283.

Brasil. Esse interesse também parece se repercutir na atuação do Ministério das Relações Exteriores francês na vinda de professores franceses para universidades no Brasil.²²⁴ No interior do grupo de intelectuais franceses que lecionaram e participaram dos debates educacionais no Brasil, localizamos a atuação de Delgado de Carvalho. A seguir, pretende-se analisar a circulação intelectual de Delgado, percebendo as aproximações do mesmo com a França e com os EUA, onde também atuou como professor visitante em 1940. Já em relação à sua inclinação para a França, observamos na formação acadêmica de Delgado, a clara influência francesa em seus escritos. De fato, nota-se como esses dois países teriam sido centrais para Delgado de Carvalho: pela sua formação intelectual, ele pendia para a França, mas pelo contexto político internacional, seu direcionamento também era para os EUA. Depreende-se assim, de que forma as duas influências apareceriam como paralelas na vida de Delgado.

Como Delgado participou dos debates educacionais no período Vargas, podemos traçar algumas conexões entre a formação do intelectual na França com as suas propostas para o curso de História no Brasil. Durante o período em que estudou na Escola de Ciências Políticas de Paris, Delgado teve na sua formação de Sociologia o contato com outras disciplinas. Segundo Patrícia Coelho, o contato de Delgado com as correntes de pensamento desenvolvidas na França no início do século XX permitiram o contato do intelectual com “o historicismo como alternativa ao positivismo e ao evolucionismo, bases da ciência europeia do final do século XIX”.²²⁵

Vimos, principalmente nos primeiros dois capítulos, como Delgado teria se aproximado dos EUA. Nas próximas páginas analisaremos como a formação francesa de Delgado e o contato do mesmo com o debate internacional acerca da educação estiveram presentes na sua atuação como professor e pesquisador no período varguista.

3.3: A atuação de Delgado: circulação intelectual e o debate nas Relações Internacionais:

É possível inferir que o debate acerca das mudanças educacionais e da formação do curso de História nas universidades esteve ligado com a circulação do intelectual, Delgado de Carvalho, e a preocupação do mesmo em adequar o currículo brasileiro ao

²²⁴ FERREIRA, Marieta. *Os professores franceses e o ensino da história no Rio de Janeiro nos anos 30*. Op. Cit. pp.284-286.

²²⁵ COSTA, Patrícia Coelho. *Delgado de Carvalho: a trajetória de um educador*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Op. Cit. p. 41.

que acontecia em universidades no exterior. No campo universitário, Delgado lecionou na UDF desde sua criação em 1935, onde inicialmente atuou como professor de Sociologia Educacional e Geografia Humana e, posteriormente, assumiu a disciplina de História Contemporânea. O curso de História na UDF tinha inspiração francesa e ia ao encontro das ideias de Delgado, já que seguia a proposta defendida por ele e por outros intelectuais da História da Civilização. Segue-se daí que, na ocasião do fechamento da UDF, foi convidado por Capanema para compor o quadro de professores da recém-formada FNFfi na Universidade do Brasil, em 1939. Delgado assumiu então a cadeira de Geografia do Brasil, apesar de almejar a cadeira de Sociologia.²²⁶

Ao longo do caminho intelectual de Delgado, percebe-se que o mesmo não atuava apenas no campo da História, se relacionando à outras disciplinas, já que o próprio intelectual não se considerava historiador. Em 1934, publicou o livro *Sociologia e Educação* sobre aspectos do problema educacional brasileiro, criticando o isolamento da história brasileira com a história geral (ou história da civilização para ele). Para Delgado, a década de 1930 era um momento importante para a sociologia no Brasil:

O movimento de 1930 que se deu entre nós não se limita a despertar uma literatura sociológica de amadores com vistas superficiais, embora curiosas ou originais. É essencial que o pensamento sociológico mesmo quando hauridos os seus elementos na ciência estrangeira, se mantenha na esfera das realidades nacionais: só assim poderá auxiliar a reconstrução que se torna indispensável.²²⁷

Além da influência francesa em seus escritos, Delgado também defendeu, em suas obras e durante a sua atuação como professor universitário, o contato com os EUA. Na Introdução do livro *Sociologia Educacional*, de 1940, publicado no ano do intercâmbio do intelectual nos EUA, ele conclui que:

Este primeiro ensaio de Sociologia Educacional é apenas uma tentativa de aclimação, em nosso meio, de um ramo de estudos sociológicos especiais, hoje já correntes nos Estados Unidos. Este fato explica, em parte, as referências tão frequentes a fontes norte-americanas.²²⁸

²²⁶ VALE, Nayara Galeno do. *Delgado de Carvalho e o ensino de História: livros didáticos em tempos de reformas educacionais (1931-1936)*. Op. Cit.p. 36 Arquivo Gustavo Capanema. GC g. 1936.01.18.

²²⁷ CARVALHO, Delgado. *Sociologia e Educação*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1934.

²²⁸ CARVALHO, Delgado. *As ciências sociais na escola secundária*. In: PEIXOTO, Afrânio. *Um Grande Problema Nacional (Estudos sobre o ensino secundário)*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1940.

No contexto da Segunda Guerra Mundial, Delgado acreditava que o Brasil não poderia ignorar os esforços empreendidos na Europa pela Liga das Nações, portanto percebe-se o diálogo do intelectual com os EUA e com a Europa:

Delgado criticava o patriotismo brasileiro, que chama de “ingênuo”, e se colocou como representante de uma tendência em voga nos meios europeus: a que via o ensino – e principalmente a disciplina História – como elemento chave na promoção da paz entre os países.²²⁹

Como exemplo do esforço para neutralizar possíveis conflitos, visto o período entre guerras, ocorre, no início da década de 1930, a organização da Comissão Internacional para o Ensino de História (CIENH), com “foco na revisão dos manuais didáticos que incitassem o armamentismo e o belicismo”.²³⁰

De acordo com Allain Chopin, ao longo do século XIX, os livros escolares foram “símbolos da soberania das nações”²³¹, o que deixava entrever a valorização da história de Estados ou Nações isolados. Por isso, na assembleia da Liga das Nações em 1930, foi determinada “a correção dos livros didáticos cujo conteúdo fosse ofensivo ao ‘espírito de cordialidade internacional’”.²³² Além desses esforços, desde 1924, circulava a ideia de extinguir a história nacional em prol da história das civilizações, defendida no Congresso de Lyon.²³³ No campo dos livros didáticos, Delgado escreveu diversos deles e pode-se perceber que o mesmo estava articulado com a proposta da Liga, ao defender os seguintes objetivos:

A) Não conter exaltação própria dos sentimentos nacionais, nem excitação de ódios aos estrangeiros por meio de afirmações subjectivas ou juízos definitivos sobre pontos discutidos. B) Dar maior importância aos factos que ilustram a solidariedade internacional, procurando na história nacional os factos que a isso se prestam. C) Insistir mais sobre a história da civilização do que sobre a história militar e política, apresentando uma concepção universalista da História. D) Trazer uma contribuição à educação moral e não somente científica. E) Visar um ensino da história internacional, independente ou em correlação com a história nacional, etc.²³⁴

²²⁹ VALE, Nayara Galeno do. Op. Cit. p. 39.

²³⁰ Idem.

²³¹ VALE, Nayara Galeno do. Op. Cit. p. 40. Ver CHOPPIN, Allain. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.30, n.3, p 548-566, set/dez. 2004. p. 555.

²³² VALE, Nayara Galeno do. Op. Cit. p. 40. Ver RESNIK, Luís. *Tecendo o amanhã. A História do Brasil no Ensino Secundário: Programas e Livros didáticos (1931-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1992. p. 60.

²³³ Idem.

²³⁴ APUD VALE, Nayara Galeno Op. Cit. P. 41. CARVALHO, Delgado. *Sociologia e Educação*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1934. P. 121.

Segundo Roberta Ferreira, a revisão dos manuais escolares teria ocorrido em diversos países nesse período, sobretudo através do incentivo da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (CICI), que buscava o entendimento entre os povos.²³⁵ Contudo, no período do Estado Novo, a pesquisadora também destaca o caráter ufanista dos livros didáticos e das cartilhas escolares, estimulando a devoção à pátria.²³⁶ Portanto, percebe-se que Delgado procurava ampliar tal proposta, sobretudo no sentido de buscar relacionar as questões nacionais com o contexto internacional, de modo a fugir da visão nacionalista de história.

Ao defender que através do ensino secundário os estudantes poderiam ingressar nas universidades, e desempenhar “o seu papel social nas elites da nação”,²³⁷ Delgado se aproxima do modelo tradicional, expoente da Escola Nova, inspirado no filósofo norte-americano John Dewey.²³⁸ Uma das defesas de Delgado para a disciplina da História era a aproximação da mesma com as Ciências Sociais, tanto que a discussão sobre os Estudos Nacionais, inspirada em Dewey, chega ao Brasil nos anos 1920. Além disso, Delgado também buscava uma aproximação da História com a Geografia, pois “as duas disciplinas prestavam-se ao estabelecimento de conexões entre as informações recebidas e a experiência anterior”.²³⁹

Nas escolas americanas, os Estudos Sociais foram incorporados aos currículos a partir dos estudos elaborados pela *Commission on the Social Studies in the Schools*.²⁴⁰ Assim, no Brasil, percebe-se a importação de tal modelo através da introdução dos Estudos Sociais nos currículos das escolas, na gestão de Anísio Teixeira à frente da Diretoria Geral de Instrução Pública (1932-1935). Nesse momento, Delgado era responsável pelo Instituto de Pesquisas Educacionais, tendo participado e apoiado tal inclusão. Em 1937, na conferência da ABE (Associação Brasileira de Educação), Delgado palestrou sobre a temática das ciências sociais, “defendendo que o estudo das

²³⁵ FERREIRA, Roberta. Op. Cit. pp. 37-38.

²³⁶ FERREIRA, Roberta. Op. Cit. p.58.

²³⁷ FERREIRA, Roberta. Op. Cit. p.60.

²³⁸ APUD FERREIRA, Roberta. Op. Cit. p.42. CARVALHO, Delgado. *As ciências sociais na escola secundária*. In: PEIXOTO, Afrânio. *Um Grande Problema Nacional (Estudos sobre o ensino secundário)*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1940. P. 32.

²³⁹ APUD FERREIRA, Roberta. Op. Cit. p. 43. CARVALHO, Delgado. *Sociologia e Educação*. Op. Cit. P. 99. Cf. DEWEY, John. *Democracia e educação: introdução à filosofia da Educação*. Trad. Godofredo Rangel e Anísio Teixeira, 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. P. 231.

²⁴⁰ APUD FERREIRA, Roberta. Op. Cit. p. 44. WATRAS, Joseph. *Why Historians Accepted a Unified Social Studies: Charles Beard and the Great Depression*. Paper presented at the annual meeting of the American Educational Research Association. New Orleans, 2000. P. 6.

ciências sociais, entre elas a História, deveria visar a uma interpretação sincera e imparcial do mundo contemporâneo”.²⁴¹

Delgado acreditava que “a humanidade marchava rumo a um destino superior e, para que o alcançasse, fazia-se necessário contar com o que os outros povos tinham a oferecer.”²⁴² Ora, o ensino de História e das demais ciências sociais possibilitaria esse intercâmbio, “implementando a ideia de solidariedade internacional, que deveria ser cultivada”.²⁴³ Nesse sentido, Delgado defendia a disciplina História da Civilização, como forma de articular as histórias nacionais com o contexto internacional.

Nas propostas para o programa de História, formuladas por Delgado, percebe-se que o intelectual conecta a História do Brasil com a História da Civilização, pois segundo o mesmo, “uma grande nação como o Brasil, não podia viver no isolamento e ignorar as demais nações do mundo”.²⁴⁴ Assim, a temática da História do Brasil aparece de forma pontual nos seus livros, pois o intelectual não concordava em promover o estudo da História do Brasil sob o viés do estudo de uma história militar e política, já que sua concepção teórica era marcada na ênfase da História da Civilização. De fato, Delgado teria buscado “os fatos que ilustrassem a solidariedade universal, com vistas à promoção de um espírito de cordialidade entre as nações”.²⁴⁵

Segundo Nayara Galeno, Delgado de Carvalho e Jonathas Serrano participaram da elaboração dos programas de História Geral e História do Brasil na Reforma Capanema. Nas propostas enviadas ao Ministro, os intelectuais desenvolveram os tópicos de formas diferentes, pois Delgado teria privilegiado as “feições culturais” para arquitetar o programa da disciplina. Como afirmou a pesquisadora, é impossível fazer a afirmação de que o intelectual tenha agido diretamente na aplicação da disciplina nos currículos, mas através do mapeamento da rede de sociabilidade do intelectual, sobretudo com o ministro Francisco Campos, no contexto da reforma educacional de 1931, percebe-se que o intelectual participava do grupo que trabalhou com o ministro no anteprojeto da reforma.²⁴⁶ Além disso, Delgado defendia que:

(...)o trabalho do professor deveria ser o de estabelecer comparações entre os dados dispersos, relativos a essas civilizações, com vistas a

²⁴¹ APUD FERREIRA, Roberta. Op. Cit. p. 62.

²⁴² APUD FERREIRA, Roberta. Op. Cit. p. 63.

²⁴³ APUD FERREIRA, Roberta. Op. Cit. p. 51.

²⁴⁴ VALE, Nayara Galeno do. Op. Cit. p. 70. Proposta de Programa. Arquivo Gustavo Capanema. GC g 40. 02.01. Fot.310.

²⁴⁵ VALE, Nayara Galeno do. Op. Cit. pp. 65-67.

²⁴⁶ VALE, Nayara Galeno do. Op. Cit. pp.57-60.

buscar no passado ‘os acontecimentos que levaram às situações que hoje apresentam na política internacional’.²⁴⁷

Ainda que as mudanças educacionais na administração de Capanema não tenham ido ao encontro das ideias de Delgado, sobretudo no que diz respeito à ênfase na História do Brasil e limitação da História da Civilização, o intelectual manteve “sua posição em defesa das conexões possíveis e desejáveis entre a história pátria e a História Geral”.²⁴⁸

Portanto, percebe-se através da historiografia, que Delgado teria participado dos debates acadêmicos sobre a disciplina da História e os programas educacionais, tanto na administração de Francisco Campos, como na de Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde. De acordo com o que vimos, é possível então dizer que Delgado se mostrava um defensor dos programas da Reforma Campos para o ensino de História. O livro publicado pelo intelectual em 1931, “História Geral”, se apresentava como uma interpretação dos programas de História da Reforma de Campos, fornecendo documentos iconográficos e textuais com o objetivo de estimular o espírito crítico do aluno, característica que não era comum nos livros didáticos da época.²⁴⁹ Como afirmado por Nayara Galeno, em seu estudo sobre os livros didáticos de Delgado, a referência de Delgado na confecção dos livros didáticos teria sido o modelo francês de ensino, pois de acordo com a pesquisadora, Delgado herdou referências bibliográficas francesas da biblioteca de seu pai na ocasião de seu falecimento.²⁵⁰ Também podemos acrescentar que a formação escolar do intelectual na França contribuiu para o acervo bibliográfico relacionado ao tema em sua biblioteca.

Entretanto, e este é um dos principais argumentos que se tenta avançar nesta dissertação, o contato de Delgado com os debates internacionais acerca da educação não foi apenas com o seu país de origem, a França. Através dos documentos analisados, percebe-se o diálogo do mesmo com outros países, sobretudo com os EUA, no período em que o alinhamento do Brasil com o país norte-americano foi intensificado. Os intercâmbios acadêmicos foram recorrentes na vida do intelectual, e diversos foram os convites de várias universidades na Europa e nos EUA para que Delgado participasse de encontros e palestras.

²⁴⁷ VALE, Nayara Galeno do. Op. Cit. pp.69-70. Arquivo Gustavo Capanema. GC g 40.02.01 Fotogramas 310/2.

²⁴⁸ VALE, Nayara Galeno do. Op. Cit. p. 70.

²⁴⁹ VALE, Nayara Galeno do. Op. Cit. p. 73.

²⁵⁰ VALE, Nayara Galeno do. Op. Cit. p.110.

Ratificando a ideia de que Delgado tanto se inclinava para instituições francesas, como também para as norte-americanas, podemos constatar que, além do contato com instituições acadêmicas francesas, ele também teria participado dos círculos acadêmicos nos EUA. Em 1939, recebeu o convite da *Carnegie Endowment for International Peace* para lecionar sobre Sociologia, História Contemporânea, Geografia e Economia Política, na Universidade de Washington and Lee, na Virgínia, no Rice Institute, no Texas e na Universidade de Michigan, como professor visitante. Na época da viagem, Delgado era professor universitário, e, portanto, solicitou autorização do reitor da Universidade do Brasil, Raul Leitão da Cunha, para se ausentar do território nacional pelo prazo de sete meses e enviou relatório ao Presidente Getúlio Vargas após a viagem comentando:

Notei que há uma grande falta de documentação sobre o Brasil em quase todas as bibliotecas que visitei, sendo, entretanto, informado haver verba para aquisição de livros brasileiros, mas grande dificuldade para obtê-los. Os que lá se acham foram em maioria levados pessoalmente por professores norte-americanos que viajaram no Brasil. Julgo que reina ainda certa imprecisão sobre as possibilidades de bolsas, verbas de intercâmbio de professores e estudantes e falta de coordenação nos métodos de sua escolha e aproveitamento. Convocado a várias reuniões sobre o assunto, tive ocasião de verificar que há muito esforço perdido e oportunidades não aproveitadas. Em certos casos, há falta de entendimento relativo às condições que nós oferecemos (equivalência de títulos, graus universitários, etc). Em conclusão, tomo a liberdade de sugerir que parece favorável o momento para designação de um encarregado de Negócios Culturais, com missão especial de atender a todos os convites para visitas e conferências, intercâmbio intelectual que não seja de simples propaganda (da qual já se encarrega nosso escritório bem aparelhado em Nova York), suprimento de informações de ordem cultural, organização de bibliotecas e outras atividades. (...) ²⁵¹

Além de corroborar a missão de Delgado em conhecer ao máximo a cultura educacional americana, o relatório que enviou ao Presidente Getúlio Vargas demonstra sua centralidade dentro da peça internacional dos projetos culturais varguistas e pode ser considerado um indício da atuação do Estado brasileiro como agente cultural na época. Os esforços de Delgado em intensificar os intercâmbios entre intelectuais do Brasil e dos EUA ficam evidentes em seu arquivo pessoal. Enquanto professor visitante, recebeu convites para lecionar e palestrar em diversas universidades nos EUA e no Canadá, inclusive do *The American Sociological Society* na Pensilvânia e também na *School of Commerce and administration*, como exposto em correspondência enviada no ano de

²⁵¹ Arquivo Delgado de Carvalho, IHGB. Lata 17, Pasta: 03.

1940 em que dizia: “Os departamentos de História, Sociologia, Comércio, Educação e Espanhol estão ansiosos para suas palestras”.²⁵²

Durante os meses em que esteve nos EUA, Delgado também participou do Oitavo Congresso Científico Americano, em Washington, quando discutiu diversos assuntos como História, Educação, Geografia e Sociologia.²⁵³ Dentre tais assuntos, a relação entre educação e cultura nacional ganhou destaque em mesa de discussão no congresso, como o trecho abaixo referente ao programa expõe:

É necessário, para fins de entendimento, definir os termos. A civilização é o mais elevado estágio de socialização do homem - a educação da humanidade, a nação, ou uma parte da humanidade; cultura é antes o treinamento do espírito para conquistar tudo através do conhecimento. A primeira possui um aspecto moral, a outra técnico, ambas são espirituais. Civilização é para a cultura o que a educação é para a instrução. Isso levanta a questão se a educação, que é a civilização, pode ser compatível com a cultura nacional. Em outras palavras, é o particularismo das nações, com tantos interesses diversos, possível na ordem moral da sociedade internacional? Há apenas um padrão moral, portanto, apenas uma civilização - o homem sozinho ou o homem unido em nações.²⁵⁴

O Congresso foi organizado pela União Panamericana e contou com a participação de trinta e cinco delegados brasileiros, selecionados pela Divisão de Cooperação Intelectual e pelo Ministério da Educação. Na ocasião do Congresso, acontecia a Segunda Guerra Mundial e dentre os objetivos traçados pelos organizadores, um deles era “impulsionar o pensamento e as realizações científicas”.²⁵⁵ Nesse contexto, como já abordado anteriormente, percebe-se a intensificação do intercâmbio entre os países da América, sobretudo com o alinhamento do Brasil com os EUA inclusive no campo cultural. Nesse sentido, o objetivo do Congresso, além de promover o debate científico de diversas áreas pretendia fortalecer os laços com as nações americanas:

O Governo dos EUA atribui um significado todo especial ao próximo Congresso, como fator importante no fortalecimento da colaboração entre os governos e povos de toda a América. Esperamos sinceramente que os cientistas de renome de todo o continente estejam em condições de contribuir para o sucesso desse empreendimento, trazendo para as discussões seus cabedais de ciência e experiência e

²⁵² Arquivo Delgado de Carvalho, IHGB. Lata 17, Pasta: 16.

²⁵³ Congressos anteriores ao VIII Congresso Científico Americano: I (Buenos Aires - 1898), II (Montevideo - 1901), III (Rio de Janeiro - 1905), IV (Santiago - 1908) ou 1º Panamericano, V (Washington - 1915/16) ou 2º Panamericano, VI (Lima - 1924) ou 3º Panamericano.

²⁵⁴ Arquivo Delgado de Carvalho, IHGB. Lata 17, Pasta: 03.

²⁵⁵ VIII Congresso Científico Americano. Lata 2078 Maço 37590/37591.

aproveitando a oportunidade para renovar velhas amizades e travar novos conhecimentos com os outros delegados ao Congresso.²⁵⁶

Como podemos observar acima, o objetivo do Congresso reforça o interesse em “estreitar cada vez mais as relações entre as Repúblicas Americanas, tanto no campo cultural como no econômico, jurídico e social”.²⁵⁷ De fato, as ações do governo norte-americano dialogaram com os objetivos do governo varguista em promover a cultura, tanto que o Presidente argumentou: “julgo conveniente a aceitação, escolhendo-se delegados ao nível dos objetivos do Congresso”.²⁵⁸ O interesse de Vargas em enviar delegados que representassem o Brasil nos diálogos acadêmicos com os outros países do continente fez com que alguns deles recebessem ajuda de custo e outros, como no caso de Delgado, foram concedidas autorizações para que se ausentassem do país para participar de palestras e lecionar no país norte-americano. Por conta de tais regalias, podemos compreender em quais situações e contextos Delgado pôde ir para os EUA, não só para participar do Congresso, mas também a convite de universidades e centros educacionais, como explicitado nas páginas anteriores.

Em relação ao Congresso, podemos dizer que as sessões discutidas ali percorriam as diversas áreas do conhecimento como: ciências antropológicas, ciências biológicas, ciências geológicas, agricultura e conservação, saúde pública e medicina, ciências físicas e químicas, estatística, história e geografia, direito internacional, direito público e jurisprudência, economia política e sociologia, e, por fim, educação. Delgado de Carvalho teria palestrado na sessão de Educação²⁵⁹, e no momento do Congresso, defendia para o currículo de História e Geografia a inserção da disciplina “História da Civilização”.

Nesse aspecto, torna-se claro como os trabalhos de Delgado dialogavam com as principais propostas das sessões na área de Humanas. Com efeito, o intelectual defendia o diálogo da História com outras áreas do conhecimento, sobretudo com a Geografia e com as Ciências Sociais. A sessão de História e Geografia, presidida pelo professor de

²⁵⁶ VIII Congresso Científico Americano. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro. Lata 2078 Maço 37590/37591.

²⁵⁷ Diretor L. S. Rowe, Diretor Geral da União Panamericana. Em 20 de novembro de 1939. VIII Congresso Científico Americano. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro. Lata 2078 Maço 37590/37591.

²⁵⁸ VIII Congresso Científico Americano. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro. Lata 2078 Maço 37590/37591.

²⁵⁹ O VIII Congresso Científico Americano contou com 51 trabalhos na sessão de Educação.

História Latino-Americana e de Economia da Universidade de Harvard, o Dr. Clarence H. Haring, tinha como proposta interligar as respectivas disciplinas:

Posto que sejam duas disciplinas diferentes, a História e a Geografia acham-se intimamente relacionadas, não sendo, portanto, sem razão que estejam combinadas em uma seção deste Congresso. A história dos agrupamentos humanos seja política, econômica ou social, e que sejam eles nacionais ou locais, acha-se inevitavelmente condicionada a circunstâncias do meio geográfico; e reciprocamente, a ciência da geografia humana, se bem que seja algo mais que uma simples adaptação do homem ao seu meio, só pode ter significação quando se tem em conta os fatos da história da região ou comunidade cuja interpretação e exposição ela faz parte por uma forma sistemática.²⁶⁰

Ao longo da estadia de Delgado, o intelectual lecionou para turmas de Ciências Sociais e Administração, proferiu palestras, participou de conferências em clubes e associações, forneceu entrevistas a jornais, reuniu-se com professores do departamento de ciências políticas e sociais da Universidade de Michigan e falou em escolas públicas e em escolas normais. O intelectual destaca no relatório da viagem direcionado ao Presidente Vargas, o interesse do corpo docente norte-americano nos temas que envolviam o Brasil. Delgado destacou no relatório a palestra sobre “Democracia Nova no Brasil”, repetida quatro vezes durante a viagem.

Na documentação relacionada à viagem de Delgado, também percebemos documentos que fazem referência à presença de outros intelectuais brasileiros nos EUA, como Gilberto Freyre, por exemplo. Além dele, diversos estudantes universitários também fizeram intercâmbio para os EUA, dentre elas, Maria Yedda Linhares.

A pesquisadora teria ingressado no curso de História da UDF em 1939, sendo logo depois transferida para a FNFi na Universidade do Brasil (curso História e Geografia). Em 1940 – mesmo ano do Oitavo Congresso Americano – foi para os EUA com bolsa de estudos do *Institute of International Education de Nova York* para estudar na Universidade de Columbia. Em entrevista para Marieta de Moraes, a historiadora destacou o impacto do intercâmbio na sua formação: “se houve um momento em que a minha cabeça realmente mudou, foi nos Estados Unidos. Foi lá que aprendi como se organiza um curso, como deve ser uma universidade”.²⁶¹ Maria Yedda foi aluna de

²⁶⁰ VIII Congresso Científico Americano. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro. Lata 2078 Maço 37590/37591.

²⁶¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. *Uma entrevista com Maria Yedda Linhares*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 5 jul 1992. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1946/1085> (Acesso em 20 de dezembro de 2015.) p.218

Delgado de Carvalho no curso de História Moderna e Contemporânea, na Universidade do Brasil, tendo assumido, como assistente do professor, tal cadeira em 1946. A pesquisadora destacou no relato as dificuldades para terminar o curso, já que não conseguiu utilizar em seu currículo, as disciplinas estudadas nos EUA. Além de ter sido convidada para ensinar História das Relações Internacionais no Instituto Rio Branco, do Itamaraty, ingressou como professora da Universidade do Brasil em 1955, quando Delgado se aposentou. Durante a sua atuação como professora universitária, implantou o sistema americano na cadeira de História Moderna e Contemporânea na Faculdade Nacional de Filosofia, através de aulas expositivas sobre determinados temas com bibliografia específica, e ao solicitar aos alunos *reviews* de 15 em 15 dias com apreciação crítica e apresentação de trabalhos individuais.

Durante a entrevista, além de destacar a influência norte-americana na sua formação:

(...) fui muito influenciada pelos cursos de História Americana que fiz nos Estados Unidos. Foi muito importante para mim aquela ideia de que o aluno tem que sair com o conhecimento global da matéria, sendo capaz de discutir as principais questões do seu país.²⁶²

Maria Yedda também relata sobre as características de Delgado de Carvalho enquanto professor universitário:

(...) a cabeça dele era muito francesa, muito cartesiana, muito organizada. Ele seguia sempre um plano perfeito, colocava o tema, desenvolvia e concluía. Acho também que foi ele quem me levou à História das relações internacionais. Embora nunca me tenha dito isso, acho que ele tinha clareza de que dificilmente se poderia fazer uma história moderna e contemporânea europeia aqui no Brasil. O melhor que se poderia fazer seria uma boa história das relações internacionais.²⁶³

Apesar das propostas inovadoras para o curso de História da Universidade do Brasil, Maria Yedda ainda afirmou que Delgado de Carvalho não se considerava historiador e que não havia iniciação à pesquisa no seu curso, e sim, interpretação de texto. Segundo a pesquisadora, Delgado “era um grande professor francês, preocupado em dar uma visão global sobre tudo”.²⁶⁴

²⁶² FERREIRA, Marieta de Moraes. Op. Cit. p. 227.

²⁶³ FERREIRA, Marieta de Moraes. Op. Cit. P. 233.

²⁶⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. Op. Cit. P. 223.

Disso se segue que, com a saída de Vitor Tapie, Delgado assumiu em 1943, como catedrático interino, a cadeira de História Moderna e Contemporânea da FNFfi. Tendo em vista a proposta do intelectual em defender “uma história que deveria englobar o progresso humano em todos os sentidos, inclusive no sentido moral, progresso esse cuja expressão maior deveria se concretizar nas relações entre as nações”²⁶⁵, pretende-se nas próximas linhas, conectar a proposta de ensino de Delgado com os debates da historiografia norte-americana sobre os rumos da disciplina no âmbito acadêmico. Entretanto, para isso, torna-se necessário fazer um apanhado geral de como a disciplina de história se estruturava e se desenvolvia nos EUA.

Pode-se dizer que, na obra de Gerson Moura, “História de uma história”, o pesquisador focou no olhar americano sobre a própria história dos EUA e traçou um panorama das tendências seguidas pela historiografia no país. Além das contribuições de Gerson Moura para o campo de pesquisa das Relações Internacionais, com o conceito de “autonomia da dependência”, em que destacou o alinhamento brasileiro com os EUA durante a Segunda Guerra, nesse trabalho o pesquisador procurou:

(...) pensar a historiografia norte-americana no século XX como parte da história da cultura, ou, para utilizar a conceituação norte-americana, como parte da história intelectual; e ver a historiografia como a história de esquemas conceituais que os autores utilizam, consciente ou inconscientemente, assumida ou implícita, para explicar a experiência passada.²⁶⁶

Nas últimas décadas do século XIX, surgiu nos EUA a chamada “história científica”, com a finalidade principal de desvincular a história da literatura, defendendo a objetividade e a impessoalidade do processo histórico. Na lógica de Gerson Moura, devido ao intercâmbio de estudantes americanos à Alemanha no período, a História no país americano teria se concentrado na pesquisa minuciosa de fontes primárias e no exame crítico dos testemunhos.²⁶⁷ O autor destaca que “essa fé arraigada no progresso da humanidade e o senso de singularidade, unidade e continuidade do processo histórico caracterizam as primeiras gerações de historiadores profissionais americanos”.²⁶⁸

Já no início do século XX, a chamada “nova história”, teria criticado não só os “evolucionistas conservadores”, que buscavam entender os “processos institucionais

²⁶⁵ VALE, Nayara Galeno do. Op. Cit. p. 118.

²⁶⁶ MOURA, Gerson. *História de uma História: rumos da historiografia norte-americana no século XX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 14.

²⁶⁷ MOURA, Gerson. Op. Cit. p. 17.

²⁶⁸ MOURA, Gerson. Op. Cit. p. 18.

que conformavam o crescimento da nação”, mas também o rigor da pesquisa que prejudicava a escrita da História e o distanciamento desta com as Ciências Sociais. Tal grupo, composto por nomes como Frederick Jackson Turner, Charles Austin Bear e Vernon Parrington, buscava a concentração dos estudos do passado relevantes às necessidades do presente, sem, contudo, abrir mão de uma visão evolucionista do processo histórico. Segue-se daí que, desde a década de 1920, a proposta de trabalho interdisciplinar entre a História e as Ciências Sociais foi estimulada nos EUA, sobretudo pela criação do SSRC (*Social Science Research Council*). Assim, a historiografia norte-americana da década de 1930 enfatizaria a história local, e ao mesmo tempo, se voltaria para a investigação da história cultural, cujas análises resvalariam em âmbitos do saber que ultrapassam a História *strictu sensu*, de forma a incluir elementos de outras áreas e disciplinas das Ciências Humanas.

Portanto, durante a viagem de Delgado de Carvalho aos EUA, o debate sobre a aproximação da História com as Ciências Sociais estava em pauta nos circuitos acadêmicos. Como já foi amplamente demonstrado nesse capítulo, o intelectual, além de ter desenvolvido estudos e participado do debate acerca do curso de História no ensino superior e no ensino secundário, também desenvolveu trabalhos em outras disciplinas, como a Geografia e a Sociologia. Através de documentos presentes no acervo de Gustavo Capanema no CPDOC, percebe-se a presença de Delgado também nos grupos de discussão sobre a formação do curso de Ciências Sociais. Em outubro de 1943, em documento enviado por Delgado de Carvalho²⁶⁹ e mais vinte intelectuais, dentre eles, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr., ao Ministro Gustavo Capanema, formalizou-se o anteprojeto de criação do Instituto de Ciências Sociais:

(...) I- O Centro de Estudos Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia tem a honra de pedir a V. Exa., para entregar à sua alta apreciação e julgamento um anteprojeto de reforma do ensino superior de ciências sociais, (...) bem como do quanto se tem feito nos maiores centros universitários do mundo no mesmo ramo de ensino superior.²⁷⁰

A inspiração no modelo de ensino universitário norte-americano aparece no documento, sobretudo no trecho:

²⁶⁹ O intelectual assinou o documento como professor de Sociologia do Colégio Pedro II.

²⁷⁰ Arquivo Gustavo Capanema. Rolo 54: Fot. 273 a 309. Sobre o curso de ciências sociais.

(...) com o nome de ‘Instituto de Relações Humanas’ tal como existe e, várias universidades americanas, ou com o nome de ‘Instituto de Ciências Sociais’, tal como está previsto na lei criadora da Universidade do Brasil (...).²⁷¹

Além disso, percebe-se o interesse em trazer professores dos EUA:

(...) dever-se-ia manter, também, a prática utilíssima de contratar mestres estrangeiros que tragam ao nosso ensino colaboração eficiente, tal como já se tem feito. Além dos sábios europeus, é grandemente aconselhável a vinda de ‘scholars’ norte-americanos, portadores dos mais modernos métodos de trabalho no campo das ciências sociais.²⁷²

Logo, podemos traçar conexões entre as ideias defendidas por Delgado para o curso de História e as ideias que circulavam no campo acadêmico dos EUA. Além de defender a interdisciplinaridade das Ciências Sociais, Delgado também defendeu o uso das fontes e a busca pela historicidade, sobretudo com a localização dos processos históricos no espaço geográfico.

A presença de Delgado nos EUA demonstra que os intelectuais não buscaram apenas adquirir conhecimento e aprendizado com os norte-americanos: funcionando como uma via de mão dupla, os próprios americanos também teriam usufruído desse intercâmbio intelectual. Os diversos convites para que Delgado lecionasse nas universidades exemplifica o interesse em aprender sobre o Brasil e de se atualizarem sobre o que os intelectuais brasileiros produziam. Após o período varguista, Delgado continuou circulando no ambiente acadêmico internacional. Em 1950 organizou o Seminário de Geografia em Montreal e trouxe para o Rio de Janeiro o XVIII Congresso Internacional de Geografia. Em 1959, teve a sua obra *História Diplomática* traduzida pelo professor da Universidade de Washington, Raul d’Eça²⁷³, o que comprova que a atividade intelectual de Delgado persistiria para além do contexto político em questão.

²⁷¹ Idem.

²⁷² Idem.

²⁷³ IBGE, Documentos para disseminação. Memória institucional. Geografia e Geopolítica: A contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro. Rio de Janeiro, 2009. pp.34-35.

CONCLUSÃO

Como salientou Jean-François Sirineli, “a história dos intelectuais tornou-se um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural”.²⁷⁴ Nesse sentido, percebe-se que os esforços dos intelectuais da época, como Delgado de Carvalho, mostram de que forma o debate acerca das reformas educacionais esteve ligado com o projeto nacional varguista. Ao pretender analisar como os intercâmbios entre os intelectuais contribuíram na formação dos cursos universitários no Brasil, principalmente do curso de História no ensino superior na capital da época, coloca-se como fundamental conectar a tentativa de se formar uma identidade nacional brasileira com os esforços de consolidar o curso de História nas universidades, como mostrado no terceiro capítulo.

Como salientou Angela de Castro Gomes, “a proposta de história do Brasil construída durante o Estado Novo marcou a cultura histórica de nosso país durante muito tempo, sendo seus ecos sentidos até hoje”.²⁷⁵ Ainda que a historiografia²⁷⁶ já tenha evidenciado que a simbiose entre intelectuais e o Estado não foi inédita do período do governo do Estado Novo, podemos dizer que foi durante o governo de Vargas que as reformas educacionais no campo da disciplina da história foram realizadas de forma mais significativa. As reformas educacionais ganharam força com a ação de Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde, concomitantemente ao interesse do Estado e dos intelectuais pela produção e divulgação da História do Brasil, justificado pelo processo de constituição do Estado nacional.

Ao refletir sobre os atores - definidos como os historiadores - e como estava sendo entendido o saber histórico e o ofício do historiador na década de 1940, Angela Gomes analisa:

(...) questões como a das relações dos intelectuais com o Estado, a dos vínculos da história do Brasil com outras disciplinas que também procuravam demarcar suas fronteiras e das estratégias de produção

²⁷⁴ SIRINELLI, Jean-François. *Os Intelectuais*. In: RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 2003. P. 232.

²⁷⁵ GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 1996. p. 11.

²⁷⁶ VELLOSO, Monica. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2013.

cultural, envolvendo escritores, editores e instituições acadêmicas e não acadêmicas.²⁷⁷

Tais estratégias de produção cultural no Brasil são percebidas não só através da participação do Ministério da Educação e Saúde, mas também do Ministério das Relações Exteriores, tendo em vista a circulação intelectual na esfera política e nos intercâmbios promovidos pelo Estado. A “diplomacia e, num sentido mais lato, a realização de viagens para o exterior possuíam valor estratégico para aqueles que produziam na área da história”.²⁷⁸ Portanto, diante de tais informações, podemos entender como o intercâmbio entre professores brasileiros e estrangeiros teria sido crucial para a edificação da disciplina de História no Brasil. Ora, as conferências e congressos organizados pela União Panamericana não só contaram com o apoio do Estado brasileiro (este que teria dado auxílio e respaldo às viagens dos intelectuais que participaram de tais eventos), como ainda aconteceram simultaneamente ao debate acerca da estruturação de tal curso.

Tendo em vista a narrativa da História do Brasil como parte integrante da consciência cívica do período e que “é através da história que o Estado pode mobilizar um povo nação que compartilha um único passado, ainda que este sofra variações locais”,²⁷⁹ torna-se fundamental para entender o projeto nacional varguista compreender o lugar da Educação, especificamente do curso de História como agente formador da identidade nacional, sobretudo na construção da memória nacional. Através da localização da sociabilidade dos intelectuais na época, ou seja, através da compreensão de como se dava a rede de relações que formavam os intercâmbios sociais, é possível analisar as ideias que foram compartilhadas entre os intelectuais e discutidas na agenda acadêmica.²⁸⁰

Ao longo do trabalho, percebe-se que os esforços para realizar a colaboração intelectual entre o Brasil e outros países já ocorriam desde os anos iniciais da República. Ainda que o intercâmbio cultural entre o Brasil com outros países já acontecesse desde o Império, foi apenas a partir da década de 1930 que ocorre a consolidação das políticas culturais brasileiras. De fato, ainda que a atuação do Barão do Rio Branco e de Lauro Muller à frente do Ministério das Relações Exteriores tenha marcado um momento de

²⁷⁷ GOMES, Angela de Castro. Op. Cit. pp. 12-13. O recorte da pesquisa de Angela de Castro Gomes consiste em analisar o suplemento literário Autores e Livros do jornal *A Manhã* e nos artigos da revista *Cultura Política*.)

²⁷⁸ GOMES, Angela de Castro. Op. Cit. p. 54.

²⁷⁹ GOMES, Angela de Castro. Op. Cit. p. 24.

²⁸⁰ GOMES, Angela de Castro. Op. Cit. p. 41.

diálogo entre intelectuais e artistas brasileiros com outros países, a intensificação dos intercâmbios culturais ocorreu no período varguista. A política de difusão cultural para internacionalizar o Brasil através da circulação dos intelectuais foi um dos recursos do Estado brasileiro. Tal seria o contexto da participação de Delgado no ambiente acadêmico e universitário: de fato, este seria coincide com o momento da promoção da imagem do Brasil no exterior, através das políticas de propaganda varguista e também com a formação das universidades e do curso de História nas universidades da capital da República.

Nesse sentido, A atuação de Delgado de Carvalho no cenário internacional, aliada à sua formação acadêmica e a influência que o mesmo adquiriu ao longo de suas viagens, revelam de que forma o intelectual teria conectado a formalidade e rigor clássicos da educação francesa com os debates sobre educação que aconteciam no EUA no período em foco. Talvez por isso, as propostas do intelectual para o curso de História tinham inspiração francesa e americana, como demonstramos no terceiro capítulo, sobretudo com a inspiração no modelo educacional norte-americano.

Dessa forma, a movimentação internacional de Delgado (que teria começado no período de sua formação na França e teria encontrado seu ápice na época de sua circulação nos EUA) contribui para revisarmos as hipóteses de pesquisadores do campo das Relações Internacionais. Através da trajetória do intelectual, percebe-se que o mesmo circulou nos EUA para palestrar e lecionar sobre os temas que estudava, sobretudo na área da Geografia, Sociologia e Diplomacia. Letícia Pinheiro considera que norte-americanos e brasileiros tinham objetivos diferentes em promover viagens internacionais de intelectuais. Concordamos com a hipótese de que os americanos vinham tomar conhecimento sobre os assuntos brasileiros e trazer o modelo de sociedade norte-americana, porém acreditamos que os brasileiros, além de utilizarem as viagens para se instruírem pessoalmente não iam apenas para aprender, pois através da presença de Delgado de Carvalho e de outros intelectuais da época, percebe-se que foram para compartilhar seus trabalhos acadêmicos.²⁸¹

Como demonstramos no trabalho, buscamos partir da discussão teórica sobre a cultura nas relações internacionais para analisarmos os investimentos na área cultural no

²⁸¹ PINHEIRO, Letícia. *As relações culturais Brasil-EUA, 1940-1946*. Rio de Janeiro: Relatório à Fundação Alexandre Gusmão, 1985. p.15. A hipótese sobre o interesse norte-americano em aprender sobre o Brasil antes mesmo da década de 1960 pode ser considerada através do relatório de viagem de Delgado de Carvalho para o Presidente Getúlio Vargas já exposto ao longo da dissertação. Arquivo Delgado de Carvalho, IHGB. Lata 17, Pasta: 03.

Brasil antes do governo Vargas, identificando os interesses e atividades de Delgado nos anos anteriores a esse período. Em seguida, no segundo capítulo, evidenciamos as reformas promovidas no governo Vargas expondo os investimentos em política cultural e a diplomacia cultural, para localizar o papel das relações internacionais na difusão da cultura brasileira. Tentamos demonstrar como a trajetória de Delgado acompanha tais esforços em consolidar as políticas culturais e o curso de História como chave para formação da identidade nacional.

Como tentamos demonstrar ao longo do trabalho, Delgado apoiava o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932, sobretudo defendendo as ciências sociais nos currículos do ensino secundário e superior. O intelectual se mantém nos cargos educacionais nos quais ocupou durante o Estado Novo como forma de militar pela educação e pelas reformas no curso de História, mesmo durante governo autoritário, ao buscar articular a História com as Relações Internacionais e com outros campos do conhecimento como a Sociologia, Antropologia e Geografia. Nos debates sobre a reforma educacional no período Capanema confirma-se a hipótese já afirmada pela historiografia,²⁸² de que os programas de ensino do Ministro estavam presentes nas obras de Delgado. Também percebemos que a circulação internacional de Delgado e a atuação do intelectual nas universidades estão inseridas no contexto da defesa pela paz entre as nações. Ainda que não tenhamos encontrado ligações diretas de Delgado com a Sociedade das Nações, percebemos os argumentos que circulavam no mundo nas propostas de Delgado para o curso de História.

O arquivo pessoal de Delgado, organizado e catalogado, se encontra disponível no acervo do IHGB, podendo contribuir para que pesquisadores sigam diversos caminhos que não foram possíveis percorrer nesse trabalho. Não esgotamos as possibilidades de análise sobre o papel das relações internacionais na formação do curso de História, mas novas pesquisas também poderão explorar os interesses particulares dos EUA no estudo sobre o Brasil. Sendo assim, espera-se que tenhamos abordado a História de forma interligada com os assuntos internacionais, principalmente no campo cultural. De fato, nossa proposta foi justamente trazer a figura de Delgado com o intuito de melhor entender a formação do curso de História, não enquanto instituição isolada,

²⁸² Como nos livros: *História Antiga e Medieval* e *História Moderna e Contemporânea*. VALE, Nayara Galeno do. *Delgado de Carvalho e o ensino de História: livros didáticos em tempos de reformas educacionais (1931-1936)*. Op. Cit. p. 192.

mas demonstrando de que forma ela teria sido criada sob a inspiração da diversidade cultural, da interdisciplinaridade e dos intercâmbios entre países.

Fontes:

Arquivo Histórico do Itamaraty

VIII Congresso Científico Americano. Lata 2078 Maço 37590/37591.

Congresso Científico Panamericano. Conferências Inter-Americanas. 1901-1924. 273.3.20.

Telegrama, Marquês Paranaguá, Presidente da Comissão Organizadora. Rio de Janeiro, 8 de junho de 1905. III Congresso Científico Americano. 273.3.19.

Congresso Científico Panamericano. Conferências Inter-Americanas. 1901-1924. 273.3.20.

Correspondência de Francisco Campos para o Ministro das Relações Exteriores, Afrânio de Mello Franco, de 17 de maio de 1932. Ministério das Relações Exteriores: Lata 1243 maço: 27891.

Anexo de 1939: sobre o histórico da divisão de cooperação intelectual. 04/09/1939. Lata 995 maço 16142.

VIII Conferência da federação mundial das associações educacionais. (Conferências 789 M11106).

VIII Conferência da federação mundial das associações educacionais. Recorte do jornal “O Globo” de 17 de junho de 1939.

VII Conferência Internacional Americana. (Conferências 138/2/26).

Conferência Universitária de Nova York. (Conferências: 464M7067).

VIII Congresso Científico Americano. Lata 2078 Maço 37590/37591.

Arquivo Pessoal Gustavo Capanema CPDOC/FGV

Carta de Rodrigo M. F. de Andrade para Gustavo Capanema em Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1935. GC 1936 03 24/2 rolo 41 fot. 446 a 809.

Documentos sobre o Conselho Nacional de Cultura e comentários de Oswaldo Aranha. Rio de Janeiro. GC: 1938.06.06. Rolo 51. Fot. 673 a 708.

Sobre o curso de ciências sociais. Rolo 54: Fot. 273 a 309. Sobre o curso de ciências sociais.

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3037/RadicalizacaoPolitica/UniversidadeDistritoFederal>.

Decreto-lei de transferência dos estabelecimentos de ensino da Universidade do Distrito Federal para a Universidade do Brasil, 1939.

Carta de G. Dumas a Capanema, 1935.

Oswaldo Aranha indica nomes de professores para os cursos universitários no Brasil. GC. 1939. ROLO 39.

Carta de M. S. Hull a Gustavo Capanema. Rolo 3. Fot. 365 a 637.

Proposta de Programa. Arquivo Gustavo Capanema. GC g 40. 02.01.Fot.310.

Arquivo Pessoal Delgado de Carvalho IHGB

Discurso de Theodore Roosevelt: “Internacionalismo americano”. Discurso proferido no IHGB, em 24 de outubro de 1913. Arquivo do IHGB, Rio de Janeiro. Miscelânea, 200, 10, 6, nº23.

Relatório de viagem de Delgado de Carvalho para o Presidente Getúlio Vargas. Arquivo Delgado de Carvalho, IHGB. Lata 17, Pasta: 03.

Arquivo Delgado de Carvalho, IHGB. Lata 17, Pasta: 16.

LIÇÕES inaugurais da Missão Universitária Francesa durante o ano de 1936. Rio de Janeiro: Univ. do Distrito Federal, 1937.

IBGE, Documentos para disseminação. Memória institucional. Geografia e Geopolítica: A contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro. Rio de Janeiro, 2009. P.34/35.

Livros de Delgado de Carvalho:

CARVALHO, Delgado. *Sociologia e Educação*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1934.

_____. *As ciências sociais na escola secundária*. In: PEIXOTO, Afrânio. *Um Grande Problema Nacional (Estudos sobre o ensino secundário)*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1940.

Referências Bibliográficas:

ALBINO, Antônio. *Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios*. In. *Políticas Culturais no Brasil*, org. ALBINO, Antônio e BARBALHO, Alexandre. EDUFBA. Salvador, 2007.

BARBALHO, Alexandre. *Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença*. In. *Políticas Culturais no Brasil*, org. ALBINO, Antônio e BARBALHO, Alexandre. EDUFBA. Salvador, 2007.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Os confrontos de uma disciplina escolar: da História sagrada à História profana*. Revista Brasileira de História. Memória, História, Historiografia: DossiÊ Ensino de História, v. 13, n.25/26, p. 193-221, set. 1992/ago. 1993.

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.

BOMENY, Helena. *Os Intelectuais da Educação*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BURNS, E. Bradford. *A aliança não escrita: Rio Branco e as relações do Brasil com os EUA*. EMC, 2003.

CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro. Ed: FGV, 2009.

_____. *Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas*. In. *Políticas Culturais no Brasil*. org. ALBINO, Antônio e BARBALHO, Alexandre. EDUFBA. Salvador, 2007.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2001.

CERVO, Amado L. e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília. Ed: UnB, 2008.

CHOPPIN, Allain. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.30, n.3, p 548-566, set/dez. 2004.

COSTA, Patrícia Coelho. *A voz do mestre: trajetória intelectual de Carlos Delgado de Carvalho*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

_____. *Delgado de Carvalho: a trajetória de um educador*. IBGE, Documentos para disseminação. Memória institucional. Geografia e Geopolítica: A contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro. Rio de Janeiro, 2009.

COSTA E SILVA, Alberto (org.). *O Itamaraty na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 2002.

CRESPO, Flávia. *O Itamaraty e a cultura brasileira (1945-1964)*. In: LESSA, Mônica L. e SUPPO, Hugo R. (orgs.) *A quarta dimensão das Relações Internacionais: a dimensão cultural*. Rio de Janeiro. FAPERJ/contracapa. 2012.

DEWEY, John. *Democracia e educação: introdução à filosofia da Educação*. Trad. Godofredo Rangel e Anísio Teixeira, 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

DULCI, Tereza Maria Spyer. *As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de São Paulo, 2008.

DUMONT, Juliette. *Le Brésil et l'Institut International de Coopération Intellectuelle (1924-1946): le pari de la diplomatie culturelle*. Paris. Éditions de l'IHEAL. 2009.

_____. *O Brasil no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (1924-1946): primeiro passo na construção de uma diplomacia cultural*. In: LESSA, Mônica L. e SUPPO, Hugo R. (orgs.) *A quarta dimensão das Relações Internacionais: a dimensão cultural*. Rio de Janeiro. FAPERJ/contracapa. 2012.

_____ e FLÉCHET, Anais. “Pelo o que é nosso!”: a diplomacia cultural brasileira no século XX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V.34, nº 67, 2014.

DUROSELLE, J-B. *Todo Império Perecerá. Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: Ed. UNB, 2002, Cap. 12, pp.255-282.

FALCÃO, Joaquim Arruda. *Política Cultural e Democracia: a preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. In: MICELI, Sérgio. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo. Ed: Difel. 1984.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo. Companhia das Letras. 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Uma entrevista com Maria Yedda Linhares*. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 5 jul 1992. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1946/1085> (Acesso em 20 de dezembro de 2015.)

_____. *Os professores franceses e o ensino da história no Rio de Janeiro nos anos 30*. In: CHOR, Marco e VILLAS BOAS, Glaucia. (Orgs.) *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

_____. *Perfis e Trajetórias dos professores universitários do curso de História no Rio de Janeiro*. In: OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. (Org.). *Universidade e lugares de memória*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura. Sistema de Bibliotecas e Informação. 2008.

_____. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2013.

_____. *Aprendendo história: reflexão e ensino*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2013.

FERREIRA, Roberta. *A política brasileira de expansão cultural no Estado Novo (1937-45)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006.

FLECHET, Anais. *As partituras da identidade: o Itamaraty e a música brasileira no século XX*. In: LESSA, Mônica L. e SUPPO, Hugo R. (orgs.) *A quarta dimensão das Relações Internacionais: a dimensão cultural*. Rio de Janeiro. FAPERJ/contracapa. 2012.

FRANK, Robert. *Pour L'Histoire Des Relations Internationales*. Presses Universitaires de France, 2012.

FREYMOND, J. *Rencontres de cultures et relations internationales. Relations Internationales*, Paris, nº 24, hiver 1980.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ. 1988.

_____. (org.) *Capanema: o ministro e o seu ministério*. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 2000.

_____. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte, Argvmentvm, 2009.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro. Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de História Nacional*. Revista Estudos Históricos. FGV, v.1, n.1, 1988.

HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro. Objetiva, 1994.

HORTA, José Silvério. *I Conferência Nacional de Educação ou de como monologar sobre educação na presença de educadores*. In GOMES, Angela de Castro. (Org.) *Capanema: o ministro e o seu ministério*. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 2000.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. *A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945)*. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2013.

LESSA, Mônica Leite. *Relações Culturais Internacionais*. MENEZES, Lená. ROLLEMBERG, Denise. FILHO, Oswaldo. *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de Janeiro. ED: UERJ, 2002.

LESSA, Mônica Leite. *A Política Cultural Brasileira e a Sociedade das Nações*. Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), Anais da XXII Reunião. Rio de Janeiro. 2002.

_____ e SUPPO, Hugo R. (orgs.) *A quarta dimensão das Relações Internacionais: a dimensão cultural*. Rio de Janeiro. FAPERJ/contracapa. 2012.

LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. In. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MARTINS, Luiza Mara Braga. *Os Oito Batutas e a música brasileira nos anos 1920*. Rio de Janeiro. UFRJ, 2014.

MICELI, Sérgio. *Estado e Cultura no Brasil*. Ed: Difel. 1984.

_____. *Intelectuais à brasileira*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.

MILZA, Pierre. *Mentalités colectives et relations internationales*. Relations Internationales, n° 41. Paris. Printemps, 1985.

MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração americana no Brasil*. São Paulo. Brasiliense, 1984.

_____. *História de uma História: rumos da historiografia norte-americana no século XX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

_____. *Relações Exteriores do Brasil (1939-1950)*. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

MUNIZ, Durval. *Gestão ou Geração Pública da Cultura: algumas reflexões sobre o papel do Estado na produção cultural contemporânea*. In. *Políticas Culturais no Brasil*, org. ALBINO, Antônio e BARBALHO, Alexandre. EDUFBA. Salvador, 2007.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo. EPU. Ed. Universidade de São Paulo. 1974. Decreto nº14572, de 23 de dezembro de 1920.

OLIVEN, Ruben George. *Relação entre o Estado e cultura no Brasil: corte ou continuidades?* In MICELI, Sérgio. *Estado e Cultura no Brasil*. Ed: Difel. 1984.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro. Ed: FGV, 2008.

ORY, Pascal. *L'histoire culturelle*. Paris, PUF, 2004.

REIS, Elisa. *O Estado nacional como ideologia: o caso brasileiro*. Estudos Históricos. V. 1, n.2, 1988.

RESENDE, José Armando Zema de. *A cooperação intelectual internacional da Sociedade das Nações e o Brasil (1922-1938)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Nacional de Brasília. Brasília. 2013.

RESNIK, Luís. *Tecendo o amanhã. A História do Brasil no Ensino Secundário: Programas e Livros didáticos (1931-1945)*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: UFF. 1992.

RIBEIRO, Edgard Telles. *Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília. FUNAG, 1989.

RICUPERO, Rubens. *Rio Branco: o Brasil no mundo*. Rio de Janeiro. Contraponto: Petrobrás, 2000.

SANTOMAURO, Fernando. *De Brésil to Brazil: a política cultural como instrumento de poder: os casos da França e Estados Unidos no Brasil na primeira metade do século XX*. P.237. LESSA, Mônica L. e SUPPO, Hugo R. (orgs.) *A quarta dimensão das Relações Internacionais: a dimensão cultural*. Rio de Janeiro. FAPERJ/contracapa. 2012.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O dia em que adiaram o carnaval*. São Paulo. Ed. UNESP, 2010.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena e COSTA, Vanda. (org.) *Tempos de Capanema*. São Paulo. Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas. 2000.

SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da Borracha: Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo. Ed: Perseu Abramo, 2007.

SEITENFUSS, Ricardo Antônio da Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Editora Nacional, 1985.

SIRINELLI, Jean-François. *Os Intelectuais*. In: RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

TOTA, Antônio Pedro. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração americana no Brasil*. São Paulo. Brasiliense, 1984.

_____. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo. Companhia das Letras, 2000.

_____. *O amigo americano: Nelson Rockefeller e o Brasil*. Rio de Janeiro. Companhia das Letras, 2014.

VALE, Nayara Galeno do. *Delgado de Carvalho e o ensino de História: livros didáticos em tempos de reformas educacionais (1931-1936)*. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 2011.

VELLOSO, Monica. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2013

WATRAS, Joseph. *Why Historians Accepted a Unified Social Studies: Charles Beard and the Great Depression*. Paper presented at the annual meeting of the American Educacional Research Association. New Orleans, 2000.

WILLIAMS, Daryle. *Gustavo Capanema, ministro da Cultura*. IN GOMES, Angela de Castro. (Org.) *Capanema: o ministro e o seu ministério*. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 2000.

ANEXOS:

CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DE DELGADO DE CARVALHO:

Até 1920



- 1884 - Nasceu na França
- 1902 - Exército francês
- Entre 1902 e 1905:
 - - Londres- London School of Economics
 - - França- École de Sciences Politiques
 - - Suíça- Direito na Univ. de Lausanne
- 1905 - Paris- École Libre des Sciences Politiques
- 1905 - Lecionou História no Colégio Champitet na Suíça

1920 a 1930



- 1928 - Viagem aos EUA a convite da Carnegie Endowment for International Peace pela Academia Brasileira de Educação (ABE).

1930 a 1950



● 1940 - Oitavo Congresso Científico Americano

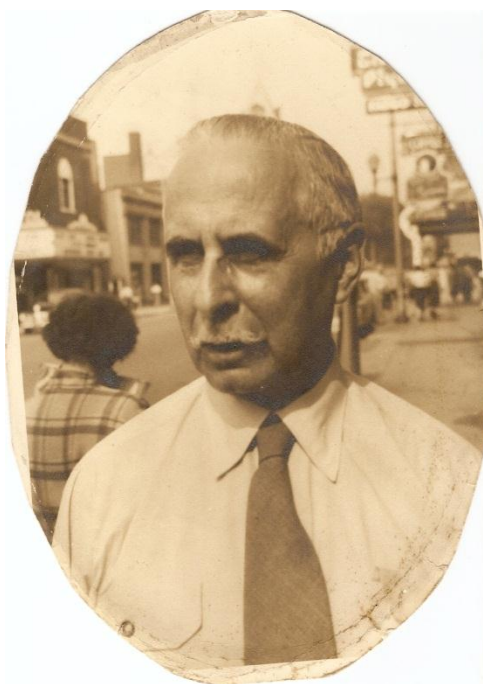
1950 a 1960



● 1950 - Seminário de Geografia em Montreal



Aspectos da recepção à missão cultural francesa na sede do Conselho Nacional de Geografia no dia 2 de maio de 1945. Acervo pessoal de Delgado de Carvalho.



Delgado de Carvalho. Acervo pessoal.